

# AS "PAIXÕES PEDAGÓGICAS"

(Em Busca do "Fio da Meada")

"Para Maria Clara,  
Paixão das paixões".

Claudio Nascimento\*

## Introdução

Este ensaio tem por objetivo 'devolver' aos educadores das atividades do CFES Nacional, e das demais regiões onde participamos de debates, alguns elementos, digamos assim, do campo temático que abordei. Neste sentido, leva também uma longa bibliografia referenciada nos temas que discutimos de forma sucinta.

O texto tem uma forma 'encaracolada', 'cirandeado', um vai e vem, um entra e sai, nos e dos diversos temas. Às vezes, pode parecer repetição, mas não é. É retomada em outro patamar.

Faço a tentativa de retomar o processo histórico da formação-educação em Ecosol-Autogestão, tendo como marco inicial as ações educativas no Governo Lula; isto é, a partir de 2003. Através do PNQ e da SENAES-FBES várias atividades foram feitas, na linha de irmos construindo o que agora chamamos de "Pedagogia da Autogestão".

Fui buscar no trabalho que estou elaborando (livro intitulado: "Do Beco dos sapos aos Canaviais de Catende"), o material que aqui apresento. Nele, faço abordagem das questões da Ecosol como política e estratégia desenvolvimento, cultura e filosofia da autogestão, e pedagogia da autogestão, cobrindo o campo temático que me proponho tratar aqui.

Dos vários temas tratados nos curso dos CFES, apenas dois não desenvolvo nesse ensaio. Um deles foi aprofundado e tivemos muita bibliografia disponível: a 'sistematização'. O outro, porque temos pouco acúmulo, foi a questão da Rede Nacional de Educadores. De qualquer forma, o relatório do Seminário Nacional, em Santa Maria, traz o que chamamos de "pensamento visual" sobre estes dois pontos, resultado de trabalho em grupos sobre estas duas temáticas.(ver anexo).

Esse campo temático de que trata o texto, de uma ou de outra forma, trabalhamos com educadores de três "Redes": a RECID, a do CFES e a da PNF-CUT (na Escola Sul). São três experiências que, para mim, terminavam se influenciando na construção de estratégias formativas. Claro que em momentos diferentes da nossa história. Sobretudo a mais antiga: a rede da CUT.

Iniciamos com uma breve digressão na história da educação popular, campo em que se desenvolve a formação em Ecosol.

## **PARTE I**

### **1. A experimentação pedagógica autogestionária**

No Brasil, a educação popular já tem uma longa história. Em um ensaio que elaboramos para 1ª Conferência Nacional da PNF-CUT, no final dos anos 90, e retomando alguns pontos, em texto recente para o debate na construção do PNF da RECID, apontávamos: "Se olharmos a história recente do Brasil, no período que vai do final dos anos 50 até 1964, é possível identificar que nesse período há percepção de que foi o último momento em que a cultura "que fosse boa para burguesia também o era para todos". Até então não se tinha manifestado visivelmente, fora da burguesia, forças que impusessem 'culturas' paralelas.

No fim da década de 50 e começo da de 60 surgiram novos processos. Através de vanguardas e amplos movimentos sociais de estudantes, populares e intelectuais começou-se a construção de uma contra-hegemonia. O cinema novo, o teatro popular, a ação de Paulo Freire e o governo de Miguel Arraes, em Recife-PE, são expressões destas experiências.

No governo de Arraes, em Pernambuco, a educação tornou-se política pública articulada com movimentos culturais, como o Movimento de Cultura Popular, as Ligas Camponesas e a pedagogia da alfabetização de Paulo Freire. A partir desta experiência, Paulo Freire foi chamado pelo Presidente João Goulart (Jango), com seu Projeto Desenvolvimentista e Nacionalista, para ser o Ministro da Educação e universalizar a experiência nascida em Pernambuco. No Rio Grande do Norte, a Prefeitura de Natal, dirigida pela esquerda, criou um projeto público de educação popular, cujo lema foi: "De pé no chão também se aprende a ler".

O fenômeno foi tão importante que os poderes competentes tomaram providências imediatas, resultando na deposição do Presidente pelo Golpe Militar. A partir de 1º de abril de 1964, tais providências foram drásticas em relação a esse esboço de movimento cultural paralelo e, até certo ponto, antagônico ao da burguesia. O Golpe e sua ditadura abortaram todas estas possibilidades de um Projeto Popular.

Sem dúvidas, este amplo movimento cultural e educativo popular deixou suas raízes. Nos anos 70, ele foi retomado sob formas novas correspondentes a novas práticas sociais. No período da resistência à ditadura militar (sobretudo, a partir de 1977), a questão cultural esteve no centro das lutas. Através do teatro, do cinema, das artes plásticas e da música; e, no que diz respeito à educação, nos Centros de Educação Popular, a cultura foi uma das molas mestras na construção de uma contra-hegemonia, tal qual tinha ocorrido nos anos 60. Não foi, portanto, por acaso que Antônio Gramsci, intelectual italiano, no campo da educação, tornou-se uma referência fundamental, como formulador da teoria da "hegemonia cultural".

No período de 1978 a 1983, que abre um novo ciclo, os movimentos sociais, as Comunidades Eclesiais de Base, e outros, foram elementos fundamentais da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana, a partir de uma nova concepção da política, com a intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação democrática, referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada, nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros.

Os novos movimentos sociais (mulheres, negros, homossexuais, indígenas, pessoas com deficiência, ecológicos, etc.) correspondem à (re)descoberta e/ou (re)valorização de temas ausentes ou minimizados pelo pensamento das esquerdas tradicionais nas últimas décadas e colocam na pauta uma nova reflexão substantiva sobre a democracia, entendida como espaço de criação de novos direitos. Para Gramsci, a formação de uma hegemonia é um processo de longa duração e a transformação da estrutura social é precedida de uma revolução cultural.

Com estes horizontes, a formação significa um grande trabalho de educação política e cultural, tanto em seus conteúdos, sua metodologia e em seus objetivos e intencionalidade política. Tudo isto aponta, a longo prazo, para a construção de uma hegemonia popular; o que chamamos, em nosso PPP, de "poder popular". Trata-se de uma "revolução cultural do cotidiano", de gerar uma cultura democrática. O que está em jogo é uma nova maneira de viver, com novas relações sociais, econômicas, ambientais e novas formas de trabalhar, pensar, sentir e significar o mundo.

## 2. O que é Educação Popular

Paulo Freire dizia que: *"a educação não transforma a sociedade. Ela transforma os indivíduos que são os sujeitos que transformam a sociedade"*. Nesta perspectiva, a educação popular é um dos instrumentos estratégicos na construção de uma 'revolução moral e intelectual' para a transformação social. E, assim, ela é parte integrante e essencial de qualquer projeto de sociedade que caminhe no sentido da emancipação, que busca agir na mudança de posturas, sentimentos e valores e estruturas e aponta para novas relações sociais.

É cultura como práxis (ação/reflexão/ação) e enquanto processo de construção de "novos homens, novas mulheres" e nova sociedade. Nesta perspectiva, o papel da educação popular na transformação social e na criação de uma nova sociedade, qualitativamente superior à "civilização do capital", é a marca de um aspecto fundamental: sua dimensão ética e cultural.

A educação popular torna-se, deste modo, um dos instrumentos da disputa de hegemonia<sup>1</sup>, através de experiências portadoras do novo na sociedade civil e no Estado, em processos de políticas públicas que sinalizem o processo de democratização destas relações e estruturas em todos os seus níveis, do local ao nacional e também ao mundial.

Todavia, a educação popular, antes de se tornar lei, é uma prática social presente nos diversos movimentos da sociedade. Antes de se tornar direito adquirido, a educação popular é uma prática social e cultural.

O papel da educação popular na transformação significa a criação de uma nova ordem, qualitativamente superior à civilização burguesa. Ela não é, portanto, um assunto exclusivamente político e econômico. Implica também uma dimensão ética e cultural. Sintetizando:

- a educação popular tende a colocar a organização popular de base no centro mesmo da construção do projeto político alternativo;
- a educação popular destaca a importância da democracia na construção do novo projeto hegemônico;
- a educação popular valoriza a cultura popular como fonte de identidade e força de um projeto popular nacional;
- a educação popular reconhece a vida cotidiana e a experiência, como espaços de construção da nova hegemonia;
- como consequência da valorização da cultura popular e da vida cotidiana do povo, a educação popular coloca em relevo a importância do papel do indivíduo e da subjetividade;
- a educação popular assume que o "projeto nacional" é construído a partir das experiências concretas e particulares;
- a educação popular assume os instrumentais da 'sistematização' e da 'pesquisa-ação' como métodos estratégicos para reflexão sobre suas experiências.

Nesta concepção, nem as transformações econômicas, nem sequer as modificações sociopolíticas são suficientes para definir o projeto de transformação social numa linha de emancipação. Para esta ser radical e integral deve questionar, criticar e transformar o núcleo primário dos valores e significados que habitam no mais profundo dos costumes, dos hábitos e modos de viver e pensar na sociedade capitalista.

As lutas pela emancipação devem apontar a socialização não apenas do ter e do poder, mas, igualmente, a socialização do criar, no sentido de **criar condições objetivas que tornem possível a realização integral e múltipla de todas as potencialidades criadoras do ser humano**. Criar a possibilidade de uma vida feliz que só pode ser alcançada mediante uma liberdade criadora e lúdica, num "reencantamento da vida."

## 3. Ecosol e formação-educação

Na "IV Plenária Nacional de Ecosol", em (2008), dos 25 grupos de trabalho e 4 mini-plenárias, para o eixo Formação, surgiram 3 bandeiras principais (p. 8). A primeira, considerada 'estruturante' e, portanto, central: realizar ações de formação junto aos trabalhadores/as da economia solidaria. As duas outras são complementárias. A segunda: articular e fomentar a Rede

de educadores em economia solidária. E a terceira: pelo financiamento público a pesquisas e tecnologias para melhoria da produção e outras temáticas da economia solidária.

Em termos de 'orientações', extraímos alguns pontos do Documento.

"A formação em economia solidária deve estar baseada na concepção da educação popular como processo de construção de conhecimento, promovendo a formação continuada dos/as educadores/as, baseada em pedagogias e metodologias emancipatórias, voltadas à autogestão, conforme tematizado na 2ª Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária".

"Os processos formativos devem incluir também a sistematização das experiências como uma ferramenta importante na socialização dos conhecimentos produzidos".

"Uma formação em Economia Solidária é caracterizada como uma das estratégias para o desenvolvimento sustentável de um novo tecido social por meio da educação em todos os níveis".

Nos detalhamentos das bandeiras, 'a prioridade':

"A formação em economia solidária deve ter como prioridade a formação para os trabalhadores/as de empreendimentos e ser pensada numa linguagem popular, baseada na sua realidade social, sócio-política e econômica, levando em consideração os diferentes processos de aprendizagem e limitações, e devem ocorrer a partir da articulação de redes e cadeias".

É, portanto, possível que a formação em economia solidária e na autogestão constituam um 'novo campo da educação popular'. E, deste modo, incorporem elementos que definimos acima como "educação popular". Uma visão estratégica de disputa de contra-hegemonia, de Projeto Político. É neste leito que flui ou reflui a Ecosol. O que nos aporta de 'particular', de 'singularidade' esse novo campo, e que toma o "trabalho como princípio educativo" é, sobretudo, o trabalho autogerido associado?

Esse foi um dos principais temas debatidos nas atividades dos CFES nacional, animado de forma brilhante por Aída Bezerra, buscando situar o "papel da educação e do educador, neste novo contexto".

Aliás, é sintomático o título de uma das principais publicações da CAPINA: "**Puxando o fio da meada-I, em 1998**"; e "**Retomando o Fio da Meada-II, em 1999**". Já em 2004, a publicação assume o título: "**Puxando o Fio da meada**", e, *nada mais nada menos, do que com a ADS-CUT*.

A história, neste sentido, nos traz ricos ensinamentos. Quando do início da 'crise' na PNF-CUT, pelos idos de 2001, o educador Roberto Veras escreveu um texto chamado de "A perda do fio da meada", refletindo sobre como a formação, a metodologia da educação popular, era estruturante da política de formação da CUT. Todavia, uma certa visão 'fordista' da formação, embasada nos milhões de recursos do FAT, estava desperdiçando as experiências formativas da Central. Isto é, eliminando seu aspecto pedagógico-metodológico.

Afinal, entre os componentes fundamentais da Autogestão-Ecosol, está o "Trabalho Associado" que, em princípio, antagonicamente ao Trabalho Assalariado, tem por base a Propriedade Coletiva dos meios de produção ou da riqueza. Dai, decorre seu caráter singular.

A experiência das "Empresas em recuperação" ("Empresas autogestionárias"), no Brasil e em outros países da América Latina como, por exemplo, na Argentina, com quem debatemos muitos problemas com o MNER\*, nos trouxe novas questões. Entre elas, a passagem de atores sociais de um campo a outro de trabalho, do assalariado ao associado.

#### **4. A necessária "mutação cultural"**

Em ensaio de 2003, para os debates no PNQ\*, falávamos de uma "**mutação cultural**". Vamos retomar algumas questões assinaladas naquele ensaio. Ele tem o significado forte por ter

sido escrito numa conjuntura importante, no início da experiência do PNQ e da SENAES, final do ano 2003.

No primeiro ano do Governo Lula, três acontecimentos foram marcantes no campo da autogestão e da Economia Solidária.

1º - A fundação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, como política de Governo, refletindo um avanço qualitativo do movimento social da Economia Solidária.

2º - A construção do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego que, em suas diretrizes e objetivos, incorporou os elementos constitutivos da autogestão e da EcoSol. Assim, a Qualificação em Ecosol permitiu a realização de um Projeto Especial de Qualificação - PROESQ, em que as atividades feitas pela Associação Nacional de Trabalhadores em Autogestão - ANTEAG\* nos apresentaram uma série de questões, problemas e dificuldades, possibilitando avançar a reflexão sobre a 'formação para autogestão'.

3º - O Seminário Nacional de Autogestão, promoção da SENAES, com apoio do Movimento dos Sem Terra - MST, da Agência de Desenvolvimento Sustentável da Central Única dos Trabalhadores - ADS-CUT e da ANTEAG, realizado em Joinville, no mês de dezembro de 2003. Neste seminário, participaram trabalhadores das 'empresas de autogestão-MNER', da Argentina.

Em 2006, quando do Fórum Mundial na Venezuela, promoveu-se um Encontro com experiências de 'empresas recuperadas' do Continente. A SENAES, partir do Seminário de Joinville, elaborou um programa para estas 'empresas autogeridas', em conjunto com UNISOL e ANTEAG. Neste Programa, coordenei a parte de educação, articulada com a de "Fomento", coordenada por Dione Manetti.

De certa forma, retomávamos debates feitos em 1986, em Santiago do Chile, no "Encuentro em busca de Alternativas" promovido pelo CEDAL/France, sob a coordenação de Henryane Chaponay e instituições chilenas sob a coordenação de Luiz Razeto e Sebastián Cox. E, também, as questões apontadas neste campo da autogestão, no Encontro Internacional de Autogestão, realizado em Porto Alegre, em 1988, com a presença significativa de trabalhadores de experiências de autogestão da Catalunha. Estes temas foram em seguida desenvolvidos em encontros promovidos pelo PACS e pelo CEDAC, em Mendes, Rio de Janeiro.

Era, na verdade, uma retomada de questões postas por experiências comunitárias nos anos 80, seja pela CARITAS com os PAS, seja por 15 experiências de autogestão acompanhadas pela FASE, entre estas, a COPERMINAS, em Criciúma. E, se cascavilharmos mais longe, no tempo, chegaremos aos debates promovidos pelos militantes operários que formavam, nos anos 70, o que chamamos de "Oposição Sindical no Exílio", em contato com as lutas autogestionárias na Europa e África.

Da conjunção destes três pontos, partimos para reflexão sobre "A Formação na Ecosol-Autogestão". Pois, tínhamos, com os colegas Almerico Biondi (então Diretor do Departamento de Qualificação Sócio-Profissional do M.T.E.) e Roberto Veras, além dos debates com diversas pessoas da área (Silvia Manfredi, Antonio Neto, Carmen Silva), introduzindo a Ecosol e a Autogestão no PNQ.

Em seguida, foi montada a SENAES e a 1ª Plenária da Ecosol, em que se constrói o FBES. Neste momento, estávamos na Coordenação da política de Formação da SENAES, com Valmor Schiochetti e Roberto Marinho.

O PROESQ-ANTEAG foi uma primeira experiência de 'construção metodológica' para educação na Ecosol. Daí vieram os primeiros acúmulos metodológicos para educação na Ecosol. Por fim, o Encontro Nacional de Autogestão, em Joinville, com a presença do MNER-Argentina, foi um 1º momento político para afirmação dos princípios políticos da Ecosol, seu horizonte estratégico, retomando diversos debates ocorridos no Brasil. Desta forma, a estratégia formativa já vinha sendo construída e articulada à estratégia política.

## 5. Ecosol como estratégia de desenvolvimento e pedagogia da autogestão.

O ensaio atual parte de outro patamar de experiência. Não mais um horizonte político traçado em um Seminário sobre Autogestão, mas uma plataforma política construída coletivamente pelos atores da Ecosol em diversas Plenárias e Conferências durante o período 2003–2009, contando com a existência de um FBES, ator principal no desenvolvimento destas ações da Ecosol e, também, de um CN de Ecosol. Enfim, a Ecosol passa a ser definida como “**estratégia de desenvolvimento**”.

Esse processo se traduziu, no campo da formação e da educação, na realização de muitas experiências formativas por iniciativas da SENAES e dos Fóruns de Ecosol. Neste processo se articularam Universidades e ONGs.

Podemos sintetizar que, na formação-educação, os pontos principais são a construção dos CFES e NEATS e os PLANSEQS, realizados, sobretudo, no Plano Setorial de “REDES” da Ecosol. Os CFES surgiram de um longo processo de práxis sobre a formação na Ecosol. Pelo menos, duas Oficinas Nacionais em que traçamos os elementos de forma e conteúdo a partir de cerca de 40 Instituições que desenvolviam formação na Ecosol. Entre estas, as orgânicas à Ecosol, como ANTEAG e UNISOL.

Contamos com a realização de pesquisas acadêmicas, debates no campo das ITCPS, e experiências formativas por instituições várias como, por exemplo, a CAPINA. Vamos, então, mergulhar nestas duas experiências de formação. Primeiro a do ano inicial de 2003 e, segundo, a do período 2004-2009.

Da curta experiência, iniciada em 2003, destacamos alguns pontos de reflexão. “Lia Tiriba assinala um ponto crucial: “Não basta idealizar uma nova cultura do trabalho ou uma economia popular fundada no trabalho participativo e solidário. Mais que nunca, *é preciso aprender a fazê-la, a materializá-la no cotidiano da produção*”<sup>2</sup>. A este ponto Tiriba agrega outro, extraído da obra de Luiz Razeto: “Nenhuma economia se torna solidária porque as pessoas são boas ou generosas, mas quando o Trabalho e a Comunidade se tornam fatores que determinam os demais fatores de produção”.

Este será nosso horizonte para análise de projetos em qualificação profissional, nos quais os trabalhadores exerçam o direito à “experimentação”. D. Mothé retoma a expressão de Rosa Luxemburgo: “é agindo coletivamente que os trabalhadores aprendem a se autogerir; não há outro meio crítico de apropriação da ciência”, através de um processo educativo que busca materializar uma nova cultura do trabalho. Assim, relacionam a própria prática produtiva à construção metodológica da formação na autogestão.

## 6. A formação para autogestão nas empresas autogestionárias

A experiência do Projeto Especial nos mostrou que, para o desenvolvimento da autogestão, é necessário muito mais que a vontade e a idealização de uma nova cultura do trabalho associativo e solidário. O difícil é materializá-la no cotidiano, no local de trabalho. A autogestão, mais que a heterogestão, enquanto atividade econômica, transforma as coisas e transforma os homens e mulheres. A autogestão busca desenvolver, ao mesmo tempo, a produção de coisas e o desenvolvimento dos seres humanos.

O primeiro aspecto exige dos sujeitos autogestionários uma gestão econômica da empresa. O segundo aspecto exige um desenvolvimento sociocultural que, devido à rigidez da organização do trabalho da empresa heterogerida, deve se estender a todos os trabalhadores e tornar-se uma promoção coletiva. É o objetivo próprio à autogestão, ou seja, o exercício de suas possibilidades criadoras, a solidariedade com outros homens, a participação ativa no conjunto da sociedade. A propriedade coletiva dos meios de produção pertence ao conjunto da sociedade, à Nação, e não aos trabalhadores que a gerem diretamente. A promoção desta formação, o seu exercício concreto no cotidiano, implica uma concepção de Homem, de Vida, do Trabalho, e da Sociedade.

Nesta perspectiva, não podemos deixar de abordar um tema intrínseco à autogestão: a do tempo livre. A redução da jornada de trabalho e o aumento da jornada de vida significa que o

---

<sup>2</sup> Grifo nosso.

crescimento do tempo livre favorece o desenvolvimento da ação solidária e cooperativa. Daniel Mothé mostra que na sociedade capitalista atual o mundo do lazer é caracterizado por fenômenos de segregação mais fortes que aqueles existentes no mundo do trabalho. Para Mothé, "o crescimento do tempo livre é acompanhado de um paradoxo: com a massificação e a evolução das técnicas, deve-se controlar e regular cada vez mais a utilização deste tempo livre".

A emancipação possível devido à automatização das tarefas produtivas só se tornará realidade quando acompanhadas de uma grande mudança cultural que permita o acesso dos bens comuns a todos os seres humanos.

Pierre Naville afirma que "a autogestão não poderá verdadeiramente se desenvolver e prosperar se não houver uma diminuição substancial da duração do trabalho. Quando se trabalha 40 horas, ou mais, por semana, torna-se difícil, e mesmo impossível, se consagrar realmente, com eficácia, às atividades de gestão na sociedade". A consolidação da autogestão depende de que se atribua cada vez mais importância às atividades não produtivas no sentido tradicional do termo. "Não devemos confundir a riqueza das trocas humanas com a acumulação sem fim de mercadorias ou de produtos", afirma Naville.

Lia Tiriba caminha na mesma perspectiva: "O novo sentido do trabalho terá como horizonte a constituição de uma sociedade onde o trabalhador supere sua condição de mercadoria, resgate o direito de ser proprietário coletivo dos meios de vida, consiga controlar o ritmo e o tempo de seu trabalho. Uma nova cultura do trabalho também pressupõe a liberação do tempo livre, a transformação do tempo escravizado em tempo para o desenvolvimento de sua plenitude como homem".

Definir e/ou assinalar elementos de "formação para a autogestão" não é um exercício difícil, pois temos do nosso lado a experiência acumulada que nos serve como ponto de partida, como alavanca. Todavia, concretizar e materializar esta formação são coisas bem distintas e complexas. **Paul Singer** lançou o desafio aos trabalhadores presentes no Seminário de Autogestão, em Joinville: "A autogestão está em processo. A opção pela autogestão tem que ser reafirmada a cada dia. Devemos nos dar a liberdade de criar e recriar a autogestão".

Neste mesmo sentido, temos a definição feita por **Pierre Naville**: "O termo autogestão significa um 'princípio' e não uma regra, uma instituição ou uma solução. Significa que o objeto social deve se auto-determinar".

**Yvon Bourdet**, que tentou formular uma "teoria política da autogestão", definiu os dois princípios fundamentais da autogestão:

1. Trata-se da "revogabilidade, a todo momento, dos deputados, delegados ou dirigentes. Esta regra, simples e radical, tem por objetivo impedir a divisão entre os que comandam e os que obedecem";
2. Não pode haver autogestão e democracia se os homens não exercem a autodeterminação.

Podemos completar estas afirmações com a fala de Singer em Joinville: "A prática é o filtro dos princípios".

Das experiências históricas da autogestão, podemos extrair alguns pontos fundamentais quando refletimos sobre o exercício coletivo de organização da gestão. Os trabalhadores combateram não apenas no plano sindical, mas também no plano político e, ao mesmo tempo, no plano cultural e no desenvolvimento da personalidade e da inteligência.

## **7. A mutação de "celetista" para "autogestionário": inicialmente, uma "questão cultural"**

Esta questão central está relacionada ao fato de que muitas empresas de autogestão surgiram de processos de falência, sendo assumidas pelos próprios trabalhadores. Uma grande parte deste pessoal teve, ou ainda tem, uma militância sindical de base. Coloca-se, assim, a mutação da passagem de um ator que era um assalariado numa empresa caracterizada pela heterogestão, e/ou que era um militante sindical, para tornar-se sujeito em uma experiência

autogestionária e também um militante da autogestão. Neste aspecto, estas experiências portam uma "herança cultural patronal", mas, também, uma cultura de militância sindical.

"Sem dúvida, para os trabalhadores, combinar objetivamente e subjetivamente a posse individual com a posse coletiva da empresa/empreendimento é algo complexo. O duplo papel do sócio/trabalhador é de difícil compreensão".

Façamos um breve parênteses para assinalar que, na contra-capa de uma das primeiras obras sobre a formação em Ecosol (a Coletânea "Trabalho e Educação", organizada por Iraçy Picanço e Lia Tiriba, 2004), já definíamos nossa perspectiva estratégica. "A formação é um elemento constitutivo da Economia Solidária. Seria impossível imaginar uma experiência que assente suas bases na autogestão, que não tenha um trabalho educativo, buscando a construção de novos valores, ou, como dizem Lia Tiriba e Iraçy Picanço, "uma cultura do trabalho".

O fundamento da presença constitutiva da formação está no fato de que a metamorfose do 'trabalho assalariado' para o 'trabalho associativo' implica uma verdadeira mutação cultural, um processo de longa duração. Nas palavras de Gramsci: 'uma revolução moral e intelectual'.

Nesta perspectiva, Paul Singer afirma que "a opção pela autogestão deve ser refeita a cada dia" e que "a prática orienta nossos princípios". A construção conceitual da Economia Solidária é um "Experimentum Mundi" (Ernst Bloch). Isto é: as experiências recentes, nos diversos níveis, portam um grau significativo de "experimentação social, de aprendizagem coletiva na e pela práxis."

Daniel Mothé que, em várias de suas obras, reflete sobre "a dificuldade de ser sindicalista e autogestionário", já havia assinalado estas contradições entre os dois tipos de militância: de um lado, o "militante de base", que interioriza os valores de seu sindicato ou de seu partido, e que se conduz como um executante disciplinado frente à sua organização e à sua hierarquia de dirigentes, e que resiste às mudanças; e, de outro lado, um novo tipo de militante da autogestão que, frente às novas experiências busca novas respostas e novas posturas mais abertas a experimentações necessárias no campo da autogestão, que implica novas relações entre os trabalhadores nas empresas e com o conjunto da sociedade.

Mothé chega a contrapor um "espírito militante" a um "espírito de experimentação", o "militante soldado" ao "militante animador". Esta contradição se aguça no sindicalismo brasileiro, no qual não existe, de forma ampla, o direito de representação nos locais de trabalho, tais como seção sindical, comissão de fábrica, e mesmo o delegado sindical. Um sindicalismo que tem grande dificuldade, na relação com a sociedade, de disputar a hegemonia e construir o que se chamou de "sindicalismo cidadão".

No funcionamento coletivo, o comportamento humano desempenha o papel principal; e a invenção de estruturas de autogestão deve incorporar este comportamento. "Quando falamos em capacitação para a autogestão, falamos na promoção de formas autogestionárias de organização, o que é, antes de tudo, um empenho na elaboração de alternativas. A construção de um novo paradigma requer a afluência de diferentes áreas, envolvendo conhecimentos, valores, comportamentos, desejos e idéias". "A prática coletiva é um desafio que faz parte do sujeito autogestionário e implica numa nova relação de trabalho que abarque a complexidade das relações humanas – diferenças entre as pessoas, limitações, sentimentos, dificuldades. "A construção deste 'sujeito autogestionário' passa pela discussão sobre as questões humanas, o relacionamento interpessoal, questões de gênero, etnia, diversidade cultural", conclui a sistematização do Projeto Especial (ANTEAG).

É correto que o exercício coletivo da experimentação da autogestão nos locais de produção educa os trabalhadores. Mas é também certo que a autogestão requer uma formação gerida pelos próprios trabalhadores, mesmo que não exclua a presença de monitores/educadores externos à empresa.

Mas, qual orientação deve ter esta formação para a autogestão? Vimos que a experiência desenvolvida pela ANTEAG teve como principais atores os próprios trabalhadores em dezenas de empresas de autogestão, em todo o país, durante o período curto de outubro de 2003 a janeiro de 2004, e que nos permitiu assinalar algumas questões para reflexão.

Em primeiro lugar, não é suficiente a propriedade coletiva dos meios de produção e uma prática democrática (assembléias, comissões etc.) para consolidar a autogestão. A experiência



mostra que a separação e divisão entre "dirigentes" e "dirigidos" é uma herança muito forte nas experiências. Neste sentido, a rotatividade de funções é importante. Paul Singer afirma que "para as cooperativas, é fundamental a existência de um rodízio na direção, porque quanto mais sócios aprenderem a gerir mais democrática será. A separação entre o trabalho manual e o intelectual tem que ser combatida. Não precisa que isso se torne lei, mas tem que ser uma regra básica. Porque a prática é o filtro dos princípios".

Pierre Naville, em seu estudo sobre técnica, tempo e autogestão, afirma também que, "é muito difícil, quase impossível, se formar de modo permanente, de modo a poder ocupar as funções múltiplas na produção e na vida social. Mas não pode haver consolidação da autogestão se os homens e as mulheres no local de trabalho não se tornam polivalentes, se não podem circular nos sistemas de produção, se eles não podem mudar de emprego várias vezes no curso de suas vidas". Para Naville, "a rotação das tarefas no quadro da autogestão deve ser um objetivo para impedir que a divisão das tarefas e das funções não se reconstrua como uma nova divisão do trabalho".

Tentemos formular alguns pontos para uma política de formação para a autogestão, ou seja, uma educação permanente em vários níveis:

- Formação técnico-econômica (empresa)
- Formação sócio-política (sociedade)
- Formação cultural e moral (solidariedade)
- Formação específica (em comunicação e de multiplicadores)

#### 1. "Formação técnico-econômica"

A formação para autogestão nas empresas implica uma "formação econômica" dos trabalhadores realizada no próprio local de trabalho e nas horas de trabalho. É necessário desmistificar os números, as cifras, a contabilidade. Todos devem conhecer a engrenagem econômica da empresa, sua situação financeira e sua forma de organização.

#### 2. "Formação sócio-política"

Uma proposta de "formação social" é necessária, para entender as relações de produção na empresa e na sociedade, em outras empresas, em redes de comercialização e cadeias produtivas. Este é o campo da formação de dirigentes.

#### 3. "Formação cultural e moral"

A autogestão como espaço para o desenvolvimento de um novo tipo de Homem e de Sociedade. Desenvolver valores como solidariedade, abordar as questões da formação cultural, articulando Trabalho, Cultura e Cidadania.

Assim, estes três níveis incorporam a idéia do teórico yugoslavo da autogestão, **EDVARD KARDELJ**, do "sistema de autogestão" em que o ser humano se define como "Homem-autogestor no trabalho", "Homem-autogestor na cultura" e, "Homem-autogestor na vida social em geral".

#### 4. "Formação específica" (comunicação e multiplicação)

"Formação para comunicação": esta "formação social" deve ser completada por uma formação que permita a cada trabalhador estar ao corrente dos problemas da empresa, de suas dificuldades, suas perspectivas e de poder participar na elaboração das decisões. É vital a organização de "comissão" ou "equipe" para "informação" e "comunicação", formada pelos próprios trabalhadores, para recolher sugestões e provocar debates, criando um diálogo permanente.

"Formação de formadores": a proposta formativa se completa por uma "formação de formadores", de multiplicadores, animadores da autogestão, para que a empresa se torne um meio cultural de formação permanente, uma escola prática para autogestão. Sobretudo, em empresas maiores, onde o número de trabalhadores a ser formado é muito grande. Só um trabalho de multiplicação de animadores orgânicos à empresa pode cumprir esta exigência. Mesmo que no início, na formação, haja a participação de educadores externos. Autogestão significa auto-educação e autonomia. Os trabalhadores devem ser capazes de se formar com seus próprios instrumentos e métodos.

Em resumo, podemos concluir com a afirmação de Lia Tiriba, em sua reflexão sobre uma “pedagogia dos empreendimentos populares”: “Mas, é preciso reconhecer que, na prática, ainda nos faltam os instrumentos para contribuir não apenas para a ‘viabilidade econômica’ dos empreendimentos populares, mas também para sua viabilidade educativa, política e cultural. (...) Pensamos que a busca permanente de uma práxis educativa que contemple ‘formação geral’ e ‘formação específica’ (de maneira a articular objetivos econômicos / objetivos educativos e sociais) é um dos elementos-chave da educação dos trabalhadores que, frente à crise do emprego, vêm tentando organizar seus empreendimentos econômicos via o associativismo”.

Tendo visto estes pontos da “sistematização” daquele curto período de experiência, que concluímos com a última fala de Lia Tiriba, colocando os desafios que teríamos pela frente, passemos à conjuntura atual que reflete uma onda de longa duração: 2004-2009.

## **8. Percursos**

Alguns pontos e reflexões permanecem; outros, novos, surgiram. Seja pelo processo vivido pela Ecosol neste período, seja pela posição do autor deste ensaio, ao se confrontar à construção de Redes de educação, desde o momento em que saiu da SENAES e foi para RECID, em 2008; e, também, voltando a acompanhar ações da PNF-CUT, seu berço de origem. E, em 2009, ao se debruçar sobre experiências de educação popular na América latina, junto com CEAAL, para realização do Seminário sobre “Educação Popular e Transformações”, na América Latina e Central, realizado na cidade de Sapiroanga, durante o Fórum Social 10 anos.

A recente experiência de formação em duas Redes de educação (popular), a construção do PNF da RECID e da PNF dos CFES, ambos no campo da Política Pública - a primeira ligada à Secretaria de Mobilização Social do Gabinete particular da PR e, a segunda, à SENAES e ao FBES - nos levou à reflexão de alguns pontos sobre Autogestão e Educação.

A RECID construiu, nos últimos anos, a partir de um projeto de sistematização em nível nacional, um PPP\* que tem como horizonte a construção de um Poder Popular. Os CFES atuam no sentido de construção de uma Rede Nacional de Educadores em Ecosol, e desenvolvem suas atividades formativas nas cinco regiões.

Destacamos a experiência do CFES, em nível nacional, de formação de multiplicadores, com os educadores e gestores dos 5 CFES Regionais. Estas atividades ocorreram em Brasília, com duas turmas de cerca de 40 educadores cada e em 3 etapas (duas presenciais e uma à distância que tinha lugar entre a 1ª e a 2ª etapas). A 1ª atividade foi em maio/09 e a última turma teve encerramento em setembro do mesmo ano. Em seguida, foram realizadas as atividades das 5 regiões (exceto as regiões Norte e Sul). Tivemos oportunidade de acompanhar atividades no CFES Nordeste, no CFES Sudeste e no CFES Centro-Oeste.

Por sua vez, as ações da PNF-RECID foram iniciadas com a realização da “Ciranda de Educação” durante a mesma semana, de janeiro/2010, em que foi realizado o Encontro Nacional dos CFES. Esse foi em Santa Maria, associado ao Seminário Internacional de Ecosol e à Feira da Ecosol desta cidade. O encontro da RECID aconteceu em Canoas, abrindo as ações do Fórum Social 10 anos.

No Encontro Nacional dos CFES, os participantes trabalharam 3 eixos temáticos: Sistematização, Pedagogia da Autogestão e Rede de educadores. Na “Ciranda Nacional de Educação” da RECID, os grupos trabalharam o tema da sistematização e da “metodologia freiriana”. \*(ver, em anexo, os resultados dos dois primeiros grupos do CFES).

Ao mesmo tempo, tivemos a experiência da CAPINA que, desde 2003, realiza em nível regional e nacional, os Cursos de Viabilidade Econômica e Gestão Democrática para Empreendimento Associativos com assessores/educadores vinculados a iniciativas econômicas populares. Os Cursos são estruturados em dois módulos intercalados por um trabalho de campo. O processo formativo se apóia na gestão partilhada assumida pelo conjunto dos participantes. Poderíamos dizer que se busca construir uma “Pedagogia da Autogestão”, através de ações educativas experimentais que chamamos de “Autogestão da Pedagogia”, ao trabalhar com educadores e integrantes das “experiências de trabalho associado” (ditos ‘empreendimentos de Ecosol’).

Participamos de duas ações da CAPINA: um seminário no RS, que era o desdobramento de um seminário nacional de formação de formadores que ocorreu no Rio de Janeiro, no mês de maio/09; e um Seminário Nacional que fechava um ciclo de ações que se articularam em torno de um projeto maior. O fundamental da relação com a pedagogia desenvolvida pela Capina foi a parceria feita com animadores (dito "facilitadores") com Aída Bezerra nos cursos de multiplicação, em nível nacional, do CFES.

Os educadores que participam desta experiência da construção da "pedagogia da autogestão" pelo caminho da "autogestão da pedagogia" expressam uma verdadeira paixão nesta tarefa, um verdadeiro espírito de "experimentação". Daí o título deste ensaio: **"paixões pedagógicas"**

Isto no geral e no plural, pois, no particular e no singular, com o tempo, nossa 'vivência' torna-se 'experiência', auto-reflexão, e as paixões nos impulsionam mais que nunca. Por essa razão, parodiando Mario de Andrade: "Parece que sou todo instinto. Não é verdade. Há no meu livro, e não me desagrada, tendência pronunciadamente intelectualista".

Pois, este ensaio não é mais que uma tentativa de passar adiante as reflexões que apresentei nas atividades dos vários CFES e, das reflexões que estou desenvolvendo no livro "Beco dos sapos aos canaviais de Catende". Este também é o significado da Bibliografia que apresento no final. As obras citadas são, sobretudo, indicações de autores para desenvolvimento do campo temático que trabalhei. Enfim, uma socialização de conhecimentos.

## PARTE II

### 1. Retomando o caminho do caracol

Insistimos que este ensaio tem por objetivo analisar as experiências que buscam construir uma 'Pedagogia Autogestionária', a "Pedagogia da Economia Solidária", do 'Trabalho Associado'. Tentamos apresentar as reflexões que fizemos nas atividades nacionais e algumas regionais dos CFES. Neste sentido, apresentamos as idéias de alguns pensadores do campo da cultura da autogestão, e alguns raciocínios que desenvolvemos para dar conta do que pensamos ser a Ecosol enquanto "Estratégia de Desenvolvimento".

Nossas intervenções nestas atividades se deram em torno de uma "matriz metodológica" para a abordagem da Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento (com base na autogestão social) que articula um "Todo Social", nas palavras de I. Meszáros, o "Metabolismo Social". Portanto, implica uma visão ampla da Ecosol, muito além da eficácia e eficiência econômicas. Nessa direção, o projeto educativo da CAPINA fala de "viabilidade econômica e cultural". Uma "Visão de Mundo".

A autogestão é encarada como estratégia de desenvolvimento (estratégia política), e como um Ideal (horizonte utópico); isto é, como Projeto de Sociedade que abrange diversos elementos, articulados entre si. Mas, para efeito didático, vamos dividi-los como se segue:

- uma história (memória social);
- uma estratégia política (plataforma-programa e projeto político);
- uma estratégia de contra-hegemonia através de redes (articulação);
- um projeto educativo (pedagogia, metodologia);
- uma filosofia (ontologia do ser social, cultura ou filosofia do trabalho)
- uma cultura (ética, utopia concreta, esperança)
- uma hegemonia cultural;
- uma Ergologia (visão de 'corpo-máquina', tecnologia);
- uma Erótica (reencantamento da vida, caráter lúdico, ecosocialismo e ecofeminismo);
- uma ecologia ( natureza, cosmogonia);
- uma 'revolução cultural do cotidiano' (Mudar a Vida);
- uma 'cosmovisão' ( concepção de tempo e espaço);
- uma visão internacionalista solidária (política e pedagógica).

Como certa vez disse o poeta mexicano Octavio Paz, em relação ao 'romantismo': "O Romantismo foi a grande mudança, não só no domínio das letras e das artes, mas na imaginação, na sensibilidade, no gosto, nas idéias. Foi uma moral, uma erótica, uma política, uma maneira de se vestir e um maneira de amar, uma maneira de viver e de morrer". Ou seja, uma "**Visão de Mundo**". A Erótica, também, vem associada à Ergologia, à relação homem-máquina: "A autogestão começa pelas mãos e passa pelo coração"!

Estes diversos campos foram abordados dentro de ações educativas baseadas na "Autogestão da Pedagogia". Partindo das experiências diversas dos educandos e numa troca e produção de saberes e conhecimentos, de forma coletiva, e com a presença de 'animadores, educadores', imbuídos do "espírito experimental" da pedagogia da autogestão.

Um experimento de vivência do "Espaço Público Ético e Epistemológico" da Pedagogia da Autogestão que supõe a relação criativa entre o 'conhecimento sistematizado', 'científico', e o 'conhecimento empírico', 'vivido'; isto é, formas distintas de saberes.

Este espírito da autogestão da pedagogia foi experimentado pelos educadores nas ações educativas das 5 Regiões(CFES). Foi, na verdade, um exercício autogestionário, no sentido de "Mudar a Vida" como ação pedagógica. Muitas são as questões no ar saídas das atividades nacionais e regionais. Um dos mais agudos: a sistematização das experiências dos Grupos de Trabalho Associado, a sistematização do que chamamos "Chão de Trabalho Associado".

Em muitas destas experiências os coletivos de trabalho constroem um "grupo de educadores nos próprios locais do trabalho autogerido". Têm por papel animar o processo formativo nestes espaços de trabalho.

Partimos do pressuposto de que no Trabalho Associado, os trabalhadores detêm os Meios de Produção. Deste modo, cada "Chão de Trabalho" porta a 'possibilidade' de vir-a-ser uma "Escola de Trabalho" onde seus atores todos poderão ser educadores, filósofos, como diria Gramsci: "todo ato político é um ato pedagógico."

Em muitas experiências os trabalhadores param a máquina, o processo de produção, para fazer reflexões sobre temas diversos. Por exemplo, na reciclagem, na agricultura familiar (onde os camponeses fazem a 'roda de conversa' de duração de 40 minutos. Podemos chamar isso de "Greve Pedagógica": parar para 'produzir' novos valores, construir novas relações, superar a alienação ao controlar na "mão e no coração" o processo de trabalho.

Em muitos "chãos de trabalho associado" já existem 'núcleos de educadores', pequenos grupos compostos de três, cinco ou mais pessoas que desenvolvem atividades formativas dentro do local de trabalho e/ou em instituições externas a ele.

## 2. Experiências e pensamentos que ajudam

Enfocamos estas questões, do campo da Ecosol, como "Estratégia de Desenvolvimento", na esfera da autogestão social. Assim, visando a articular o conjunto destas problemáticas, vamos recorrer na cultura da autogestão, a diversos pensadores que refletiram estes diversos campos. Para tal, retomamos alguns temas abordados no livro ("Autogestão, Poder Popular e Socialismo") com uma temática que abrange em seu primeiro volume:

- Teorias: autogestão e socialismo, pedagogia e metodologia, cultura, utopia e esperança, filosofia e ontologia do trabalho e, o que chamo de um "Ideário da autogestão" (uma plêiade de pensadores que abordaram em suas obras a temática da autogestão socialista).

E em seu segundo volume:

- História: experiências de lutas autogestionárias em diversos países, desde o século XIX até os dias atuais. Daí o título principal do livro: "Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende".

Neste ensaio, retomo o debate sobre a autogestão no campo político e no da educação ocorrido na França, nos anos 60-80, em relação à estratégia da autogestão. Partimos das idéias de Daniel Mothé e de René Lourau para cumprir esta parte do texto. A fonte principal será a Revista "Autogestion et Socialisme" que publicou, em vários números, relatórios de Seminários e Conferências Internacionais sobre estas temáticas. Enfim, trataremos no conjunto do ensaio, o seguinte universo temático:

- Estratégia de Desenvolvimento (matriz metodológica, de ondas de longa duração);
- Teorias e políticas da autogestão (estratégia);
- Filosofia da autogestão (ontologia, trabalho, utopia);
- Pedagogia e metodologia da autogestão (dispositivo pedagógico).

E, não menos importante, a questão surgida nas atividades do CFES, a "Pedagogia Erótica". Vimos acima, na fala do ensaísta e poeta Octavio Paz, sua afirmação forte neste campo. Nas atividades formativas, tanto no CFES quanto na RECID, a 'pedagogia erótica' foi experimentada, seja nas músicas e danças circulares (tipo cirandas) ou nas chamadas 'dinâmicas' durante a atividade, puxadas pelas equipes de animação.

O "Caracol" foi o exemplo mais sintomático. Esse animal é o símbolo da vida de muitas culturas pré-colombianas, como os índios Mayas, de Chiapas-México. Atualmente, os "Territórios Autogeridos" na região de Chiapas, chamam-se "Caracóis". Villagarcia, nome de Chilo, antes de iniciarmos a Oficina em Santa Maria, definiu o Caracol: "significa a vida, o caminhar da comunidade sempre em movimento; comunicação; convocação à celebração; reunir-se para compartilhar experiências, tomar decisões; respeitar a diversidade; a busca de plano comuns".

Iniciava-se uma dança das águas, uma Ciranda e, passo a passo, formava-se um caracol, um "vai e vem", um "entra e sai", movimento circular de marca filo-antropológica do Tempo-Espaço dos povos originários, sem a marca do relógio típico do industrialismo.

Esse jogo "Ciranda-Caracol" também ocorreu no Seminário Internacional do CFES, em Santa Maria, com a companheira Chilo, do México. Montamos uma rede de pesca-arrastão em que os participantes colocavam tarjetas com data e evento, uma linha do tempo da Ecosol no Brasil. A rede foi posta no chão, em forma de Caracol. Após fecharmos a linha do tempo, iniciamos com 150 pessoas uma Ciranda imensa, em volta da Rede-Caracol.

Nesse ensaio, o núcleo central é a Ecosol como uma estratégia política que se desenvolve na experiência concreta o 'máximo de autogestão', o 'máximo de consciência possível' dos atores do trabalho associado, a partir do nível de 'consciência real'.

- Matriz Metodológica

A Matriz Metodológica foi construída desde a época dos debates na CNM-CUT, no Programa "Integrar", e ligada à discussão sobre o problema do "Desenvolvimento". Desde que a CUT, naquela época, incorporava a discussão sobre o "Sindicalismo Cidadão" numa perspectiva que relaciona ao território, as cidades e comunidades, na linha de Milton Santos. O Coletivo de Formação da CNM (1996-1997), incorporando educadores de várias Escolas de Formação da Central, iniciou este debate que foi aprofundado na equipe de sistematização do Programa Integração. Já não mais como o 'Integrar', apenas da CNM, mas com o conjunto da CUT (1998-2000).

Neste sentido, relato as atividades de Formação de Dirigentes que desenvolvemos, desta vez, na Escola Sul da CUT (Florianópolis,1998-2001)), em torno a esta questão.

No início do Governo Lula, este tema ligado a "Território" foi eixo de muitas discussões, entre vários Ministérios, em busca de uma síntese conceitual. Vamos então à experiência formativa, principal terreno de construção da "matriz metodológica".

### **3. O método das "ondas de longa duração"**

O programa que elaboramos teve por objetivo articular questões que implicam distintas temporalidades (curto, médio e longo prazos) e espacialidades (locais, estaduais, regionais, nacionais e mundiais). O fim do milênio e do século 20 exigem abordagens que remetam a problemas civilizatórios. As atividades relacionadas aos "500 anos" colocam em relevância a formação nacional brasileira, um retrato do Brasil, ou seja, questões estruturais. As eleições municipais colocam em evidência o poder local. Enfim, O CONCUR colocava em cena o debate sobre a estratégia de disputa de hegemonia. Portanto, o curso se desenvolveu em um ano onde os principais acontecimentos nos quais os educandos estavam envolvidos potencializavam e exigiam que nossas reflexões relacionassem o conjuntural com o estrutural.

Para contemplar estas complexas e distintas temporalidades trabalhamos com a metodologia das ondas de longa duração. Esta metodologia articula as características e a natureza da complexidade da crise em curso: as mutações no mundo do trabalho e suas conseqüências para o sindicalismo e o conjunto da sociedade.

A crise do trabalho e do sindicalismo têm dimensões profundas que exigem a abordagem de temporalidades de longa duração e de contradições profundas (éticas, culturais). Através da informatização e da mundialização do mercado financeiro, os grupos dirigentes do capital redesenharam o saber e a figura do trabalho no processo produtivo, conduzindo a uma crise profunda dos partidos de massa e dos sindicatos, questionando a forma Estado-Nação.

Em termos metodológicos, a complexidade e a profundidade da crise exigem uma visão que incorpore temporalidades mais longas e explore contradições mais profundas. As mutações afetam de forma radical dois âmbitos do mundo moderno: (1) os mundos do trabalho; (2) o campo do Estado-Nação. O primeiro refere-se ao campo da reestruturação produtiva; o segundo, ao âmbito do território, das cidades, das políticas públicas. O primeiro requer uma análise da esfera da produção, do estágio atual do "Capital"; o segundo, uma análise ao nível do espaço-território, da reprodução social. No conjunto, o fenômeno que Milton Santos chama de "sistema técnico-informacional".

No desenvolvimento atual do sistema capitalista, o mundo do trabalho é objeto de um amplo processo de reestruturação da organização da produção. As mudanças são tão profundas e

radicais que parece se tratar de uma "vingança" do capital em relação ao trabalho. Surge mesmo, uma nova forma de capitalismo global, muito diferente do capitalismo multinacional.

Um dos signos principais da globalização do capitalismo é o desenvolvimento do capital em geral, superando mercados e fronteiras, regimes políticos e projetos nacionais, regionalismos e geopolíticas, culturas e civilizações. No centro do processo encontra-se a crise do mundo do trabalho.

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX é que ele se globalizou na mesma escala em que se globalizou o capitalismo. A globalização capitalista, vista como processo civilizatório, atinge o conjunto da sociedade humana, e, rompem-se os quadros sociais e mentais de referência. Esta "desordem do trabalho" atua sobre toda a vida social: surgem novas formas de sociabilidade, novo tipo de individualismo, novas religiões, crise de representação, violência e barbárie. As instituições (sindicato, partido, escola, família, Estado, Nação...) sofrem os efeitos da reestruturação do processo de produção. Por exemplo: no mundo do trabalho, as noções de *espaço*, *tempo* e *função* estão sendo alteradas de forma radical, obrigando a uma revisão da relação entre o *tempo* e a *natureza do trabalho*.

A amplitude das mutações em curso nos faz pensar no período analisado por M. Foucault: a passagem da "Idade Clássica para Idade Moderna", quando o "nascimento do trabalho" modificou a ordem social e engendrou uma "nova episteme", afetando a natureza, os métodos e as funções do saber. Portanto, o período atual não é o primeiro em que se fala de "crise do trabalho". Em todas as grandes crises estruturais (fim do século XVII, no final do século XIX, nos primeiros 15 anos do século XX, no período entre as duas guerras mundiais, sobretudo durante a crise de 1930) o trabalho esteve no centro das reflexões.

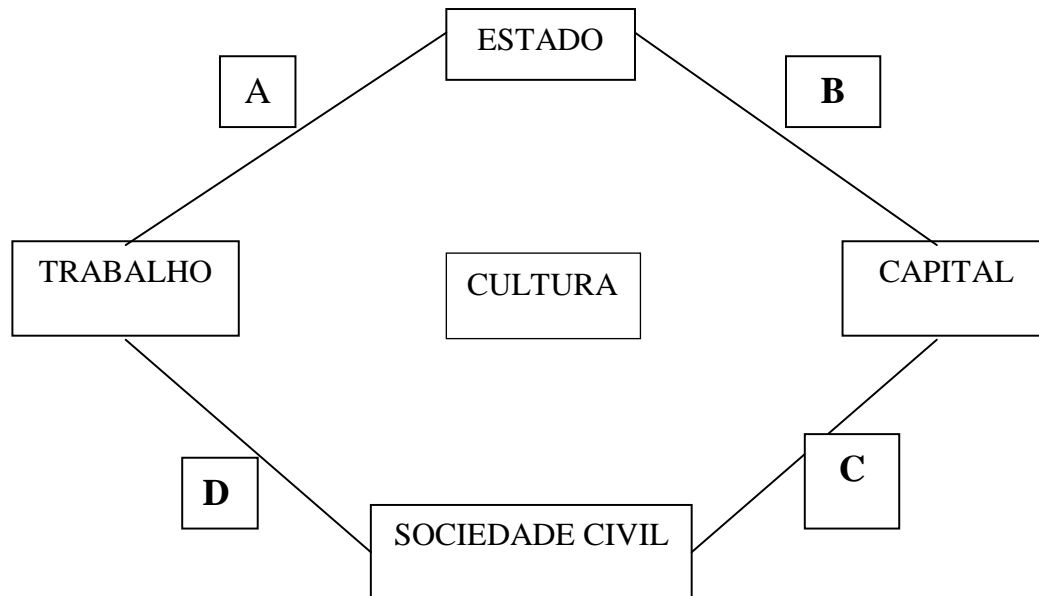
As novas tecnologias produzem impactos culturais de caráter global sobre a sociedade como um todo e, particularmente, sobre os trabalhadores. A flexibilização envolve todo um rearranjo interno e externo da classe operária, em âmbito nacional, regional e mundial. Modificam-se os seus padrões de sociabilidade, vida cultural e consciência; ao mesmo tempo em que mudam as condições de organização, mobilização e reivindicação.

Estas tecnologias constituem um desejo antigo da humanidade, isto é, a emancipação humana do trabalho manual, a redução da jornada de trabalho, o tempo livre, maior produtividade, entre outras. Entretanto, sua implementação, em conformidade com os interesses do capital, tem produzido desemprego estrutural, exclusão em massa, desorganização das famílias pelos turnos flexíveis e desorganização dos trabalhadores.

Disto podemos extrair dois eixos importantes: a crise da civilização industrial e a mutação do valor trabalho. A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. O futuro caminha para uma maior fragmentação dualista e de caráter estrutural da sociedade, agravando a marginalização e a exclusão social, o desemprego e a precariedade do trabalho.

#### 4. Desenvolvimento metodológico

Estruturamos o programa em quatro "disciplinas" (economia e desenvolvimento, Estado e democracia, sindicalismo e lutas sociais, cultura e hegemonia). De forma articulada, procuramos abordar os seguintes aspectos:



Ressaltamos que, no centro desta "imagem", pomos a questão da Cultura e da Ética, na linha gramsciana da "revolução moral e intelectual do cotidiano", o processo de construção da hegemonia cultural.

A - Experiências de desenvolvimento, articulando, principalmente, Estado e Trabalho. Por exemplo: social-democracia européia, populismos na América Latina, socialismo estatal no leste da Europa central e na ex-URSS.

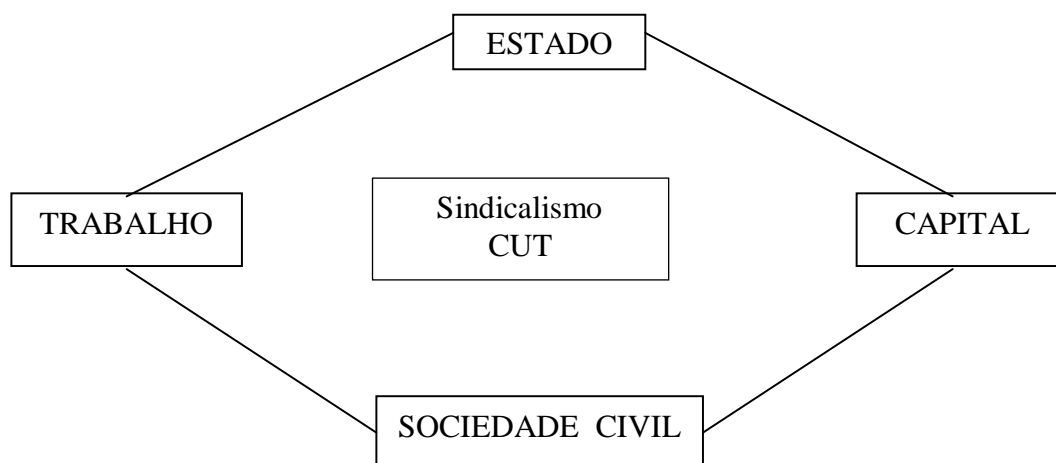
B - Experiências de desenvolvimento, articulando, principalmente, Estado e Capital: fascismo, nazismo, ditaduras militares.

C - Experiências de desenvolvimento, articulando, principalmente, Capital e Sociedade Civil: liberalismo, neoliberalismo.

D - Campo do historicamente 'ainda-não-vivido', das alternativas e da UTOPIA, articulando Trabalho e Sociedade Civil como eixos determinantes em relação ao Capital e ao Estado, respectivamente, como elementos centrais de possíveis experiências históricas de sociedade.

Este esquema é adaptado para o campo do sindicalismo, sendo que, no centro, colocamos sindicalismo cutista, substituindo Cultura e Ética.





O nosso objetivo foi articular os tipos de desenvolvimento com as fases do sindicalismo. Assim, por exemplo, ao desenvolvimento agrário-exportador (da escravidão à República varguista) correspondeu uma fase heróica (anarco-sindicalista) do movimento sindical. Ao tipo de desenvolvimento "substituição de importações", correspondeu um sindicalismo institucionalizado (CLT), centrado no Estado.

Em cada uma das etapas do Curso procuramos analisar a articulação entre capital (processo de acumulação), Estado, sindicalismo e sociedade. Trata-se, portanto, de um debate sobre *projetos de sociedade* ou de *desenvolvimento*. A perspectiva que adotamos foi de *projeto nacional alternativo*, isto é, qual o papel do sindicalismo em sua construção.

Procuramos desenvolver o Curso de forma a possibilitar aos educandos a identificação das questões estruturais que precisam ser estudadas e contempladas em projetos estratégicos, ao mesmo tempo em que estudamos os instrumentos de análise de conjuntura. Como combinar instrumentos metodológicos que dêem conta, simultaneamente, de *escalas de espaço* (município, cidade, região, estado, nação, mundo) e de *escalas de tempo* (passado, presente, futuro)?

Como diz Maria da Conceição Tavares, "A luta política tem que estar referida a um espaço-tempo concreto, a um território político organizado, numa dada conjuntura". Instrumentos que expressem conteúdos sobre o campo dado (Sociedade, Estado, Capital, Trabalho), que permitam um desenvolvimento metodológico dos conteúdos na perspectiva de "recriação" pelos educandos, resultando em novos produtos (conhecimentos) e que permitam autonomia em seu uso além da atividade formativa em questão. Isto é, nas etapas inter-módulos nas cidades/regiões.

O debate sobre a construção de alternativas de desenvolvimento implica um acerto de contas com o passado (um mergulho na história). Implica, também, uma projeção no futuro e uma reflexão profunda sobre o momento histórico que vivemos: o presente, a conjuntura ("momento atual").

Para abordarmos a temática de desenvolvimento (enquanto tipo de sociedade), operamos com a categoria de *tipos de desenvolvimento*, numa perspectiva aberta que implica incorporar os elementos de conhecimento e saber dos próprios educandos e que permite uma aplicação criadora e ativa.

Nesta perspectiva, desenvolvimento qualifica a transformação social de modo integral, incorporando os aspectos econômicos, tecnológicos, sociais, políticos e culturais. Enfim, *desenvolvimento integral*. A idéia fundamental de que projeto de desenvolvimento estratégico implica fundamentos políticos, antropológicos, cosmovisão. Um projeto hegemônico não é setorial, ao contrário, é global. Um projeto de sociedade é associado a um projeto de homem, uma opção antropológica etc.

A aplicação criadora deste método construtivo leva à elaboração de modelos de desenvolvimento de curto e longo prazos. Projeto de desenvolvimento como concepção estratégica de um socialismo nacional, criativo, solidário, participativo e autogerido. Nesta abordagem, o projeto de desenvolvimento interpreta em termos objetivos os grandes objetivos da sociedade. Ao nível mais específico, traduz estes grandes objetivos em projetos específicos com prazos determinados.

Ao nível de cidadania ativa (Estado/Democracia), o projeto de desenvolvimento tem seu centro de gravidade no povo, nas necessidades populares, com profunda participação, solidariedade, criatividade, independência cultural. Uma visão oposta e antagônica seria de desenvolvimento centrado no capital, na empresa.

O método parte da construção de *escalas históricas*, que abordam desde uma "visão global" - a evolução das civilizações, passando pelas formações econômico-sociais - até a visão do cotidiano. A história é vista através de *escalas temporais* diversas, como nos vários graus de um microscópio. Para começar, definimos as *escalas* com as quais se devem analisar o processo de construir um projeto nacional.

Vejamos estas *escalas*:

1. Uma *escala evolutiva*, a mais ampla de todas: a escala da história humana;
2. Uma *escala histórica*, onde se estudam os diferentes tipos de formações sociais;
3. Uma *escala de visibilidade individual*, em que a unidade de tempo é mais ou menos de 25 anos (25 para o passado e 25 para o futuro - mergulho no passado e projeção). É o mínimo que se pode esperar que uma pessoa madura recorde, com bastante consciência, para poder tirar conclusões sem a necessidade de consultar versões jornalísticas ou entender o processo histórico por segunda/terceira mão. Centrada na experiência vivida pelos próprios educandos. Implica levar em conta alguns aspectos do perfil da turma: idade, escolaridade, tempo de militância;
4. Uma *escala estratégica*, onde já nos situamos no campo das ações, isto é, determinar o que fazer, definir os grupos sociais etc. Numa escala espacial de ordem local articulada com uma escala de tempo de duração média: o período de uma *gestão municipal*, 3 a 4 anos. Assim, é uma *escala* para construção de projeto de *poder local*.

As duas primeiras escalas são muito amplas, abordam questões, sobretudo, do eixo hegemonia cultural; estrutura de sentimentos, imaginário social, ética, cotidiano. O interesse fundamental da terceira *escala* é que podemos definir o projeto de desenvolvimento concreto, a um nível mais ou menos prático, descendo das generalidades, como liberdade, justiça social etc. Esta escala nos fornece um quadro de referência prático em que podemos traçar estratégias de ação, tomar exemplos reais, com nome e sobrenome, datas etc. Por exemplo: em que fase de desenvolvimento do capitalismo nos encontramos, especificamente, no Brasil? Daí, a necessidade da análise por períodos (de 25 anos), tomando dois ou três períodos para trás e um para frente (projeção), buscando ver quais são as tendências quantitativas e qualitativas nestes períodos em relação a vários problemas (político, tecnológico, econômico, etc.) e diversos sujeitos históricos (partidos, movimentos, instituições, etc.).

A análise estratégica necessita de prognósticos de longa duração. Não se trata de futurismo ou adivinhação, mas de vislumbrar alternativas prováveis, tendências futuras, isto é, análise de cenários.

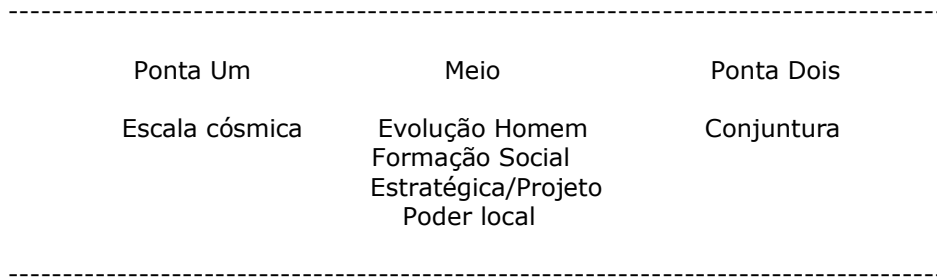
Na *quarta escala* o fundamental é a ação. Assim, deve se referir a uma situação localizada, uma cidade, uma região, um ramo etc.

Nas duas dimensões (espaço-tempo), temos que levar em conta o global: uma escala local, contudo, com referência global; uma escala temporal curta, porém articulada com as escalas anteriores.

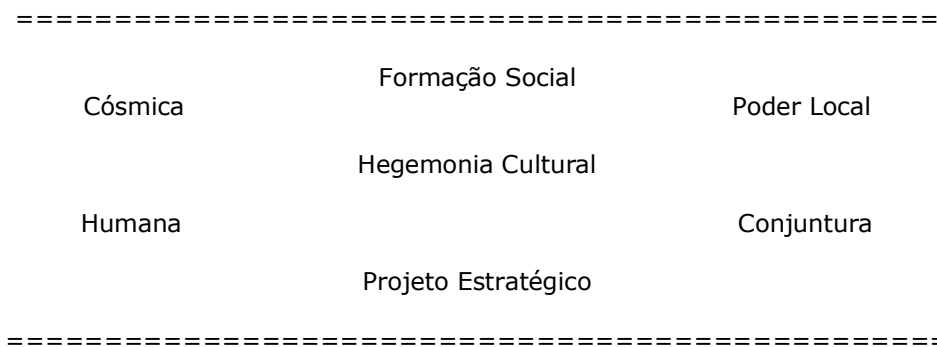
À estas *quatro escalas* fundamentais agregamos outras duas:

- 1 - uma escala puramente *tática*, que já não é mais a "história", é o mês passado e o mês que vem; a semana, a política do dia-a-dia, o jornalismo, a mídia. Enfim, uma *escala de conjuntura (momento atual)*;
- 2 - uma escala "além" da "história", por ser muito abstrata, uma escala dentro da evolução do universo, uma *escala cósmico-universal*. Esta escala está próxima às duas primeiras.

Esquematizando para melhor visualização:



Em outra disposição gráfica:



Aqui, o eixo hegemonia cultural está expressando estrutura de sentimentos, imaginário social, experiência, práxis, indivíduo, cotidiano, a partir dos próprios sujeitos, articula o conjunto.

Esta foi a pisada que nos levou á construção da Matriz Metodologia em torno do tema "Desenvolvimento", visto como processo de construção de "projetos de Sociedade", articulando os eixos: de um lado, Estado e Sociedade e , de outro, Capital e Trabalho; e, no meio a questão da Cultura, da Ética.

Este 'desenho' forma , quando em movimento, uma "Imagem dialética," ou uma "Constelação". Este referencial metodológico nos permitiu mergulhar na Historia das Lutas pela Autogestão. Mesmo que não o tenhamos feito de forma esquemática, explicitando cada par dialético, mas cada narração incorpora esta "Imagem Dialética", ou "Constelação", no dizer de Walter Benjamin.

Os estudos da obra de I. Mézáros, em 1995, sobretudo "Para Além do Capital" (edição presenteada pelos amigos da Monthley Revue de New York) nos permitiram dar mais coerência a esta "Imagem dialética". Mézáros define o 'metabolismo social' do sistema "hegemonizado pelo Capital" em 3 eixos:

- Capital
- Estado
- Trabalho.

A definição da Autogestão, como estratégia de "desenvolvimento", torna-se então fundamental.

## PARTE III

### 1. Teorias e Políticas da Autogestão

Os debates nas atividades de formação abordaram a perspectiva estratégica da autogestão e da Ecosol. Estas são tomadas tanto como movimento social, práticas sociais, quanto Projeto histórico utópico: seus aspectos táticos e estratégicos, reforma e revolução.

Como Estratégia de Desenvolvimento, pensamos a Ecosol e a autogestão a partir da nossa Matriz de Desenvolvimento, ou Matriz de Projeto de Sociedade, articulando seus elementos constitutivos em "pares dialéticos": Estado e Democracia, Trabalho e Capital, e Cultura-Ética.

A ofensiva do Capital contra o Trabalho rebaixou esse à categoria puramente econômica. Anos e anos de debate em torno da 'reestruturação produtiva' também serviram para um olhar rasteiro sobre o mundo do trabalho. Até anunciou-se seu fim. Buscamos, então, uma visão filio-antropológica e ontológica do 'Trabalho'.

No campo que podemos chamar de A Teoria Política da Autogestão recorreremos à obra de Mészáros. O filósofo húngaro, procedente da chamada escola Lukacsiana de Budapeste, Istvan Mészáros é um dos poucos pensadores socialistas contemporâneos a por na ordem do dia a questão da estratégia socialista como forma antagônica ao Capital, e não apenas a sua forma histórica atual, o sistema capitalista. Em duas obras fundamentais, "O Poder da Ideologia" (1989) e, sobretudo, em "Para Além do Capital" (1996), Mészáros tratou do tema do socialismo na perspectiva de uma sociedade constituída por "produtores livremente associados", ou seja, da autogestão socialista. Esta temática vem de "O Poder da Ideologia" e foi retomada no livro de ensaios intitulado "O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico" (2006).

Mészáros parte da idéia da 'crise estrutural' do capital como marca fundante desta nova época, que alguns chamam de 'globalização'. E, por varias razões, nos mostra que a única alternativa à barbárie do capital é uma hegemonia radical socialista antagônica ao Capital. Esta hegemonia tem por objetivo a construção de um novo tipo de sociedade que Mészáros sempre chama, em suas várias obras, de "livre associação dos produtores". Ou seja, o que na cultura socialista significa Autogestão Social. Em "A Estrutura Social e Formas de Consciência", obra mais recente, Mészáros a chama de "Sistema Comunal".

As lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX, na perspectiva da autogestão social, portam a radicalidade antagônica contra os três eixos do núcleo central do metabolismo social: o Capital, o Trabalho Assalariado e o Estado.

Na parte conclusiva deste nosso trabalho, vamos aprofundar esta questão: o caráter e a natureza das lutas autogestionárias como experiências radicais contra o Capital, ou seja, para 'Além do Capital'. Sem dúvidas, por isto tenham sido massacradas a ferro e fogo pelas personificações históricas do Capital, isto é, em ciclos distintos do capitalismo. Estes ciclos de lutas autônomas e autogestionárias foram sistematizados por João Bernardo, em sua obra intitulada "A Economia dos Conflitos Sociais". Bernardo qualifica tanto em termos de forma quanto de conteúdo estas lutas pela autogestão. Seu trabalho mostra claramente o que são lutas antagônicas ao Capital para "Além do Capital."

Neste sentido, a obra de Mészáros é fundamental. Em relação à autogestão, Mészáros, já em "O Poder da Ideologia" (1989), traçou elementos muito importantes, e também pondo questões sobre a 'transição socialista' que aprofundaria em "Para Além do Capital" (1995).

No "Poder da Ideologia", há um ensaio em que analisa a 'visão otimista' de Marx sobre a Comuna de Paris, intitulado "Revolução social e divisão do trabalho". Aqui, Mészáros afirma que "Uma revolução da classe trabalhadora – como Marx via a Comuna - só em uma escala histórica de longo prazo é também, ipso facto, uma revolução 'contra o próprio Estado'". Ainda, seguindo as definições de Marx, em "Guerra civil na França", Mészáros define 'a natureza da tarefa': "realizar a emancipação econômica do trabalho mediante a 'forma política' finalmente descoberta, para que o 'trabalho livre e associado' assuma a forma de 'sociedades cooperativas unidas' a fim de regulamentar a produção 'nacional' segundo um plano comum".

Noutro ensaio, "Ideologia e Autonomia", Mészáros fala abertamente em autogestão:

"... Os socialistas afirmam que a única autoridade capacitada para a tarefa de administração dos seres humanos como os recursos vitais do progresso social e econômico, é a autoridade autoconstituída dos produtores associados. A 'autogestão' é por eles considerada não apenas praticamente viável, mas também historicamente necessária, tendo em vista as crescentes contradições internas do sistema reprodutivo socialista e a crise de autoridade agora abertamente admitida até por seus defensores mais agressivos".

Analisando o capitalismo em relação a fábrica e ao mercado, Mészáros busca suas alternativas: "A segunda alternativa ao sistema de despotismo prevaletente no local de trabalho e à anarquia na divisão do trabalho voltada para o mercado na sociedade em geral é ainda menos compatível com o modo de controle capitalista que a primeira. Ela exige a total eliminação do capital, tanto nas microestruturas em cujo interior as práticas produtivas e distributivas da sociedade são realizadas, quanto do modo como estão articuladas em um todo crescente. Sem isto, a 'AUTO-ATIVIDADE CONSCIENTEMENTE PLANEJADA' dos produtores associados no plano de seus intercâmbios abrangentes se tornaria impossível, o que por sua vez prejudicaria inevitavelmente seus esforços para instituir a 'AUTOGESTÃO AUTÔNOMA' da atividade produtiva do local de trabalho".

Prossegue Mészáros: "Esta radical eliminação do capital pelos indivíduos auto-emancipados de sua presente dominação do metabolismo social É O EXATO CONTEÚDO DO PROJETO SOCIALISTA (grifo nosso). Em oposição ao modo como se exerce o domínio do capital sobre a sociedade, a concepção socialista vislumbra, nas palavras de Marx, 'UM PLANO GERAL DE INDIVÍDUOS LIVREMENTE ASSOCIADOS'...É o que se quer dizer com a proposta de 'TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO EM AUTO-ATIVIDADE'.

Transformar esta visão em realidade pressupõe 'obstáculos imensos'. Para Mészáros, "Permanece a questão, como antes, de como romper as cadeias do capital "lá onde são forjadas", substituindo-as em um sentido positivo pelos 'LAÇOS COOPERATIVOS' conscientemente adotados – que ligam e fortalecem a todos, concedendo e determinando a cada um direitos e deveres – mediante os quais possam ser implementadas as necessárias alterações pelos produtores associados".

Mais adiante, Mészáros volta à mesma questão: "A concepção socialista da atividade produtiva como 'não apenas um meio de vida', mas a principal necessidade da vida"(...) é compatível tão somente com a forma de autoridade correspondente, isto é, com a AUTORIDADE DIRETORA LIVREMENTE AUTOCONSTITUÍDA dos próprios produtores associados". E, categoricamente, reafirma a atualidade do projeto de autogestão na perspectiva de Marx: "Neste sentido, o programa marxiano de transferência do controle do metabolismo social para os produtores associados não perdeu nada de sua validade desde a época de sua formulação. Ao contrário, surgiu de novo, mais forte do que nunca, na agenda histórica de nossos dias, visto que somente os produtores associados podem elaborar, por si próprios, as modalidades práticas com as quais pode ser resolvida a dupla crise, hoje onipresente, da autoridade e do desenvolvimento".

Na mesma obra, no ensaio "A constituição da solidariedade", Mészáros, analisando o que chama de 'a tragédia de Rosa Luxemburgo', já tinha dito o mesmo que em relação a Marx: "Assim sendo, em todas as questões de importância vital para o movimento, Rosa Luxemburgo apresentou um conjunto de idéias coerente, profundamente dialético e, apesar das complexidades, exposto com notável clareza; conjunto de idéias que, com relação às PERSPECTIVAS A LONGO PRAZO da transformação socialista vindoura, ainda não foi superado".

Enfim, não por acaso, Mészáros, de forma inspirada, cita Rosa no início do capítulo "Ideologia e Emancipação": "O socialismo não pode ser e não será inaugurado por decreto; não pode ser estabelecido por qualquer governo, ainda que admiravelmente socialista. O socialismo deve ser criado pelas massas, deve ser realizado por todo proletário. Onde as cadeias do capitalismo são forjadas, aí existem cadeias a ser rompidas. Somente isto é socialismo, e só assim ele pode nascer. As massas devem aprender a usar o poder usando o poder. Não há outro modo".

Além da obra de Mészáros, tentaremos construir o que podemos chamar de "**IDEÁRIO DA AUTOGESTÃO**": uma plêiade de vários pensadores que foram atraídos pelo projeto socialista autogestionário. Através de suas idéias, poderemos construir as bases e/ou princípios de um '**MARCO TEÓRICO**' da autogestão.

Vamos, então, retomar algumas idéias de Mészáros, que apresentamos na introdução deste trabalho, e acrescentar outras que serão importantes para nossas conclusões. Ricardo Antunes sintetizou, de forma brilhante, as 3 teses mais originais do pensamento de Mészáros:

1ª - Mészáros diferencia 'capital' e 'capitalismo'. O primeiro antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo é 'uma' das formas de realização do capital, a forma dominante nos últimos três séculos. Mas, assim como existia capital antes do capitalismo, há capital após o capitalismo (o 'capital pós-capitalista'), vigente na URSS e demais países do Leste Europeu, durante várias décadas do século XX. Estes países, embora 'pós-capitalistas', foram incapazes de romper com o domínio do capital. Para Mészáros, 'o sistema de metabolismo social do capital' tem seu núcleo central formado pelo tripé 'capital', 'trabalho assalariado' e 'Estado'. São três dimensões fundamentais e interrelacionadas, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem este sistema.

2ª - Sendo um sistema que não tem limites para a sua expansão, o capital acaba por tornar-se incontrolável e essencialmente destrutivo.

3ª - Qualquer tentativa de superar esse sistema de metabolismo social que se restrinja à esfera institucional e parlamentar está fadada à derrota. Só um vasto movimento de massas, radical e extraparlamentar, pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital e sua lógica destrutiva.

Mészáros parte da idéia da 'crise estrutural' do capital como marca fundante desta nova época, que alguns chamam de 'globalização'. E, por varias razões, nos mostra que a única alternativa à barbárie do capital é uma hegemonia radical socialista antagônica ao Capital. Esta hegemonia tem por objetivo a construção de um novo tipo de sociedade que Mészáros sempre chama em suas varias obras, de "livre associação dos produtores", ou seja, o que na cultura socialista significa "Autogestão Social".

Como vimos nas experiências históricas, as principais lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX, na perspectiva da autogestão social, portam a radicalidade antagônica contra os três eixos do núcleo central do metabolismo social: o Capital, o Trabalho Assalariado e o Estado.

Este caráter e a natureza das lutas autogestionárias como experiências radicais contra o Capital, ou seja, para 'Além do Capital', explicam o porque tenham sido massacradas a ferro e fogo pelas personificações históricas do Capital, em ciclos distintos do capitalismo.

Estes ciclos de lutas autônomas e autogestionárias foram sistematizados por João Bernardo, em sua obra intitulada "A Economia dos Conflitos Sociais". Bernardo qualifica tanto em termos de forma quanto de conteúdo estas lutas pela autogestão. Seu trabalho mostra claramente o que são lutas antagônicas ao Capital para "Além do Capital". Neste sentido, aproximar as idéias de Bernardo com a obra de Mészáros é fundamental.

## **2. Autogestão e Ecosol**

A relação da Autogestão com a Economia Solidária é outro desafio deste ensaio. É claro que a Ecosol porta princípios da autogestão, contudo, como veremos, suas formas de luta e de organização não portam, pelo menos na conjuntura atual, a radicalidade e o antagonismo das lutas históricas da autogestão em relação ao Capital. Suas lutas são de resistência dentro do capitalismo, ainda com a marca do que Gramsci chamou de "corporativas", sem desenvolver, no Projeto de contra Hegemonia.

As experiências históricas de lutas autogestionárias mostram que estas começam nos locais de trabalho, nas empresas heterogeridas, de submissão do trabalho assalariado ao Capital, e vão assumindo formas radicais de organização e programas em relação a organização capitalista do Trabalho e em relação ao Estado (forma política articulada de expressão do Capital).

Já a Ecosol tem suas experiências mais articuladas no território, nas cidades, e há um segmento especial: o das 'Empresas recuperadas', mais próximo das experiências de controle operário.

As lutas pela autogestão ocorreram em conjunturas e ciclos pré ou mesmo revolucionários. Por sua vez, com poucas exceções, as experiências da Ecosol ocorrem em conjunturas de baixa intensidade de lutas sociais, períodos de poucas convulsões sociais.

Algumas questões cruciais:

- Em momento de crise das lutas nas empresas, nos locais de trabalho, a Ecosol é a única forma de expressão da autogestão na época atual do Capital?
- Define, em si mesma, uma alternativa ao atual modo de produção e mesmo ao próprio metabolismo social do Capital?
- Que articulações seriam necessárias entre as lutas e formas de organização das experiências da Ecosol e as do movimento operário nas empresas, através de formas associadas de organização (seções sindicais, comissões de fábrica, conselhos operários, etc.)?
- Seria, então, a Ecosol um novo reformismo? Ainda cabe nesta época de Crise Estrutural do Capital a distinção entre reforma e revolução?

Neste ponto, vamos recorrer às análises de Mészáros, quando remarca que a linha de 'menor resistência' ao Capital está definitivamente sepultada nesta nova época. Também, o velho militante da autogestão, Daniel Mothé, ensaiou superar essa dicotomia: autogestão geral (revolução) e 'autogestão gota-a-gota' (reforma). Mothé buscou articular dialeticamente a autogestão como meta estratégica de longo prazo e a economia solidária, principal forma em curso da autogestão (mas, não a única), como movimento social e 'experimentação'? Ou, será que teremos, nesta época do Capital, novos ciclos revolucionários de lutas autogestionárias, no sentido assinalado por João Bernardo? O próprio Bernardo remarca que na etapa atual do capitalismo, os próprios ciclos são alterados.

- A nova característica de 'crise estrutural do Capital' não determinará, também, nova época para as lutas sociais ?
- Tal qual não se prevê mais ciclos econômicos do Capital, não seria esta a nova lógica das lutas envolvendo Capital x Trabalho em suas formas de existência atualmente?
- Poderá a Ecosol desenvolver a radicalidade e o antagonismo ao Capital presentes nas lutas históricas pela autogestão e pelo socialismo?
- Ela porta de forma intrínseca este potencial?

As experiências em curso na América Latina portam elementos valiosos para esta reflexão. Por exemplo, o grupo "La Comuna", da Bolívia, vem resignificando estas questões relativas à "Transformação Social" (análise sobre Estado, Democracia, formas de organização e de lutas, sujeitos, cultura).

### **3. Autogestão em tempos de crise revolucionária**

A reflexão que nos traz Daniel Mothé é fundamental porque aborda as experiências de autogestão a partir de diversas conjunturas. Por exemplo, em conjunturas revolucionárias, inclusive com aspectos de luta militar; e, também, em conjunturas de relativa estabilidade.

Daniel Mothé é ex-membro do grupo "Socialisme et Barbarie", ex-metalúrgico da Renault, membro do grupo da revista "Autogestion et Socialisme", traçou graus e/ou níveis de existência da autogestão.

1º - Diz respeito à relação do operário com seus instrumentos e com a matéria-prima. Para Mothé, certas formas de trabalho em cadeia e em peças não podem ser autogeridas. Necessitam uma modificação dos instrumentos e do aparelho de produção. Neste primeiro nível, a autogestão requer o trabalho do tipo de um 'artesão' ou de um artista; significa superar o taylorismo. Enfim, destaca uma abordagem "ERGOLÓGICA", como explica Maria Clara Fischer em seus estudos\*. E, como diz Jef Ulburghs: "A autogestão começa com as mãos!"

2º - É o do trabalho em equipe, da cooperação entre os trabalhadores, em pequenas unidades de base, como 'equipes autônomas' ou 'semi-autônomas'. Veja-se a experiência dos CCQ\* no Japão, antes de serem "assimilados" no toyotismo.

3º - Caracteriza-se por uma gestão coletiva mais numerosa, por exemplo, de oficinas.

4º - É o nível da empresa, em seu conjunto.

5º - No último nível, o objetivo é o conjunto da sociedade.

Estes níveis podem existir de forma articulada ou de forma isolada. Assim, podemos falar de autogestão em tratando apenas de uma empresa, ou de várias empresas que, articuladas, formam uma 'rede autogestionária'. Por exemplo, o caso da Polônia em 1980-81. No nível ou grau mais amplo e sistemático, a autogestão é entendida como forma generalizada, é o caso de um país. Por exemplo, Yugoslávia, Argélia, etc.

Contudo, de modo geral, Mothé aborda 2 tipos de experiências autogestionárias. A saber, pelo que se segue.

No capítulo "A validação da teoria pela história", Mothé assinala que 'as experiências autogestionárias' não são tão raras que não nos permitam verificar a pertinência e a eficácia de seu funcionamento (...). Todos os teóricos do movimento operário mostraram como, nas grandes crises, a classe operária tem manifestado violentamente o desejo de gerir as empresas e a sociedade constituindo organismos de poder democraticamente eleitos, do tipo soviet, ou conselhos. É necessário, portanto, examinar como se verifica esta tendência dos trabalhadores na base dos princípios que "correspondem a suas necessidades de autogestão".

"Os fatos históricos aos quais se referem os autogestionários são limitados a um certo número de acontecimentos que se desenvolveram após um século. São, principalmente: a Comuna de Paris de 1871; a Revolução russa de 1905 e 1917; a Revolução da Alemanha em 1918; a Comuna húngara de 1919; a sublevação de Turim em 1920; os acontecimentos da Catalunha em 1936; a revolução húngara de 1956."

Portanto, Mothé divide estas revoluções em duas categorias:

1. Compreende fatos que provam a capacidade dos trabalhadores de gerir eles-mesmos suas lutas.

Trata-se de acontecimentos que demonstraram como os trabalhadores sabem se organizar entre eles para se opor às pressões que sofrem nas empresas, por greves, manifestações e, às vezes, mesmo por lutas armadas; mas também outros acontecimentos que demonstram como os trabalhadores participam ativamente em insurreições armadas, criando organizações para-militares que funcionam democraticamente com a eleição de seu chefe.

2. Compreende fatos históricos que provam a capacidade dos trabalhadores em gerir o funcionamento social na base da igualdade de poder.

Trata-se de acontecimentos que demonstram como os trabalhadores, durante os períodos de crise e de luta, sabem por em funcionamento suas empresas, mas também fatos que mostram como os trabalhadores tendem a se organizar para substituir o velho aparelho de Estado e o substituir por um outro sistema instituindo uma democracia perfeita.

Mothé analisa estas duas categorias de acontecimentos.

1ª - "A primeira categoria de fatos é sempre atual e dificilmente contestável, bem que a maioria dentre eles sejam animadas pelas organizações sindicais que nem sempre estão do lado dos autogestionários e revolucionários. De todo modo, estes conflitos, mesmo se são negociados pelos sindicatos, se realizam na França através de assembleias democráticas, destinadas a mostrar que as lutas operárias podem ser controladas pelos próprios trabalhadores. Nos países em que o sindicalismo é muito forte, este controle é menor, às vezes mesmo inexistente. Mas, as greves selvagens indicam que existe uma propensão dos trabalhadores a se opor às regras do jogo ditadas pela empresa e pela instituição sindical.



Todavia, é importante destacar que estas lutas geralmente são em torno de salários e que praticamente nenhuma delas reivindica a gestão das empresas, salvo quando há vacância da direção, no caso de fechamento de empresa (LIP, por exemplo).

Mothé analisa as lutas com aspecto militar: "Os outros acontecimentos históricos que provam que os trabalhadores sabem se organizar militarmente contra o poder, não acontecem nos países industriais, ou quando ocorrem, é através de movimentos nacionais como a 'Resistência' na França e como os acontecimentos na Hungria e na Tchecoslováquia, após a segunda guerra mundial.

As lutas armadas do Vietnã são lutas nacionalistas que dificilmente cabem nos quadros da análise marxista clássica. É importante destacar que, estas organizações para-militares escapam muito rapidamente ao controle dos grupos de base, e que elas são dominadas pelos partidos fortemente estruturados e hierarquizados.

Assim, os Conselhos de soldados na Alemanha e na Rússia escaparam rapidamente ao controle da base para serem dominadas pelos partidos. Na Espanha, as organizações militares foram divididas segundo os partidos.

Finaliza categoricamente Mothé; **"A organização militar não pode, portanto, ser um exemplo de prática autogestionária**, pois recorre a técnicas que são muito difíceis de serem compatíveis com a necessidade de debates democráticos e a exigência de tolerância de opiniões. Com efeito, quando se trata de responder a um ataque ou de tomar uma decisão em alguns minutos, a rapidez da resposta e o segredo das estratégias se opõem às discussões que são características das práticas da autogestão".

2ª - Já a segunda categoria de fatos tende a provar as capacidades dos trabalhadores de gerir a empresa e o Estado, mas é de uma grande pobreza. A história só reteve fatos pitorescos e não nos forneceu detalhes sobre o funcionamento real das fábricas.

Diz Mothé: "É fundamental que estas experiências se desenvolvam todas em um clima de crise(...). Em um período de crise revolucionária, os gestores-técnicos detêm o poder técnico, mas não o poder político que é defendido pelas organizações operárias. Para ser tolerado, o quadro técnico-gestor tem todo interesse em se apoiar nas forças revolucionárias."

Para Mothé, **"Esta situação é, entretanto, excepcional**, e não se percebe que, quando destas crises, são os problemas exteriores à empresa que dominam todas as preocupações e, mais particularmente, o problema do poder do Estado. O funcionamento das empresas não constitui senão um dos instrumentos da Revolução, em que os objetivos prioritários estão, na realidade, centrados no poder central".

Nestes casos, as experiências se desenvolvem em um clima de forte motivação. A crise é um elemento unificador, mas que orienta também todas as energias para um mesmo objetivo: a defesa militar da Revolução. A organização interna da empresa é puramente instrumental. Os problemas de pressões são regulados por uma autodisciplina de grupo, fortemente mantida por uma motivação conjuntural.

"O pouco tempo de duração destas experiências não nos permite saber como a empresa pode assumir seu funcionamento quando a pressão da crise diminui. Mothé finaliza dizendo que: **"Os períodos de crise constituem freqüentemente, deste ponto de vista, os piores laboratórios"**.

Esta visão porta conseqüências fundamentais para uma política de formação em economia solidária. Assim, se nas grandes lutas de caráter revolucionário, a práxis dos trabalhadores questiona radicalmente o tripé do sistema do Capital, no sentido de para 'Além do Capital', é nos períodos que chamamos de 'Experimentação' que os trabalhadores desenvolvem um conhecimento mais profundo da autogestão.

**HENRY LEFEBREV** tentou sistematizar os "problemas teóricos da autogestão". Suas idéias são estimulantes e importantes na perspectiva de tentarmos situar em um quadro teórico as experiências históricas.

Para Lefebrev, "O conceito e a prática da autogestão contribuem com uma resposta original ao problema posto por Marx da socialização dos meios de produção". Todavia, a partir das

experiências existentes da 'planificação autoritária e centralizada' nos países do Leste e na URSS, a autogestão não dá conta desta problemática. Lefebrev, então, salienta que "a autogestão nada tem de mágica, que não é uma panacéia, que põe mais problemas do que soluciona".

Em um mundo que tende para o 'global', só a autogestão torna efetiva a participação. Mas, 'a autogestão não pode se isolar. Ela contém implicitamente um projeto global, destinado a preencher o vazio, mas só se ele é explicitado. Ou bem o conteúdo da autogestão, seu conteúdo social e político, se desenvolve e torna-se estratégia. Ou bem o projeto fracassa'. Pode se tornar uma 'palavra vazia' ou, o que é mais perigoso, tornar-se 'cogestão', adverte o filósofo.

Qual a contribuição da autogestão? Lefebrev aponta 3 pontos fortes:

1. **uma brecha no sistema existente**, nos centros de decisão que geram a produção e organizam o consumo sem deixar aos produtores e aos consumidores a menor liberdade concreta, a menor participação nas verdadeiras opções;
2. **um risco**, na possibilidade de uma degeneração, de uma recuperação, sobretudo nas formas já bastardas e degeneradas da 'cogestão'. Na autogestão, em si-mesma, os interesses parciais ou locais podem dominar os interesses gerais da sociedade;
3. **o anúncio de um processo**, que passa pela brecha aberta e que atinge a sociedade inteira.

"É falso limitar este processo à gestão dos negócios econômicos (empresas, ramos de indústria, etc.). A autogestão implica uma 'PEDAGOGIA' SOCIAL. Ela supõe uma nova prática social, em todos os graus e níveis... o processo de autogestão, prática social e teoria desta prática, implica a construção na base de uma rede de organismos. A prática e a teoria modificam o conceito clássico - na democracia formal - de representação e de representatividade. Os interesses múltiplos da base devem estar presentes e não 'representados', isto é delegados a mandatários separados desde então da base. A autogestão e a participação efetivas não podem se separar de um "sistema" de democracia direta ...".

"Quanto ao conjunto e sua gestão, as técnicas novas podem intervir. Automatização à base nas forças produtivas - uso dos meios eletrônicos (computadores e calculadoras) para fornecer a uma gestão descentralizada as informações ascendentes e descendentes, estas novas técnicas fundam possibilidades novas. A condição de que sejam usadas para assegurar o 'enfraquecimento' do Estado e da burocracia, e não para fortalecer tecnocraticamente as instituições".

Por fim, Lefebrev retoma seu eixo central: "a propósito da autogestão, é importante lembrar a importância da vida cotidiana? Sem dúvidas. O processo revolucionário começa pelo **abalo da cotidianidade** e termina pelo seu restabelecimento". "A autogestão mostra a via de uma transformação da vida cotidiana. **"Mudar a Vida"**, assim se define o sentido do processo revolucionário".

Lefebrev afirma que: "A experiência social (prática social) mostra que as associações de autogestão surgem nos "pontos frágeis" da sociedade existente. Toda sociedade tem seus "pontos fortes" que, no conjunto, formam a armadura, a estrutura da sociedade. O Estado repousa sobre estes "pontos fortes". A política estatal tem por tarefa soldar as possíveis fissuras. Em volta destes espaços reforçados nada acontece. Todavia, entre estes "pontos fortes", consolidados pelo Estado, encontram-se as "áreas frágeis" e as lacunas. É aí que ocorrem fatos novos. As forças sociais intervêm nestas lacunas, as ocupam, as transformam em "pontos fortes", ou, ao contrário, em "outra coisa".

Os "pontos frágeis", os vazios, só se revelam na prática, ou às iniciativas de indivíduos capazes, ou às pesquisas de grupos capazes de agir. Os "pontos frágeis" podem resultar de um "abalo" ou de uma "desestruturação" do conjunto.

Lefebrev nos oferece exemplos muito ilustrativos de suas idéias.

1 - Em 1870, Paris é o ponto fraco do Império Bonapartista. No início de 1871, a capital é o ponto fraco da França. Devido à industrialização, ao crescimento do proletariado, em razão da guerra, devido à derrota da proclamação da República, ao estado de sítio e, também, devido à segregação social feita por Hauussmann, à repartição dos operários nos bairros periféricos, ao emburguesamento e ao início da deterioração no centro.

Sob a Comuna, os operários projetam realizar a autogestão nas fábricas abandonadas pela burguesia de Versalhes, porém não tiveram o tempo necessário. Por infelicidade, a burguesia e seu Estado e as relações de produção capitalistas ficaram fortes fora de Paris; Thiers pode reconstituir rapidamente, em Versalhes, o aparelho de Estado e a Armada.

Lefebrev aponta o "ponto fraco" onde surgiu a autogestão: as fábricas abandonadas pelos patrões. É fundamental perceber sua noção de fraqueza: surge de um campo complexo de contradições, tal qual apontou inicialmente. É importante também notar que o Programa da Comuna traz 13 pontos apontando para o conjunto da sociedade francesa, não se restringindo ao campo da produção (ver abaixo).

2 - Em 1917, durante a derrocada do Tzarismo, antigos pontos fortes de sua armadura sócio-política, isto é, a armada e a cidade, tornam-se pontos fracos. Juntam-se, assim, as empresas capitalistas que uma burguesia mal situada não conseguiu consolidar. Por sua vez, os setores fracos se juntam: os Soviets de soldados, de camponeses, de operários, se uniram em um imenso movimento, o da Revolução. Lembremos que Lênin proclamou a palavra-de-ordem "Todo o Poder aos Soviets", vendo neles mais que órgãos representativos ou destinados a eleger os representantes, entendendo como grupos de trabalhadores associados, gerindo livremente e diretamente seus negócios. Conjuntura surpreendente. Nunca a autogestão generalizada foi tão possível.

3 - O exemplo recente da Argélia confirma nossa análise. Onde se instalou a autogestão? Nas fábricas abandonadas pelos patrões (colonos).

Para Lefebrev, a autogestão não surge em qualquer lugar, conjuntura ou momento. É necessário uma conjuntura, um lugar privilegiado. Onde e quando ela surge porta, necessariamente, seus elementos "possíveis": a tendência à "generalização" e à "radicalização". Para que a autogestão se consolide, se amplie, ela deve ocupar os "pontos fortes" da estrutura social que operam contra ela.

A principal contradição que a autogestão introduz e suscita, é sua própria contradição com o Estado. Ela põe em questão o Estado: "Desde que apareça um raio de sol, em uma fissura, esta simples planta cresce, e o enorme edifício estatal é ameaçado".

"Para se generalizar, para se transformar em "sistema", em escala de toda a sociedade - unidades de produção, unidades territoriais, instâncias e níveis superiores - a autogestão não pode evitar o choque com o "sistema estatal-político", seja ele qual for. A autogestão não pode evitar esta difícil tarefa: constituir-se em poder que não seja estatal". O "Estado da autogestão", isto é, o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser de um tipo: um "Estado em extinção".

"A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como "meio de luta", abrindo caminho, e, como "meio de reorganização da sociedade", a transformação "de baixo para cima" da vida cotidiana e do Estado

## PARTE IV

### 1. "Experimentação", a "Autogestão Homeopática"

Voltando a **DANIEL MOTHÉ**, um velho militante da autogestão, desde sua participação com Castoriadis no grupo "Socialisme et Barbarie", que tentou superar essa 'dialética diabólica' através da idéia da 'autogestão gota-a-gota'. Refletia sobre a idéia dominante nas esquerdas de que a autogestão é algo apenas para o Grande Dia, para a Revolução, a Grande Alternativa. Mothé contrapunha a esta visão, a idéia das experiências realizadas no cotidiano, a 'autogestão gota-a-gota'. Seria uma espécie de dialética luxemburguiana de 'reforma e revolução'? Muitos a dialetizam diabolicamente como 'reforma OU revolução'? Tudo ou nada? Ao que a própria Rosa respondia: quem quer tudo ou nada, termina com nada!

As experiências recentes de economia popular e solidária, em toda sua diversidade e extensão geográfica, parece-nos trazer à tona a dialética apontada por Mothé: a autogestão é um ideal e também uma estratégia e, como tal, realiza-se engravidando os processos históricos

através de 'experimentações', articulando as experiências cotidianas com os sonhos e as utopias. Voltaremos as idéias de Mothé.

A reflexão de Paul Singer, a partir de nossa experiência brasileira, retoma ou vai no mesmo sentido, quando nos fala de 'implantes de socialismo' ou de 'utopia militante'. A autogestão trabalha em torno do "real". Isto é, de sua totalidade enquanto 'realidade' e 'possibilidades'. Desta forma, poderemos abordá-la numa 'dialectica não diabólica'.

Na França, ressurgiu um pensamento autogestionário. Parodiando a obra de Pierre Rosavallon ("L'âge de l' Autogestion", 1976) , **THOMAS COUTROT**, em obra recente, traz um capítulo intitulado " A Nova Idade da Autogestão". Mas, o principal capítulo em que aborda uma estratégia autogestionária atual, intitula-se "A Democracia Econômica Participativa".

"A renovação da democracia só poderá ocorrer com um movimento de responsabilização dos indivíduos em suas atividades cotidianas de trabalho: os cidadãos devem poder tomar as decisões elementares frente à produção, às condições de trabalho e de remuneração, ao emprego, às relações de trabalho, etc. A autogestão é o horizonte deste movimento de responsabilização – é fundamental ter um horizonte... A renovação é o horizonte sindical, a ação de negociação coletiva sobre uma base de relação de forças, o desenvolvimento de novos direitos e de alianças sociais, são objetivos mais imediatos e operacionais para avançar. Mas, a perspectiva autogestionária pode ser o horizonte destas lutas. Com a condição de superar o nível da empresa, para oferecer à democracia política um projeto credível de controle do desenvolvimento social em seu conjunto."

"A questão é saber qual modelo econômico e social global pode dar corpo a este triângulo pós-liberal que religaria socialismo autogestionário, liberdades políticas e democracia substancial".

Para Coutrot, "esboça-se uma possível estratégia de transformação social global com base em uma complementaridade dos papéis de diversos atores: poderes públicos nacionais e internacionais; ONGs de vários tipos; assalariados, movimento 'altermundialista', etc. Esta estratégia está em curso nas orientações atuais do movimento social mundial e pode ter uma grande adesão popular. Vista isoladamente, ela não questiona a fundo o capitalismo, é mais um tipo de restrição aos limites do capital. Ela requer uma forte mobilização popular, uma onda de politização e de contestação social ainda mais forte que a de 1968. A hipótese é que, as atuais manifestações 'altermundialistas' são apenas as premissas deste movimento."

Esta perspectiva tem originalidades em relação às estratégias clássicas socialistas e comunistas. Nenhuma força social específica detém a hegemonia: assalariados e organizações têm um papel decisivo, mas lado a lado e igualmente com os movimentos camponeses, ecológicos, feministas, culturais, unidos em uma aliança com base em consensos. Ela porta uma dimensão mundial.

Para T.Coutrot, "Nesta guerra de posição, a economia solidária e o controle cidadão combinam suas conquistas para limitar o poder do capital e poderiam, desta forma, por suas ações complementares, fazer emergir uma alternativa à hegemonia capitalista no campo econômico. Trata-se de uma alternativa anti-capitalista: não se trata de reformar este ou aquele ponto. Trata-se de germinar hoje um modo alternativo de funcionamento da economia e da sociedade.

O socialismo autogestionário significa, então, para T.Coutrot, uma democracia econômica socialista caracterizada pela autogestão das empresas, pela propriedade social, pela politização dos mercados e pela socialização das decisões de investimento. Podemos chamar de "democracia econômica participativa".

"Na esfera econômica dois movimentos são decisivos: as resistências contra as empresas multinacionais e seus laços políticos; e a emergência de uma economia solidária, expressando a aspiração popular pela autogestão.

Frente à questão da 'propriedade privada do capital', não há outra resposta para o movimento social que aprofundar as exigências de democracia em todos os domínios, e incluindo a economia. Apropriação social dos principais meios de produção e definição democrática das prioridades de investimento é um projeto socialista.

Mas, diz Coutrot, "a gramática socialista-comunista está em profunda crise e não é seguro que venha ser reapropriada pelos movimentos sociais no futuro. De toda forma, o projeto socialista deve ser profundamente renovado à luz da experiência das lutas atuais e passadas."

Coutrot analisa a obra do Secretario da SENAES, Paul Singer: "nos propõe uma reflexão fundada sobre a história do movimento operário internacional e dos avanços da economia solidária no Brasil e na América Latina. Sua concepção de uma "transição para economia solidária" me parece particularmente pertinente.

"A conquista de uma economia socialista será provavelmente o fruto do avanço do movimento operário e socialista em varias frentes:

1. a extensão da democracia do domínio político ao domínio econômico e social;
2. a participação da população organizada na elaboração de orçamentos públicos e na gestão de equipamentos escolares ou sanitários;
3. a conquista de governos locais e regionais pelas coalizões de esquerda que executem imediatamente políticas socialistas, notadamente, de apoio e de incentivo à criação de empresas autogeridas;
4. novos direitos para a representação operária nos locais de trabalho, como, por exemplo, o direito ao exame das contas das empresas e a participação nos seus centros de decisão ;
5. enfim, a construção de um setor de economia solidária na cidade e no campo, principalmente nas terras conquistadas com a reforma agrária, ou a produção, a distribuição e o consumo, o crédito e a previdência, formando um conjunto harmonioso em que os diversos elementos se reforçam mutuamente".

"Frente a um capitalismo mundializado, tentei mostrar neste trabalho que esta estratégia participativa não pode, entretanto, confinar-se em um quadro nacional nem depender só do movimento operário e socialista, mas deve ter uma visão internacionalista e uma base social muito ampla".

Assim, "emerge uma verdadeira 'estratégia participativa' para sair do capitalismo e construir um socialismo democrático", conclui Coutrot.

## 2. A Autogestão na França

Façamos um breve parêntesis para contextualizar o debate na França. Já no início dos anos 60, como vimos com a iniciativa de G.Gurvitch, foi fundada a Revista "**Autogestion et Socialisme**" (1966). Neste mesmo processo, cabe a realização de duas Conferencias famosas.

A primeira: "**Conferência internacional dos sociólogos sobre a autogestão e a participação**", realizada em DUBROVINIK - Yugoslávia- em dezembro de 1972. A segunda: "**Conferência internacional sobre a autogestão**", realizada em Paris, em setembro de 1978.

Esta segunda foi decorrência da primeira. Na Yugoslávia, houve a decisão de fundação de um **Centro internacional da autogestão**, tarefa que coube ao **Grupo de Estudos da Autogestão de Paris**. Este Centro foi fundado em novembro de 1976, com o nome de **CICRA (Centre international de coordination des recherches sur l'autogestion)**, agregado ao **CNRS de Paris**. Tendo toda documentação arquivada na **Biblioteca da "Maison des Sciences de l'Homme"**.

O que nos interessa, particularmente, em relação à 'corrente autogestão' da França, é que **YVON BOURDET**, sem dúvidas, o principal animador destas Conferências, junto com o Yugoslavo Rudi Supek, escreveu ensaio para Revista "Autogestion et Socialisme" (cahier n.22-23, Jan-Mars 1973), pondo em pauta a seguinte questão: "Autogestão, objetivo longínquo ou meio imediato da revolução"? E, afirma: "devemos diferenciar os que vêm a autogestão enquanto **objetivo final**, dos que a entendem e praticam imediatamente como **meio eficaz das lutas atuais**"

Este dilema foi enfrentado por Daniel Mothé. Bourdet, em seu relatório, na Revista "autogestion et socialisme" (n.41-42, juin-sept. 1978) da 2ª Conferencia, analisa a questão.

"À primeira vista, os 'reformistas' das condições de trabalho nas fábricas, não parecem poder dialogar utilmente com os 'revolucionários' da autogestão maximalista' que rejeitam tanto o capitalismo privado quanto o modo de produção estatal dos países do Leste em favor de uma 'utopia' que, tudo indica, recusa todo paradigma."

Todavia, uma compreensão mais modesta (e mais sociológica) do que ocorre atualmente nas sociedades industriais em evolução, permite uma relativização dos pontos de vista que conduzem às interrogações comuns. Os que fazem profissão de 'revolucionários' não deixam de defender que a participação e a democratização das relações de trabalho são os meios de tornar tolerável a exploração capitalista e, portanto, de a perpetuar.

Mas, podemos igualmente dizer, no sentido inverso, (sem mais, nem menos meios de verificação) que **os operários, graças à participação, tomam pouco a pouco consciência de suas capacidades auto-organizativas e, correlativamente, da inutilidade dos atores e, mais geralmente, das estruturas hierárquicas do Saber-Poder de todas as minorias dirigentes.**

**Pode-se saber "para quem trabalha a velha toupeira" se essa tomada de consciência auto-organizacional não constitui, pouco a pouco, uma acumulação primitiva que permitirá uma "mutação radical?". (grifo nosso). E, conclui Bourdet: "A autogestão generalizada supõe um longo processo de transformação dos instrumentos, isto é, de todas as condições de trabalho. E é NESTE SENTIDO que o revolucionarismo radical não pode ser separado de um reformismo ilimitado".**

Enfim, Bourdet segue a linha de Rosa Luxemburgo, para quem: "os trabalhadores devem aprender a usar o poder usando o poder! Não há outro modo".

### **3. Autogestão: ideal e estratégia**

As experiências recentes de economia popular e solidária, em toda sua diversidade e extensão geográfica, parece-nos trazer à tona a dialética apontada por Mothé: a autogestão é uma ideal e também uma estratégia e, como tal, realiza-se engravidando os processos históricos através de 'experimentações', articulando as experiências cotidianas com os sonhos e as utopias. Voltaremos as idéias de Mothé.

Enfim, deste modo, podemos refletir, com menos aperreio existencial, sobre a frase nos muros do estaleiro 'Lenin' reivindicando esta ou aquela estação. Talvez tenhamos que afirmar a frase do movimento social brasileiro: "Podem destruir uma flor mas não a primavera"! E, assim o mostra a história dos trabalhadores: a autogestão é como uma fonte subterrânea (a 'velha toupeira') que em certas conjunturas aflora à tona.

Talvez, a característica principal do novo ciclo, com a marca forte da economia solidária, seja a permanência, mesmo que de forma precária, das experiências que portam princípios da autogestão em conjunturas que não são revolucionárias ou de crises, e que têm como pano de fundo e cenário, a "crise estrutural do capital" (Mészáros). O que não é uma solução, mas um grande problema para os que lutam pela emancipação social.

E, também podemos afirmar a partir destas experiências: vem pelas margens ! realiza suas rupturas nos 'pontos fracos' do sistema dominante, como veremos adiante na reflexão de Henry Lefebvre.

Sem dúvidas, por iniciar nestes 'pontos fracos', as experiências da economia solidária portam imensa necessidade de sustentação de políticas públicas por Governos Democráticos, desde o nível local até o nacional.

Cria-se, portanto, uma situação histórica nova quando as experiências articulam-se em torno da existência de Políticas Públicas de governos de esquerda. Aqui, buscamos as reflexões de **RAYMOND WILLIAMS** quando afirma que temos dois eixos para redefinição da 'democracia socialista':

1. um governo de esquerda no poder, e
2. as experiências de autogestão do movimento social.

Neste sentido, retomo as observações feitas para o verbete 'socialismo autogestionário', na obra: "A Outra Economia", de Raymond Williams.

#### 4. O "Máximo de Autogestão" no capitalismo tardio

A atualidade das idéias de R. Williams (cf. Maria Elisa Cevasco, em Para Ler R. Williams, Paz e Terra, 2001) sobre a autogestão reside em que foram construídas em cima de uma análise da sociedade capitalista contemporânea: a Inglaterra neoliberal de M. Thachter, dos anos 80.

A última obra de R. Williams porta o título de "Até o Ano 2000". E, seu último capítulo, chama-se "Para a Viagem da Esperança". As duas principais obras que abordam a questão do socialismo e da revolução são: "A Longa Revolução" (1961) e "Towards 2002" (1983). Contudo, em 1989 (1 ano após a morte de R.W.), foi publicada uma coletânea de textos (cf. "Resources of Hope, culture, democracy and socialism", Verso, 1989), abarcando a produção política de R.W., sobretudo, os textos da década de 80.

Em "A Longa Revolução", Williams defendia que o socialismo deveria ser organizado em torno uma "cultura comum" que teria a capacidade de unificar as genuínas experiências comuns do povo. Nesta perspectiva, ele resgata as tradições da classe operária inglesa: desenvolvimento coletivo e solidário, formação de identidade social e sensibilidade comunitária. Enfatizava a democracia socialista baseada na cidadania consciente e participativa, em eficientes formas de organização da vida social.

Sua proposta autogestionária tem por eixo que a ação socialista deve ter por horizonte o princípio da "Autogestão Máxima", na vida social e comunitária. Neste sentido, aponta dois eixos para redefinição da democracia socialista: um Governo de esquerda no poder e a autogestão. Esta última significa, então, democracia do povo, socialismo comunitário e controle operário.

A sociedade contemporânea moderna e complexa exige, como alternativa, um tipo de socialismo com base em um novo tipo de instituições comunais, cooperativas e coletivas, em que haja a plena prática democrática do debate livre, assembléias livres, candidaturas livres e decisões democráticas.

- O atrativo da autogestão é o seu caráter de democracia direta e global. É um patamar superior a democracia representativa. O "Máximo de Autogestão" tem por desafio principal a criação de formas diretas de poder popular em dois níveis: no campo industrial e profissional, ao desenvolver formas de democracia interna nos locais de trabalho, associadas a novas formas do processo democrático na economia, na educação, na política social e na cultura. Para Williams é fundamental que a autogestão não se limite aos locais de trabalho;
- e, no campo das Comunicações. Aqui, ao contrário de muitos pensadores que usam o argumento da complexidade tecnológica contra as possibilidades atuais da autogestão, Williams aponta várias formas de autogestão nas "Comunicações", como desenvolvimento de uma democracia popular ativa.

Segundo Williams, o valor central do socialismo é a idéia de "compartilhar". Há duas formas interligadas: a democracia popular e a propriedade comum. Estas são as duas únicas maneiras práticas de compartilhar o poder e a riqueza. A articulação entre socialismo e democracia popular é a chave do futuro, que permitirá uma superação da democracia representativa. As duas áreas principais são: Trabalho e Comunidade. Em "A Longa revolução", R. Williams aponta como exemplos de uma política socialista, além da democracia nos locais de trabalho, também nos bairros, como formas de autogestão.

No campo internacional R. Williams defendia a tese ou lei do século XXI, de que: "Como há muitos povos e culturas, também haverá muitos socialismos". A base da democracia socialista é a autêntica diversidade e complexidade de cada povo. Enfim, Williams apontava mais 3 princípios:

1. superar a economia de mercado;
2. transformar a produção em novos critérios de durabilidade, qualidade e economia no uso de recursos não-renováveis;
3. e, construir novos tipos de instituições monetárias.

## PARTE V

### 1. Mariategui: socialismo indo-americano

Na última década do século passado e nos primeiros anos desse Século XXI , a América Latina apresenta experiências novas: Governos democráticos com certo grau de participação popular, mesmo que de forma desigual mas combinada.

O que podemos, em alguns destes países, chamar de "políticas pós-neoliberalismo", com processo de 'refundação do Estado', mas ainda com limites profundos nas questões estruturais que dizem respeito ao Capital, e que não permite se falar em socialismo.

Por exemplo: Venezuela, Equador, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, além da região de Chiapas-México, desenvolvem experiências em que a "autogestão territorial", segundo a relação de forças de cada país, faz-se presente. Nas experiências da Venezuela, da Bolívia e Equador, pela presença de 'povos originários', etnias indígenas, a retomada das questões étnicas e culturais com base em valores de civilizações passadas e sempre presentes, nos remete à extraordinária visão do peruano Mariategui sobre o 'socialismo indoamericano' que tem por fundamento as formas de comunidades incaicas.

Sobretudo na Bolívia, um grupo de intelectuais e lutadores sociais têm realizado uma reflexão sobre a nova conjuntura histórica da transformação social em "Nuestra America". Retomam, inspirações de Mariategui. Neste sentido, retomo o que tínhamos posto no verbete 'socialismo autogestionario', da obra "A Outra Economia".

"Em Mariategui não se acha, de forma explícita, uma visão do que é o socialismo, a sociedade socialista. Há uma ausência do tema socialismo na análise da obra do marxista peruano. Entretanto, após a derrocada do "socialismo estatal", e no período de comemoração do seu centenário (1994), novos estudos mostram que a idéia do Amauta sobre o socialismo faz jus às idéias do 'socialismo autogestionário'.

Em suas várias polêmicas, seja com o ideólogo do nacionalismo, Victor Haya de la Torre, seja com os dirigentes da Comintern, e no livro "Em Defesa del Marxismo", polemizando com Henry de Man, Mariategui rechaçou 3 vias para sociedade peruana:

1. a democracia liberal
2. o capitalismo de Estado
3. o socialismo de Estado

Qual é, portanto, a alternativa socialista traçada por Mariategui?

A relação "socialismo e democracia" na obra do Amauta, porta conclusões fundamentais para compreensão da idéia socialista em Mariategui, inclusive, de grande atualidade para a conjuntura que vivemos, após a derrocada das experiências do socialismo estatal no Leste europeu e Rússia , da crise das experiências do Welfare State e da crise profunda do sistema neoliberal em curso.

No "projeto socialista" mariateguiano, três instâncias se destacam:

1. a socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social; ou seja, a AUTOGESTÃO SOCIAL;
2. a socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade; ou seja, a DEMOCRACIA DIRETA;
3. enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade; ou seja, a REVOLUÇÃO CULTURAL do COTIDIANO.

Através da análise dos camponeses indígenas na comunidade e dos operários no sindicato, Mariategui pensou outro tipo de organização política em que as funções estatais não se autonomizariam em relação à sociedade. As organizações da democracia direta constituiriam a via pela qual o poder iria sendo socializado, deixando de ser uma função especializada e separada da



sociedade. As organizações autônomas dos trabalhadores seriam os órgãos da democracia direta. A idéia da "CONQUISTA DO ESTADO" significava para Mariategui, o longo processo pelo qual a experiência associativa dos trabalhadores os levaria a uma FORMA DE AUTOGOVERNO E DO EXERCÍCIO DIRETO DO PODER".

A revolução socialista implica para o Amauta, um 'REENCANTAMENTO DO MUNDO'; o re-estabelecimento de uma relação harmoniosa dos homens entre si e dos homens com a natureza, superando as dicotomias do mundo atomizado característico da sociedade moderna. Mariategui foi buscar esta "estrutura de sentimentos" na cultura dos Incas peruanos. Um estilo particular de vida em que as relações entre os membros da comunidade se regem pela solidariedade nas diversas esferas sociais: trabalho, festas; enfim, o "espírito comunista" do indígena.

"Para tornar possível o exercício da democracia direta, a condição indispensável deveria ser a erradicação do poder administrativo e do dinheiro. Para Mariategui, a sociedade socialista se orientaria para a realização de um máximo de comunicação e um mínimo de institucionalização". (cf. "Mariategui: Il Socialismo Indoamericano". Casa Editrice Francoangeli. Milano, 1996)

O projeto socialista de Mariategui porta "uma radical subversão das relações intersubjetivas". Mariategui prestou atenção particularmente a toda uma área da vida social descuidada pela corrente do marxismo oficial da III Internacional. Esta área correspondia ao que ele descreve, nos "7 Ensayos", como " Os costumes, os sentimentos, os mitos - os elementos espirituais e formais destes fenômenos que se designam com os termos de sociedade e de cultura".

## **2. Idéias do grupo "La Comuna", da Bolívia**

O Grupo "La Comuna" traz em suas idéias inspirações na obra do Amauta peruano. Partiram de uma resignificação, como Mariategui o fez em sua época, do papel dos índios na transformação social.

Emir Sader, em ensaios nos cadernos da CLASCO, enfatiza o papel fundamental das análises deste grupo. Vejamos a análise que seu principal teórico fez em entrevista para o Jornal "BRASIL DE FATO". Em meio à atribulada agenda de um vice-presidente e candidato à reeleição, em campanha, Álvaro García concedeu ao Brasil de Fato (<http://www.brasildefato.com.br>) duas rápidas horas de uma conversa pouco factual e mais analítica sobre o processo político que vive a América Latina, em geral, e a Bolívia, em particular.

*Brasil de Fato - Um olhar sobre a história política latino-americana indica que, de certa forma, ela se move por ondas. O senhor acha que essa ascensão recente de governos oriundos de organizações com trajetórias de esquerda configura uma nova onda?*

*Álvaro García Linera - Creio que este é um ciclo muito novo e inovador sem comparação nos últimos 100 anos da história política latino-americana. A única coisa comum no século 20 foram as ditaduras militares. Fora disso, a esquerda teve presença descompassada na região. Processo parecido foi a onda de luta armada, mas não era presença vitoriosa da esquerda; era combativa, resistente, por parte da ala mais radicalizada. A vitória em Cuba trouxe uma leva guerrilheira, que nos anos de 1960 estava em todo continente. Quando a esquerda armada triunfa na Nicarágua, o continente já tinha outros ritmos, outras rotas. Então, pela primeira vez em 100 anos há uma sintonia territorial da esquerda, com governos progressistas e revolucionários. A direita já tinha essa habilidade de "continentalizar" suas ações.*

*Brasil de Fato - Quais elementos dão unidade a essa sintonia?*

*Álvaro García - O que permitiu a leva de governos progressistas foi o ciclo neoliberal. Ciclo que, mais ou menos, golpeou todos os países de maneira quase simultânea em seus efeitos e defeitos. O atual processo é muito inovador por seu caráter "continentalizado" de esquerda, pela busca de políticas pós-neoliberais - umas mais radicais, outras menos -, por ser um ascenso da esquerda através da via democrática-eleitoral, por ser a primeira vez que ela projeta estratégias de caráter estrutural coordenadas em nível continental. Antes, a esquerda tinha um olhar sobre o continente em termos da conspiração revolucionária. Nunca em termos de economia, de comércio, de criar um mercado comum, uma defesa comum. É uma série de desafios sobre os quais ela nunca tinha refletido, que tem a ver com o exercício de governo, com sua maturidade de reflexão.*

*E também é inovador porque isso se faz sem um pensamento único de esquerda. Não há um referente comum como a URSS, por sorte; não está a China, melhor ainda. O processo de esquerda são muitas coisas agora. Pode ser marxista ultrarradical, pode ser socialista, pode ser vinculado ao pós-modernismo intelectual, pode ser mais nacionalista... e todos são esquerda. Isso é muito rico, permite uma pluralidade de reflexões, de discursos, de idéias.*

*Não há o modelo a imitar ou uma "igreja" que dita o bom comportamento, como ditava antes. É um momento de reconstrução plural do pensamento de esquerda, ainda primitivo. Mas temos que ver a história em processos que podem durar 50, 80 anos. Não nos desesperemos por não ter as coisas consolidadas agora, por não termos com clareza um grande programa de esquerda continental e mundial. Isso vai demorar 20 anos pelo menos, depois de várias derrotas, de várias vitórias e outras derrotas.*

*Este é um momento germinal e ainda há pedaços do continente que estão em outro rumo. Isso é normal, inclusive, é possível prever a curto prazo uma volta parcial do pensamento e dos governos de direita em alguns países no continente e não vamos nos assustar. Lutemos contra isso, mas este é um processo longo e lento, vai requerer ainda várias levadas de ascensão social e popular que permitam despertar toda a potência desse momento histórico, que ainda não se fez visibilizar totalmente. Ainda faltam novas ondas. Não esqueça que Marx usava o conceito de revolução por ondas. Elas vão e voltam, logo vêm de novo e regressam um pouco. A onda atual é das primeiras, logo haverá um pequeno refluxo à espera de uma nova onda que permitirá, a depender dos homens e mulheres de carne e osso, expandi-la a outros territórios e aprofundar as mudanças que até agora são superficiais, parcialmente estruturais.*

Brasil de Fato - *Esse processo coloca a superação do capitalismo em jogo?*

Álvaro Garcia - *Marx dizia que o comunismo é o movimento real, que se desenvolve diante de nossos olhos e que supera a ordem existente. Não é uma questão de teoria, de discurso, é questão de realidade. E está claro que a primeira meta pautada pelas forças populares diversas do continente foi, em primeiro lugar, frear o esvaziamento social, democrático e material que caracterizou o processo neoliberal. Esvaziamento material a partir da exteriorização dos excedentes, esvaziamento social com a retirada dos direitos conquistados nos últimos 100 anos e esvaziamento democrático mediante a aterrizagem da doutrina única, liberal e individualista.*

*O segundo momento é de reconstituir e ampliar direitos da sociedade, assumir controles do excedente econômico, expandir a geração da riqueza com sua distribuição. Essas demandas sociais surgem a partir de 1995 e são de caráter democrático-social, no sentido marxista do termo. Ainda não foram atendidas plenamente, como no tema da terra; entretanto, elas já abriram espaço para demandas mais radicais, mais comunistas, que ainda são incipientes, parciais e fragmentadas. Veja a experiência argentina com a tomada de fábricas, as experiências no Brasil, na Venezuela, as empresas sociais na Bolívia, criadas no nosso governo, reivindicadas pelo povo, ou a potencialização dada às estruturas comunitárias, para buscar um desenvolvimento diferente à economia de escala, com tecnologias alternativas, articulações de produção. Todas elas avançam, têm a experiência de gestão e regridem. Aqui na Bolívia, com a questão da água: existia uma experiência falida (privatização da água em Cochabamba), defende-se a socialização do controle da água, implanta-se outra gestão e, em seguida, ela retrocede.*

*Ou seja, essas potencialidades comunistas da sociedade - porque não há comunismo que não venha da sociedade, não há comunismo de decreto, não há socialismo de Estado, isso é sem sentido - têm ainda uma força muito dispersa, uma presença embrionária, não conseguem coagular, mas estão latentes. Seguindo essa leitura, hoje, em 2009, não estamos diante de uma perspectiva de superação do capitalismo. Dizer outra coisa seria nos enganarmos. Mas emergiram ações da sociedade que apontam para o socialismo, construído pelas próprias classes trabalhadoras. Existem sinais, sementes, aflorações, mas ainda não constituem a razão dominante da sociedade.*

Brasil de Fato - *E quanto isso amadurecerá?*

Álvaro Garcia - *Em dez, 20 anos? Não se pode definir. O que pode fazer o revolucionário é, a cada sinal de socialismo - como a reapropriação, por parte dos produtores, de sua própria produção com democratização e socialização da tomada de decisões -, reforçá-lo para que se expanda. O dever do comunista é meter-se de cabeça a cada abertura, não inventar o comunismo. O comunismo é a*

*capacidade real do povo de produzir e se associar. Eu tenho a leitura de Marx, ao avaliar a Segunda Revolução Industrial, em 1850, que dizia que serão necessárias dezenas, milhares de lutas, de fracassos, de pequenas vitórias, depois novamente fracassos, para que, da própria experiência da classe trabalhadora, surja a necessidade de associar-se para tomar o controle da produção. E isso é uma visão muito, mas muito otimista do ciclo que está emergindo.*

Brasil de Fato - *Que importância tem a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) e a Unasul (União das Nações Sulamericanas) neste cenário latino-americano, e como o senhor vê os movimentos sociais nesse processo de integração?*

Álvaro Garcia - *A Unasul é um projeto continental, fruto da surpreendente simultaneidade de governos progressistas em boa parte do continente. Além da luta, estamos discutindo em termos de estrutura, de matéria, de economia, de sociedade, de cultura, de legislação... um grande salto. A esquerda não refletia sobre isso antes e isso é mudar nosso "chip". Ainda não se escreveu sobre esse tema que, inevitavelmente, tem que entrar no discurso de esquerda. Ele segue sendo assunto dos funcionários das chancelarias tradicionais, mas não é uma construção desses dinossauros. É uma construção de governantes progressistas que não tem o acompanhamento do intelecto social progressista, que está aí atônito, vendo, pasmo, esse novo ciclo.*

*Tal projeto de integração tem que tomar em conta a unanimidade dos critérios de cada país, sendo um processo lento, estrutural. A perspectiva é boa, mas a velocidade é lenta, como tem que ser um bom processo de integração, não há que se desesperar. A União Européia está aí há pelo menos 30 anos e ainda está se construindo. Construir Estados-continente é complexíssimo, mas este é o rumo do mundo no século 21, isso é o que vai contar no movimento de tomada de decisões econômicas.*

Brasil de Fato - *E a Alba?*

Álvaro Garcia - *É diferente, porque é uma iniciativa de governos progressistas muito mais afins, o que permite maior velocidade em relação à Unasul. Tanto Mercosul como Alba deveriam dissolver-se no interior da Unasul, mas isso vai demorar décadas. Alba e Mercosul são estruturas de ação imediata. Vão assumir um conjunto de tarefas mais rapidamente e mais efetivamente. A Alba está articulando várias coisas ligadas à economia, usando regras que, pela afinidade política, não podem ser tomadas em outro cenário, levando adiante articulações e arranjos econômicos não baseados historicamente em relações de mercado. Ainda muito incipiente, mas, no caso de Bolívia e Venezuela, há um conjunto de atividades econômicas que já não estão necessariamente reguladas pelo mercado. Têm como parâmetro máximo o mercado, mas tentam construir intercâmbios comerciais a partir de outros critérios. São esforços audazes de complementaridade, como acontecem com os setores têxteis, do petróleo e da soja. A Venezuela tem relações parecidas com Cuba e Nicarágua.*

*Não é retórica falar de processos crescentes de busca de outros mecanismos de integração não baseados em regulações de mercado. O recente passo do Sucre (sistema monetário comum da Alba), como um mecanismo de pagamentos entre os países, pode ser um novo piso nessa construção de algo muito novo, que não há em nenhuma outra parte do mundo. Outro passo são as empresas gran-nacionais, pertencentes aos estados, que darão um olhar de gestão da economia de maneira regionalizada e unicamente organizada entre os países. Creio que a Bolívia vai dar esse primeiro passo da empresa gran-nacional com a Venezuela em um prazo muito curto. As condições materiais estão dadas.*

Brasil de Fato - *E qual papel jogam os movimentos sociais nesse processo de integração?*

Álvaro Garcia - *Creio que a articulação deles em nível continental e sua participação nesses processos de integração é ainda muito incipiente. O neoliberalismo fragmentou tudo e reduziu as articulações a uma união via ONGs. Não era uma articulação autônoma. Hoje começa haver um encontro cara-a-cara de companheiros que se convidam, mas ainda avançaram pouco. Temos que ir além dos fóruns, que foram importantes nos anos de 1990 para juntar 1990, rompendo as suscetibilidades de direções e de hegemonias, mas muito débeis, frouxos em seus discursos. A tomada de ações vinculantes não foi feita por nenhum dos fóruns. As pessoas retornavam para suas casas para arrumar seus papéis e convocar outro fórum. Precisamos de uma estrutura bolchevique, que o MST tem, do movimento social. Isso tem que vir deles, não dos governos. Ainda não se criou uma plataforma continental dos movimentos sociais. Sei que isso é complexíssimo. Digamos que nem no nível de países isso se dá, porque acontece em momentos*

espetaculares. A pauta de nacionalizações, por exemplo, dá lugar a revoluções. Mas precisamos desse esforço de nos olharmos como continente, não somente acompanharmos as ações dos presidentes. Quando há reunião da Alba, os movimentos sociais se reúnem e debatem temas complementares aos dos presidentes, melhor ainda quando os temas debatidos entre presidentes foram previamente discutidos com lideranças. Mas é necessário ir além.

É difícilimo, mas talvez seja hora de projetar uma Internacional continental de movimentos sociais, uma estrutura como uma Internacional comunista, mas de movimentos sociais, continental, e depois pensar em ir para o mundo. Diante da possibilidade de que em algum país de nosso continente a direita retome o governo, como eles não vão pautar uma mobilização? Ao fim e ao cabo, se essa leva progressista for para trás, quem mais sofrerá serão os movimentos. Eles estão obrigados a pensar continentalmente e devem defender e empurrar mais para lá esses processos. O século 21 exige novos compromissos, maiores ações, e a melhor experiência a ser resgatada está nas reflexões de Marx sobre a Primeira Internacional, na qual se juntaram partidos, sindicatos, agremiações, marxistas, anarquistas, socialistas... articulavam-se continentalmente com debilidade, mas com firmeza e vinculação de suas decisões. É melhor do que a Internacional leninista, e talvez a melhor referência para uma Internacional hoje não seja bolchevique, mas a comunista de Marx em seu debate fascinante com Bakunin (Mikhail Bakunin, um dos intelectuais fundadores do anarquismo). Como se tomam as decisões? É pela autoridade moral das organizações, dizia. Não se obriga a ninguém, mas todos estão comprometidos a cumprir o que decidiram. Precisamos de um novo passo já nesta década: uma internacional de movimentos sociais com maior capacidade de vinculação em suas decisões, de mobilização desde os países e com uma agenda comum debatida continentalmente por eles para defender esse processo, para controlá-lo e radicalizá-lo.

Brasil de Fato - Seria necessário um ponta de lança para isso?

Álvaro García - Modéstia à parte, creio que a Bolívia é a experiência mais avançada de movimentos sociais.

Brasil de Fato - Mais do que o Brasil?

Álvaro García - Sim. É um país menor, evidentemente, com menos gente. Mas a eficácia Político-estatal do movimento é a mais radical no continente.

Brasil de Fato - Esta é a originalidade do processo boliviano?

Álvaro García - Acho que sim. Tudo isso aqui é movimento social.

Brasil de Fato - No Estado?

Álvaro García - No Estado, por fora do Estado, por baixo do Estado, por cima do Estado. Esta é uma grande discussão, temos que fazê-la. Nos causou muito dano o debate de John Holloway (do livro Mudar o mundo sem tomar o poder) e Marcos del Rojo, não? Respeito os companheiros, mas tenho profundas discordâncias. Tem que haver uma aliança de movimentos sociais continentais fortes, que sejam os articuladores. Tem que haver uns quatro, cinco ou seis que se lancem, de maneira muito respeitosa, com democracia de base, e que articulem o debate com os demais, mas alguém tem que dar o primeiro passo, e logo.

Brasil de Fato - Este seria o sujeito revolucionário na América Latina?

Álvaro García - O sujeito revolucionário é o que faz a revolução. Não há uma predestinação para definir quem será, este foi o grande erro do debate ocioso da esquerda, desde antes dos anos de 1950. Diziam "este é o que vai fazer a revolução" e seguiam esperando que o sujeito se movesse, mas ele estava em outra. Paranóico, não? O que está claro é que o sujeito revolucionário vem do mundo do trabalho sob a forma de camponês, de comunário, de indígena, de operário, de jovem, de intelectual, de integrante de associações de bairros. Isso não contradiz as reflexões de Marx, segue sendo o mundo do trabalho, que se complexificou infinitamente frente ao que ele conheceu.

Dependendo de qual desses espaços do mundo do trabalho assume maior protagonismo, o processo tenderá a visualizar um aspecto em detrimento de outros. Se é o mundo indígena e camponês, se visibilizará o tema da terra, da biodiversidade, e não o salarial. Em seu momento voltará a emergir o mundo do trabalho sob sua forma salarial, daqui a alguns anos, porque

*estamos em um processo de reconstrução do mundo salarial no continente e sua formação e estabilização vai requerer décadas. Ou se é mais do tipo de bairro, se visualizará o tema de necessidades básicas... mas são trabalhadores; como aconteceu em Cochabamba: quem fez a Guerra da Água eram trabalhadores, mas não se moviam como sindicato de trabalhadores, se moviam como moradores. Mover-se como trabalhador implicava ser demitido da fábrica. Canalizaram sua expectativa de outra forma.*

*Não há que esperar que o operário da fábrica se una em sindicato para falar do protagonismo do mundo laboral. Ele se move de múltiplas formas, veja os sem-terra. No caso do Brasil, está claro que, na medida em que há uma recomposição da produção - o Brasil, agora, como México, Filipinas, Coréia e outros seis ou sete lugares, é a oficina de produção do mundo -, não haverá eficácia político-estatal do movimento social sem protagonismo forte desse mundo assalariado. Existe o Movimento Sem Terra, com linhas revolucionárias muito fortes - o que é excelente -, que assume a aposta de manter a presença da sociedade na construção de alternativas. Mas pensar um projeto de radicalização aí é também pensar em seu mundo trabalhador. Se o movimento operário não acompanhar o MST, daqui a uma década o que ele vai poder fazer, frente à necessidade que requer semelhante potência mundial, será pouco.*

Brasil de Fato - *E no caso da Bolívia?*

Álvaro Garcia - *Aqui, esse mundo do trabalho tem como liderança o movimento camponês-indígena, ainda que o país tenha tido alguns processos de assalariamento muito interessantes. São trabalhadores, criadores de riquezas, que têm estruturas locais associativas, formas de gestão comum da terra, trabalho individualizado, vínculos parciais com o mercado, vínculos não de mercado; e têm o protagonismo. Mas, aí no meio, estão também outros mundos laborais, assalariados, não-assalariados, que se mobilizam, mas com menor intensidade e maior dificuldade. Porém, se não conseguir avançar mais, será porque o movimento operário ainda não conseguiu mobilizar-se. Se esse mar de operários, daqui a cinco, dez ou 20 anos, não conseguir se unificar com identidade e ação coletiva, o movimento atual encontrará um limite. A chave serão esses dois braços, até que se reorganize o movimento da classe trabalhadora, que se rearticule diante da recomposição territorial da força de trabalho planetária.*

Brasil de Fato - *Porém, muito se fala sobre não ser possível entender o processo boliviano com um olhar tradicional de esquerda, com uma formação ocidental. Quais seriam essas limitações?*

Álvaro Garcia - *Não devem se meter com assessores ou algumas ONGs que os assessoram, aí está esse tipo de discurso que tem a ver com uma espécie de moda. Na central de trabalhadores camponeses, nas comunidades ou no movimento indígena em seus níveis intermediários e de base, não há esse debate falso. Muitos dos que seguem essa linha ajudam muito com seu trabalho, mas são parte de uma espécie de ressaca. Antes estavam envolvidos com uma esquerda tradicional e aderiram recentemente ao mundo indígena, o que os levou a radicalizar seus pontos de vista ostentadamente.*

*Entende-se esse tipo de reação na medida em que, durante muito tempo, a esquerda tradicional aqui desdenhou o movimento indígena, os acusou de querer voltar a tempos arcaicos ou chamou-os de pequenos burgueses, resposta clássica dessa esquerda. Então, uma inteligência indígena se formou nos anos de 1970, 1980 e 1990, como a figura de Fausto Reinaga, em rechaço a essa leitura bem primitiva. Essa inteligência se formou em batalhas contra a direita e também contra a esquerda, que repetia processos de discriminação, que dizia que a revolução era dos operários. Os camponeses eram a massa de apoio que levaria os operários nos ombros. Em cima deles, iriam os intelectuais, não era assim? Então, parte de uns convertidos recentes segue pensando nisso.*

*Agora, no governo, nos debates da federação de camponeses ou na dos cocaleiros, há um processo rico dessa vertente camponesa-agrária-indígena com um novo marxismo. Nós lutamos por isso por mais de 20 anos. Eu briguei com todos os esquerdistas. Os primeiros textos que escrevi há 30 anos foram para brigar com trotskistas, stalinistas, maoístas, e todos me qualificaram de revisionista, de ignorante. Buscávamos um encontro entre marxismo e indianismo e acho que foi frutífero. Reivindico minha vertente marxista, às vezes me reivindico indianista, ainda que não seja indígena, e daí?*

Brasil de Fato - *Como se encontraram essas vertentes?*

Álvaro García - O indianismo teve a grande virtude de denunciar a colonialidade do Estado - e não poderia vir de outros que não eles -, mas era impotente na questão do poder. Diziam "todos eram índios" e temos "que indianizar o Estado". Muito bem, e como se faria isso? O seu discurso era denunciativo, mobilizador, mas somente isso. A vertente marxista pautava o tema do poder, mas com suas incompreensões o fazia à margem do movimento indígena, portanto, era um tema de elites. Assim, era impossível definir uma estratégia discursiva e de alianças que permitisse o acesso ao poder. Mas, no fim do século 20, indianismo e marxismo se fundem.

Brasil de Fato - Essa é a originalidade do processo boliviano?

Álvaro García - Em termos de discurso e de criação teórica-intelectual, sim. Isso permitiu criar um cenário de estratégia. Em termos de ação política, é a grande mobilização de massas: sublevações, bloqueios, marchas, levantamentos, insurreições.

Brasil de Fato - E esse discurso é muito distante do discurso que há hoje?

Álvaro García - Não, de jeito nenhum. Vou contar o que aconteceu com o Evo quando iniciamos o programa Juancito Pinto [que dá bolsa aos estudantes do ensino fundamental], em 2006. Fomos entregá-lo no norte de Potosí (departamento no oeste boliviano). Um jovem do campo se aproximou e perguntamos: "Como está? Em que série está?". "Estou no terceiro básico, tenho oito anos", disse. "E o que você fez com o seu bônus?", perguntamos. "Estou guardando para me preparar para ser presidente como você". Ah, por favor... É a melhor resposta que poderia dar. Quando um indígena coloca como possibilidade de vida ser governante, o tema do poder se converte em um feito próprio, porque era uma questão de submissão! O poder era de poucos brancos e formados, e agora um camponês do norte de Potosí, a zona mais pobre do país, dizia "eu também posso ser presidente". Temos aí uma revolução cultural.

Brasil de Fato - Há um simbolismo forte aí, mas até que ponto as bases realmente estão discutindo as transformações políticas? Qual é a proximidade das bases e da intelectualidade?

Álvaro García - São espaços diferentes. Há o mundo da academia, que recebe para pensar 24 horas, e o mundo da vida laboral, associativa, sindical, do movimento camponês. Espaços diferentes que possuem canais de comunicação e distintas linguagens. No tema das alianças: a academia pode falar de bloco de poder, pode usar Gramsci, enquanto do outro lado a discussão é apoiar ou não os moradores desse bairro, se apoiamos ou não alguma candidatura. É o mesmo tema verbalizado de distintas maneiras. As mesmas preocupações da base são levadas para a academia e, na academia, de tudo que se reflete, poucas coisas são debate nas bases.

Mas existem momentos em que eles se aproximam mais, criando um espaço de intervenção maior; e aí são os grandes ascensos. Quando a reflexão dessa intelectualidade progressista é o debate das assembléias. Quando o que surge em um jornal, em algum panfleto, em algum discurso rapidamente é retomado pelos níveis dirigentes e levado à base. Esta é a dinâmica. É impossível isso ser permanente, porque são espaços diferentes no tempo e na forma de vida. Creio que em nenhuma parte isso se deu. A imagem que temos dos soviets e do Partido Bolchevique está um pouco idealizada. O fato de que nas fábricas os operários liam Lênin não é verdade.

Brasil de Fato - Pensar essa fusão do espaço intelectual com o movimento social é impossível. Existem aí vasos comunicantes fluidos que levaram, inclusive, o âmbito intelectual a mudar em dez anos. O que debatiam os intelectuais antes?

Álvaro García - Governabilidade e coisas assim. Hoje debatem na universidade pública, e até nas privadas, a nova Constituição. Mesmo os setores conservadores têm que refletir sobre os fatos, têm que saber como o Direito Penal vai estar vinculado com a Nova Constituição. Hoje existem vasos comunicantes. Em certos momentos são rios comunicantes, ou fusões parciais, e logo separações, como em qualquer processo de transformação; outra vez por ondas. Nada é definitivo, perpétuo ou já dado. A idéia de revolução permanente não é tão certa. Estes oito anos intensos na Bolívia demonstram essa dinâmica de ondas que falava Marx, mais do que o linear que nos dizia Trotski.

Quem é Álvaro García Linera

Nascido em Cochabamba, em 1962, Álvaro García Linera é formado em Matemática na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e sociólogo autodidata. Ao regressar de seus estudos,

começa sua militância na Bolívia, vinculado às Células Mineiras de Base, grupo que se funde aos Ayllus Rojos nas atividades de propaganda e organização de comunidades do altiplano. Posteriormente, ingressa no Exército Guerrilheiro Túpac Katari (EGTK) - uma das poucas forças guerrilheiras propriamente indígenas da América Latina -, onde é destacado para atuar com formação política e pesquisa de comunidades indígenas. Em 1992, é preso, acusado de sublevação e levantamento armado, ficando encarcerado por cinco anos, tempo em que escreve uma de suas principais obras, o livro *Forma valor e forma comunidade*. Ao ser libertado, é convidado para ser professor do curso de Sociologia da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), a Universidade pública de La Paz. Em 2006, assume a vice-presidência, ao lado do presidente Evo Morales, pelo Movimento ao Socialismo (MAS).

## PARTE VI

### 1. Ontologia do Trabalho, "Utopia Concreta"

A abordagem de fundo da Ecosol e da autogestão passa por uma concepção filosófica de muitos temas. Um deles, diz respeito ao conceito e a categoria de 'Trabalho'. Como resignificar a cultura do trabalho? Esse foi um dos temas que abordamos, 'en passant', nas atividades dos CFES. Claro, que o tempo que tivemos nestas atividades não foi suficiente para aprofundamentos do tema e mesmo indicações de pesquisas posteriores pelos educandos presentes, em grande parte, 'pos-graduandos' das Universidades que estão presentes na gestão dos CFES. Vamos então, abrir um longo parêntesis para mergulharmos em obras que marcaram profundamente o pensamento marxista e socialista no século XX.

A obra de Kosik, "A Dialética do Concreto", em que há um capítulo intitulado "Filosofia (dialética) e Economia (ciência).", é nosso ponto de partida desta parte. Kosik propõe metodologia para reflexão sobre "a evolução intelectual de um pensador ou um artista", afirma que em relação a problemática de "O Capital": "O que importa, é saber se, na evolução intelectual de Marx, a relação entre filosofia e economia (ciência) mudou. Isto é, como Marx compreendeu e formulou esta relação no curso das diversas fases de sua evolução intelectual. Esse problema está, após muitos anos, no centro do debate dos marxistas e marxólogos sobre o 'jovem Marx'.

Kosik, no que diz respeito a "estrutura do capital", nos põe uma questão importante: "O Capital de Marx começa pelas frases: " A riqueza das sociedades nas quais reina o modo de produção capitalista, se anuncia como uma 'imensa acumulação de mercadorias'. "A análise da mercadoria, forma elementar desta riqueza, será, por consequência, o ponto de partida de nossas pesquisas". A parte final de toda a obra - o 52º capítulo inacabado do Livro III - é consagrado à análise das classes. Existe uma ligação entre o início e a conclusão do Capital, entre a análise da mercadoria e a das classes? "

Essa questão vem de encontro ao subtítulo do nosso ensaio; "A ODISSÉIA de O Capital (mercadoria) e a EPOPÉIA de luta dos trabalhadores (classe)".

Kosik, então, relaciona o Capital de Marx à Fenomenologia do Espírito de Hegel. Todos dois partem, na construção de suas obras de um mesmo motivo simbólico de pensamento, muito difundido na atmosfera cultural de seu tempo. Esse motivo - metáfora da criação literária, filosófica e científica - é a 'Odisséia': o sujeito (indivíduo, consciência individual, espírito ou coletividade) deve efetuar uma peregrinação através o mundo para conhecer o mundo e a si-mesmo.

Deste modo, "O Capital aparece como a odisséia da práxis histórica concreta que, de seu produto elementar do trabalho, percorre uma série de metamorfoses reais nas quais a atividade prático-intelectual dos homens é objetivada e fixada na produção, e acabada sua viagem não com o conhecimento do que ela é em-si e para-si, mas com a ação revolucionária prática, que se funda sobre este conhecimento".

"Nas primeiras páginas do Capital, o autor sublinha o caráter materialista da filosofia, sobre a base da qual se desenvolve a investigação científica dos problemas econômicos: a odisséia não começa com a consciência que ela é uma odisséia do espírito, mas ela parte da mercadoria porque ela é a odisséia de uma forma histórica concreta da práxis (...) ela é também e sobretudo objeto prático e tangível, criação e expressão de uma forma histórica determinada de trabalho social".

Portanto, conclui Kosik: "O problema original da relação interna entre início e fim do Capital, entre mercadoria e classe, nós podemos agora formulá-lo como segue: qual é a relação da mercadoria, enquanto forma histórica do trabalho social dos homens, com a atividade prático-intelectual dos grupos sociais (classes) no seio da produção ?".

Na parte intitulada "Ser social e categorias econômicas", Kosik nos levará as idéias da 'onto-práxis', presentes na obra de Zeleny e, sobretudo, como veremos depois, na Ontologia do último Lukács, que é nosso principal objetivo, onde queremos chegar após esse longo desvio.

Kosik inicia este capítulo caracterizando o papel da dialética tal qual aparece na "estrutura lógica", de "O Capital": "Se as categorias econômicas são as 'formas do ser', as 'determinações existenciais' do sujeito social, o ser social se descobre quando elas são analisadas e sistematizadas dialeticamente. Com efeito, o ser social se reproduz intelectualmente na explicação dialética das categorias econômicas. É por isto que Marx não podia sistematizar as categorias econômicas em "O Capital", conforme à sucessão da facticidade histórica ou na ordem da lógica formal, a explicação dialética era a única forma possível de uma estruturação lógica do ser social".

Assim, Kosik afirma a concepção ontológica da obra de Marx: "A análise das categorias econômicas não se efetua sem premissas: a principal é a concepção da realidade enquanto processo prático de produção e de reprodução do homem social". E, "Demonstrando que os conceitos ou categorias econômicas são formas históricas da objetivação do homem e que como produtos da práxis histórica, eles apenas podem ser superados por uma atividade prática, fixando-se os limites da filosofia e o ponto em que começa a atividade revolucionária".

Para Kosik, enfim, nas categorias de "O Capital" torna-se possível distinguir os seguintes elementos:

- 1 - uma forma determinada de objetivação histórico-social do homem, porque a produção - como Marx observou - é por definição uma objetivação do indivíduo;
- 2 - um grau determinado, histórico e concreto, da relação entre sujeito e objeto;
- 3 - a dialética da história e do supra-histórico, isto é, a unidade das determinações ontológicas e existenciais.

Deste modo, "A economia não é somente produção de bens materiais, mas totalidade do processo de produção e de reprodução do homem enquanto ser histórico-social". E, o 'ser social' não é uma 'substância rígida ou dinâmica', 'uma entidade transcendental que existe independentemente da práxis objetiva'. "É o processo de produção e de reprodução da realidade social, da práxis histórica da humanidade e das formas de sua objetivação".

No livro "Beco dos sapos", ao trabalharmos com a "Ontologia do ser social" de Lukács (elaborada no final dos anos 60, até sua morte em 1971), mostramos a importância destas definições em relação às lutas dos trabalhadores pelo socialismo, mais particularmente, pelo socialismo autogestionário.

Kosik avança para definição da relação entre "Economia e Trabalho", perguntando-se sobre "O que é o trabalho?". Kosik, então, situa a questão: "A problemática definida pelo termo 'Filosofia do trabalho' aparece historicamente nos pontos culminantes do pensamento europeu moderno (G. Manetti, Pico della Mirandola, Carolus Bovillo), na filosofia hegeliana e em Marx. É um aspecto da questão: o que é o homem? "

Sob o ângulo da filosofia, esta problemática do trabalho acompanha toda pesquisa sobre o ser do homem, mas, "à condição que a questão 'o que é o homem?' seja concebida como PROBLEMA ONTOLÓGICO (grifo nosso). Mais, a 'ontologia do homem' não é a antropologia". "A problemática do trabalho, como questão filosófica e filosofia do trabalho se funda sobre a ONTOLOGIA DO HOMEM" (grifo nosso).

Para Kosik, após Marx a problemática do trabalho não foi desenvolvida do ponto de vista filosófico e que, "a constatação radical que a filosofia materialista é também a 'última' ontologia do homem, isto é, que ela não foi ainda superada historicamente". E, como vimos, esta constatação se aplica ao próprio campo do marxismo.



Para Kosik, "O trabalho, em sua essência e generalidade, não se limita a uma atividade produtiva ou ocupação humana...O trabalho é um processo **que impregna todo o ser** do homem, constitui sua especificidade". Neste ponto, Kosik antecipa as conclusões da "Ontologia" Lukacsiana. Quais categorias e conceitos que fazem parte da 'totalidade' trabalho? Kosik menciona vários "pares dialéticos":

- Causalidade e teleologia;
- Animalidade e humanidade;
- Necessidade e liberdade;
- Particular e universal;
- Real e ideal;
- Interno e externo;
- Sujeito e objeto;
- Teoria e práxis;
- Homem e natureza, etc.

Estes 'pares dialéticos' devem ser 'sistemizados' como um conjunto, uma totalidade, nenhum tem valor em si próprio, têm um caráter dialético comum. Neste sentido, Kosik critica o Lukacs de "O Jovem Hegel" (Berlim, 1954), por colocar os pares causalidade-teleologia e animalidade-humanidade acima dos outros pares. Todavia o filósofo tcheco reconhece que, "o par dialético conceitual" teleologia – causalidade tem um lugar privilegiado na análise da problemática do trabalho".

Para Kosik, "O elemento constitutivo do trabalho é a objetividade, o resultado do trabalho é um produto que tem uma duração. **...No processo de trabalho presente, o operário transforma os resultados do trabalho passado e realiza as intenções do futuro**".

Assim, "A tridimensionalidade do tempo humano, enquanto dimensão constitutiva do ser humano, está fundada no trabalho enquanto ação objetiva do homem...A forma específica do movimento do homem no mundo, é marcado pelo trabalho como modo específico de unidade do tempo (desenvolvimento cronológico) e do espaço ( dimensão)". "Sem objetivação não há desenvolvimento temporal". "Por seu trabalho, o homem transmite alguma coisa de durável, que existe independentemente de sua consciência individual. Que marca a continuidade da existência humana".

Levada ao campo da práxis social, ao campo da luta de classes, esta visão tem conseqüências profundas para as lutas dos trabalhadores. Ela nos permite desenvolver a aprendizagem extraída de um longo processo de lutas pela emancipação do trabalho; ela nos permite articular a 'utopia concreta' com as lutas do presente; ela nos permite operar o 'princípio da esperança', o 'ainda-não-realizado', o que Paulo Freire chama de 'o inédito viável'. Neste sentido, ao analisar a 'dialética hegeliana' de escravo e senhor, Kosik afirma: "Todos dois criam seu presente e seu futuro a partir de alguma coisa que **não-é-ainda**".

Por fim, na parte "Trabalho e Economia", Karel Kosik reflete sobre o caminho de sua "Dialética do Concreto": " **A análise do trabalho, em que buscamos uma explicação da economia e de suas características, nos conduziu à "ontologia do homem". No capítulo "Práxis e Totalidade", Kosik afirma que "A filosofia materialista funda a problemática da práxis como resposta filosófica à questão filosófica: O que é o homem, o que é a realidade social e humana, e como está realidade é criada?"**.

Kosik conclui: "A práxis é uma esfera do ser humano". E, o que é importante: "Neste sentido, a filosofia moderna – que, em polêmica com a tradição platônica e aristotélica pôs em evidência que a criação humana é autêntica realidade ontológica – desemboca no conceito de práxis. A existência não 'se enriquece' apenas da obra humana, mas a realidade ela mesma se manifesta ao homem, em seu trabalho e em suas criações, como **processo onto-criador**: o indivíduo, deste modo, abre um acesso à realidade. "Na práxis do homem, produz-se um fato essencial que tem sua verdade em si-mesmo, possui uma significação ontológica e não é o simples símbolo de outra coisa".

Enfim, "Por sua essência e sua universalidade, a práxis revela o segredo do homem como **ser onto-criador**, que produz a realidade (humana e social) e, como conseqüência, é capaz de compreender e de explicar a realidade (humana e extra-humana, isto é, total)."

Esta é uma das partes mais ricas da obra de Kosik. Tal qual W. Benjamin, e dialogando com o existencialismo e a fenomenologia, aborda o campo da subjetividade contido na práxis do ser humano. "A práxis abrange portanto – além do trabalho - um momento **existencial**: ela se manifesta na atividade objetiva do homem que transforma a natureza e imprime as significações humanas à maneira natural, como também na formação da subjetividade humana na qual os momentos essenciais como a angústia, a náusea, o medo, a alegria, o riso, a esperança, etc., não representam "experiências" passivas, mas fazem parte integrante da luta pelo reconhecimento, isto é do processo de realização da liberdade humana. Sem o momento existencial, o trabalho deixaria de fazer parte integrante da práxis". A praxis é, assim, "objetivação do homem, dominação da natureza e realização da liberdade humana".

A Praxis tem outra dimensão: "O processo onto-criador da práxis humana serve de fundamento à possibilidade da ontologia, que é compreensão do ser". A filosofia materialista, diz Kosik, "afirma que o homem, sobre a base da práxis e na práxis, como **processo onto-criador**, elabora também sua capacidade de olhar no passado, de sair de si-mesmo e de se abrir ao ser em geral (...). Enfim, o homem é uma criatura **antropocósmica**". Na práxis, ele acha a base de um centro ativo real, uma mediação histórica real entre o espírito e a matéria, entre a cultura e a natureza, entre o homem e o cosmos, entre a teoria e a ação, entre a existência e a essência, entre **epistemologia e ontologia**".

Como podemos ver, as idéias de Karel Kosik são fundamentais para nosso pensar em relação a Ecosol e a Autogestão, como "Visão de Mundo".

## 2. Um mito "proletário": Sísifo

Uma outra questão que discutimos nos CFES, foi o destino, fado, das lutas pela autogestão ao longo dos séculos. Expressam, a primeira vista, um rosário permanente de derrotas. Essa questão nos leva a uma visão de fundo da filosofia da história e a obras que buscaram aprofundar essa reflexão.

O pequeno ensaio de Albert Camus, incluído em seu livro "Le Mythe de Sisyphe, Essai sur l'Absurde"(Gallimard,1942), vem ao encontro da nossa reflexão sobre as experiências e lutas dos trabalhadores pelo socialismo autogestionário. Como veremos adiante, o balanço destas lutas nos dão, inicialmente, a impressão de um amontoado de derrotas. A cada experiência se sucede uma derrota, por varias razões.

Veremos como Auguste Blanqui, na prisão, chamava a este fenômeno de "Dialética Infernal" e, como Walter Benjamin vai tentar decifrar este enigma do Sísifo moderno, o proletariado.

Michael Lowy, em seu ensaio para o Seminário "Walter Benjamin et Paris" (juin1983), sobre "W. Benjamin crítico do progresso; à busca da experiência perdida", afirma que: "o pior inferno é o da mitologia grega em que agonizam Sísifo, Tântalo e as danaides, condenados ao eterno retorno da mesma punição. É o destino do operário, prisioneiro da cadeia de montagem, que Benjamin - citando Engels - compara a Sísifo. De onde a analogia entre a inscrição à entrada das fabricas, mencionadas por Marx, e às das portas do Inferno de Dante".

Camus, também recorre à imagem do operário ao nos descrever o mito: "os deuses condenaram Sísifo a empurrar, sem fim, uma pedra até o pico de uma montanha, de onde a pedra, por seu próprio peso, rolava montanha abaixo". Os deuses acreditavam ser esse o castigo mais terrível: "o trabalho inútil e sem esperança". Camus chama Sísifo de "o trabalhador inútil do inferno".

"Compreendemos que Sísifo é o herói absurdo. Por suas paixões e por seu tormento. Seu desprezo pelos deuses, sua raiva da morte e sua paixão pela vida, lhe valeram esse suplício indizível em que todo o ser se empenha em nada acabar. É o preço que se deve pagar pelas paixões desta terra".

A Camus interessa, sobretudo, o que acontece com Sísifo quando, ao descer a montanha, chegando na planície, em baixo, o que faz com "esta pausa, este retorno". "Essa hora, diz Camus, que é como uma respiração e que se repete tal qual sua infelicidade, **"é a hora da consciência"** (grifo nosso). Para Camus, em cada um destes momentos Sísifo é superior a seu destino. Ele é mais forte que sua pedra. E, conclui que: "Se este mito é trágico, é porque seu herói é consciente".

Camus, então, traça uma analogia: "O operário de hoje trabalha, todos os dias de sua vida, nas mesmas tarefas, e esse destino não é menos absurdo. Só é trágico nos raros momentos em que ele se torna consciente. Sísifo, "proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda amplitude de sua miserável condição."

De sua condição humana, explorado e oprimido no inferno do capital, os trabalhadores tentaram várias vezes o assalto aos céus. Em lutas memoráveis, subiram a montanha carregando suas utopias e esperanças, construindo formas de luta e de organização novas, desde a Comuna de Paris até a Comuna de Gdansk. E, como dizia Blanqui, é o eterno retorno do mesmo: "o velho sempre novo e o novo sempre velho", a "Eternidade dos astros". A repetição de derrotas, o terrível castigo de não ter alternativas à sociedade do capital.

Vamos ver como, a autogestão como estratégia de movimento dos trabalhadores, os leva a subir à montanha e, lá em cima, nos momentos pré e/ou revolucionários, de convulsões sociais profundas, vislumbram, elaboram e atingem, em cada conjuntura histórica, o 'máximo de consciência possível', de seus projetos históricos, de longa duração, o projeto socialista.

Do 'ludismo' - quando quebravam seus próprios instrumentos de trabalho, nas fabricas de satanás, como diria William Blake -, até o movimento grevista ('greve' como a praça ou espaço público em que os operários se encontravam para paralisar a produção, a busca da esfera pública, o sair das entranhas do inferno fabril em busca da luz pública), à Comuna de Paris, em que elaboram um Projeto Político de 13 pontos, abarcando o conjunto da Cidade Luz, e, até à Comuna de Gdansk (1980), - passando pela Revolução na Hungria, 1956, a Primavera de Praga, 1968 - com a "Rede de autogestão" e a idéia saída do longo Congresso de Solidarnosc, da "República Autogestionária da Polônia", a autogestão em toda uma nação. Nesta pisada, longa e tortuosa, trabalhadores construíram os seus projetos de autogestão socialista.

A volta ao cotidiano, à planície, tal qual Sísifo, é o momento da aprendizagem da autogestão, como pedagogia do socialismo. É o momento da consciência, do 'fazer', da experimentação para preparar novas subidas à montanha. Novos assaltos ao céu! Nesta perspectiva, a repetição é pedagogia, com ela se aprende: cada luta, cada subida, cada ascenso, permite avançar e ver mais longe o horizonte utópico, o 'inedito viável' (P.Freire), o 'ainda-não-realizado' (Bloch), a utopia concreta.

Mas, é na descida, no recuo e, sobretudo, na planície do dia a dia, que se aprende a gerir; como diz Rosa Luxemburgo: "Os trabalhadores aprendem a gerir, fazendo, não há outro meio". A autogestão é pedagogia e práxis do socialismo.

Gramsci falava de como, "Em cada levante dos movimentos sociais modernos, particularmente dos que se estendem de 1789 a 1917, mostra como crescentes segmentos das classes trabalhadoras conquistam uma "autoconsciência" mais elevada de si e a capacidade de 'direção' da sua própria história. Esta é a outra face da moeda da 'dialética infernal'.

Como diria Mario Pedrosa: é a Comuna, o Socialismo. "Haveremos de amanhecer"! E, veremos, então, Sísifo sorrir. Como diz Camus: "Devemos imaginar Sísifo feliz"! Esta metáfora nos servirá de ilustração de algumas idéias sobre a autogestão, sobretudo, a visão construída por Daniel Mothé a respeito da 'autogestão-gota-a-gota', e suas conseqüências para a estratégia e a pedagogia autogestionárias. E, do mesmo modo, para uma reflexão sobre a revolução como tragédia, nos passos de Raymond Williams. Sem dúvidas, da idéia da "Dialética infernal" do velho 'enragé' Auguste Blanqui, retomado e 'salvo' por Walter Benjamin.

Podemos, simbolicamente, tomar a "Montanha mágica" de Sísifo como uma Catedral. Neste ponto, fazemos referência a Mothé.

### **3. Ecosol, construção longa!**

Mothé, um dos pioneiros dos debates sobre autogestão na Europa, veio ao Brasil - numa visita de dez dias -, para conhecer diretamente as práticas autogestionárias da Economia Solidária. É sintomático que, em suas conclusões, Mothé, tenha feito referências fundamentais à questão da educação. O texto que nos enviou, após seu retorno, traz o título de "Desenvolvimento durável, capital cultural, educação popular e autogestão".

D.Mothé afirma que “assistimos uma retomada inesperada das práticas autogestionárias” que permite a seus diferentes atores de sair de sua especialidade para se projetar em um mundo futuro diferente do que eles vivem...podemos deduzir que a democracia direta convida seus atores a inventar sua pedagogia, a ousar criar seus próprios símbolos em que a força da compreensão é mais rápida que a da razão...A democracia participativa aparece como um procedimento pedagógico que permite a relação entre a conceitualização do existente, a ação para transformá-lo e a teoria para extrair as formas de reprodução...

As ações da economia solidária no Brasil superam a problemática local e permitem pôr em luz que a educação popular é inseparável de uma democracia direta autogestionária e que é indispensável lhe atribuir o *status* institucional que desempenha no desenvolvimento cultural dos cidadãos” ... Esta prática pedagógica deve ser visível não somente no aspecto social da economia solidária, mas também em seus aportes culturais que sobressaem sempre de Ministérios e de Orçamentos”.

“O sentimento que trouxe é o de construção de uma obra que resistirá à História e que nos faz pensar em construtores de catedrais, que tinham a convicção de que estavam construindo algo que duraria séculos.... Após ter visto estas práticas, sinto que o desenvolvimento durável é por excelência o desenvolvimento do capital cultural e social dos cidadãos, que a autogestão tem um papel de primeiro plano no quadro do desenvolvimento durável”.

Enfim, Mothé lança uma hipótese: “a democracia direta e representativa, que é conteúdo da autogestão, pode ser considerada como parte de instrumentos pedagógicos nos quais certas instituições municipais e universitárias contribuem ao desenvolvimento do capital cultural das populações mais carentes”.

Para Mothé, “A educação popular relacionada a democracia participativa, reforça a cidadania de seus atores e, assim, mostra toda sua potencialidade e importância”.

A impressão que Mothé levou de nossas experiências, expressa para nós, o sentimento de que a educação é um elemento estruturante da prática da Economia Solidária. Não é um elemento agregado “de fora”, nem é um elemento que possa ser descartado,em algum momento.

#### **4. Autogestão e Utopia Concreta**

O tema da utopia foi outro que abordamos nas atividades dos CFES e é parte intrínseca à uma visão estratégica de Desenvolvimento, na qual sempre abordamos a Ecosol e a Autogestão social.

Como tema do “trabalho”, só tivemos condições de fazê-lo “en passant”. Neste campo, quatro pensadores são fundamentais: **Ernst Bloch, Boaventura Santos, Paulo Freire e Paul Singer.**

Ernst Bloch, em “O Princípio Esperança”, volume II, analisa a relação entre ‘marxismo e antecipação concreta’. Bloch afirma categoricamente que “o marxismo não significa renúncia à antecipação (função utópica); ele é o ‘novum’ de uma antecipação concreta relacionada ao processo imanente à História”.

Marx pôs fim ao dualismo reificado entre ‘ser’ e ‘dever-ser’, entre ‘realidade empírica’ e ‘utopia’. Para Bloch, o realismo de Marx é carregado de futuro: “É justamente porque a obra inteira de Marx está a serviço do futuro, bem mais, ela só pode ser entendida e realizada no horizonte do futuro, mas de um futuro que não é mais traduzido por uma utopia abstrata. Pois, uma idéia justa do futuro somente pode ser fornecida a partir do passado e do presente, lá onde ele começa a despontar, ele não pode ser deduzido que a partir das tendências que operam (...)”. “Este campo do futuro é uma interessante oposição aos falanstérios ou New Harmonies puramente imaginárias, esta renúncia a todas as visões de fantasia de um pretendido Estado do futuro”.

Marx consagrou mais de 9/10 de sua obra a análise crítica do momento presente, e designou um lugar relativamente reduzido as determinações do futuro. Por sua vez, segundo Bloch, as utopias abstratas dedicaram 9/10 de seu espaço ao desenho, à pintura, do Estado do futuro e apenas 1/10 a observação crítica, freqüentemente negativa, do momento presente. A utopia concreta tem seu principal elemento no processo histórico, naquilo que Bloch chama de

Latência (Latenze), isto é: "o correlato das possibilidades objetivas-reais não ainda-realizadas no mundo."

"O mundo inteiro é percorrido pela grande idéia de uma coisa e pela intenção tendendo ao ainda-não-acontecido: a utopia concreta é a teoria-práxis mais importante desta tendência. Seu campo é socialmente muito vasto, compreende todos os domínios do trabalho humano, estende-se aos campos da técnica e da arquitetura, da pintura, da literatura e da música, da moral e da religião.

O 'materialismo utópico' blochiano tem por base que "apenas um pensamento orientado para transformação do mundo, portando uma vontade de mudança, diz respeito ao futuro". Esta visão significa uma mudança no conceito de "ser". Ao abandonar a idéia de um 'ser fechado e estático', a verdadeira dimensão da esperança e da utopia se abre, o mundo se enriquece em disposições a, em tendências a, em virtualidades de (Latenze).

Münster assinala a condição ontológica que permite a existência da utopia concreta blochiana: "O mundo não é um sistema fechado ou um processo acabado, porque possui um horizonte aberto e é cheio de possibilidades "ainda-não" realizadas. Os homens e as mulheres ainda não são o que poderiam ser, e o mundo não atingiu sua autenticidade. O mundo e os homens que vivem nele ainda não estão 'realizados'. Tudo no mundo é movimento e gestação. O mundo é um vasto campo de possibilidades ilimitadas, não somente por causa das intervenções da vontade humana e da prática transformadora na história e por causa da teleologia específica das diversas manifestações da subjetividade humana, mas também por causa da incidência permanente da 'categoria de possibilidade', permitindo sua transformação permanente, concebida como um processo ininterrupto do próprio devir e do 'devir-autêntico'.

Arno Münster sintetiza a obra blochiana: "Na obra e no pensamento de E. Bloch a esperança é integrada no projeto mais amplo de uma filosofia da práxis e de uma filosofia da 'utopia concreta'. E que, "E. Bloch, ao seguir a tendência própria de seu pensamento, nos surpreende com sua intenção e sua vontade de ligar a esperança enquanto 'afeto da espera' e da 'expectativa' com as camadas da 'categoria possibilidade', dentro de uma visão filosófica baseada sobre a possível e salutar atividade da 'consciência antecipadora'.

Concluindo seu ensaio sobre "O Romantismo Revolucionário de Bloch e Lukacs ", M. Lowy afirma que " o romantismo revolucionário não é de modo algum contraditório com o pensamento de Marx, que comporta, ele também, uma dimensão romântica anticapitalista. Após meio século de hegemonia de um marxismo kantiano e/ou positivista, e/ou darwinista , e/ou evolucionista (com algumas exceções como Williams Morris e Rosa Luxemburgo ), surgiu com Bloch e Lukác, nos anos 1917 e 1923, uma potente e original leitura romântica do marxismo, uma concepção romântica da revolução social, que não desapareceu mais da consciência crítica moderna".

O "traço comum" que Lowy designa ao "romantismo revolucionário" é: "a crítica da civilização industrial/burguesa moderna (como foi constituída depois da metade do século XVIII) a partir de certos valores sociais, culturais, éticos, estéticos ou religiosos do passado pré-capitalista". Nesta perspectiva, Bloch permaneceu fiel e, sobretudo, enriqueceu em obras posteriores ao "Espírito da utopia" (1918) suas intuições de juventude. Por exemplo, em "Experimentum Mundi" (1975), " O Princípio Esperança" (1953 e 1959) e " Herança do Nosso tempo" (1962).

Como sabemos, Marx e Engels desconfiaram da utopia e Engel opôs o 'socialismo utópico' ao 'socialismo científico'. Bloch mostrou que é possível outra interpretação de utopia e ciência. Em síntese, Bloch define duas formas de utopia:

- i. a UTOPIA ABSTRATA: antecipa na imaginação uma outra realidade. Enquanto permanecer imaginária, esta antecipação porta um perigo: o de não levar em conta os meios de sua realização;
- ii. a UTOPIA CONCRETA: contudo, enquanto antecipa um dever-ser que 'ainda-não-é', ela faz parte da realidade, é imanente ao movimento social, e é subjetiva de uma mobilização real, de uma transformação real do mundo.

Estas definições de Bloch nos levam a buscar na práxis da autogestão, nas experiências desenvolvidas ao longo da história, nas 'experimentações sociais' ocorridas em diversos momentos e lugares, os principais elementos que compõem a proposta do socialismo autogestionário. Sem

dúvidas que, no campo do chamado 'socialismo utópico' podemos encontrar muitas idéias fecundas, mas compõem o que Bloch chama de 'utopia abstrata'.

Bloch define o marxismo, não como o contrário de uma utopia, mas como "o novum de uma utopia concreta". Utopia, no que traça imaginariamente seus objetivos; em que participa na ação transformadora; concreta, no que, como representação, ela antecipa o que já está no real, inscrito no presente como possibilidade. Portanto, a utopia concreta implica a crença em um dever-ser ainda-não-realizado; a utopia é a antecipação imaginária de um objetivo.

Bloch fala do conceito de "excedente da realidade": a utopia expressa a contradição presente e o esforço imaginário para antecipar a resposta concreta; manifesta, assim, um poder crítico frente à realidade, enquanto ainda não foram realizadas todas as esperanças. Este é o sentido da noção de "excedente": possibilidade ainda-não-realizada, abertura ao futuro. Neste sentido, "a história humana é um oceano de possibilidades sempre abertas".

Para Bloch, "A utopia concreta se encontra no horizonte de toda realidade; a possibilidade real articula ao objetivo as tendências-latências dialéticas abertas".

Mais uma vez, recorremos à Arno Münster, para fecharmos esta parte sobre o pensamento de Bloch. "Ligando a dimensão da ESPERANÇA aos conceitos de ANTECIPAÇÃO, de UTOPIA e de PRÁXIS, E. Bloch consegue integrar perfeitamente este conceito teológico-filosófico no projeto de uma filosofia da práxis que, diferentemente do marxismo ortodoxo, não baseia o conceito de práxis revolucionária e transformadora exclusivamente sobre a crítica materialista da economia política, mas sim sobre uma crítica dialética das relações entre a base e a superestrutura e, principalmente, sobre um conceito de ação que, reivindicando amplamente as conclusões da 11ª Tese de Marx sobre Feurbach, sobre a necessidade de 'não mais interpretar o mundo filosoficamente, mas de transformá-lo', é redefinido no quadro de uma teoria da CONSCIÊNCIA ANTECIPADORA, cujo conceito-chave é 'antecipação das imagens utópicas' e o 'sonhar-para-adiante' (Noch vorwärts traumen)".

Desta forma, Münster realça o caráter 'ontológico' do pensamento blochiano: "Bloch elabora assim, na primeira grande parte de "O Princípio Esperança", o projeto global de uma filosofia materialista do futuro cujo âmago é uma ONTOLOGIA DO AINDA-NÃO-SER, que muito mais que todas as outras ontologias da modernidade, baseia-se na teoria das POTENCIALIDADES imanentes ao SER que ainda não foram exteriorizadas, mas que constituem uma força dinâmica que projeta necessariamente o ente para o futuro".

A temática da utopia foi retomada mais recente nas obras de Boaventura Santos, já inserida nas questões do campo da economia solidária. BOAVENTURA SANTOS que analisou as questões relativas à civilização, à crise de paradigmas, às tradições e às utopias. "Nos encontramos numa fase de transição paradigmática, cujos sinais de crise me parecem evidentes, e um novo paradigma com perfil vagamente descortinável, ainda sem nome e cuja ausência de nome se designa por pós-modernidade...

Penso hoje que esta transição paradigmática, longe de se confinar ao domínio epistemológico, ocorre no plano societal global; o processo civilizatório instaurado com a conjunção da modernidade com o capitalismo e, portanto, com a redução das possibilidades da modernidade, as possibilidades do capitalismo, entrou, tudo leva a crer, num período final". Para superar este esgotamento do processo civilizatório capitalista, Boaventura busca alternativas no pensamento utópico: "aliás uma das tradições suprimidas da modernidade e que urge recuperar".

"... reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades, cartografado por alternativas radicais às que deixaram de o ser... Penso que só há uma solução: a utopia. A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe... As duas condições de possibilidade da utopia são uma nova epistemologia e uma nova psicologia... A nova epistemologia e a nova psicologia anunciadas e testemunhadas pela utopia assentam na arqueologia virtual presente. Trata-se de uma arqueologia virtual porque só interessa escavar sobre o que não foi feito e, porque não foi feito, ou seja, porque é que as alternativas deixaram de o ser. Neste sentido, a escavação é orientada para os silêncios e para os silenciamentos, para as tradições suprimidas, para as experiências subalternas, para a perspectiva das vítimas, para as margens, para a periferia, para as fronteiras, para o Sul do Norte, para a fome da fartura, para a miséria da opulência, para a tradição do que não foi deixado existir..."

Sobre o paradigma emergente, Boaventura assinala que "Em boa verdade não há um paradigma emergente. Há antes um conjunto de 'vibrações ascendentes', como diria Fourier, de fragmentos pré-paradigmáticos... "Entre outros aspectos, estes fragmentos têm em comum "o saberem que só é possível pensar para além da modernidade a partir dela, ainda que na forma das suas vítimas ou das tradições que ela própria gerou e depois suprimiu ou marginalizou. Neste sentido, pode dizer-se que a modernidade fornece muito dos materiais para a construção do novo paradigma. Só não fornece o plano de arquitetura nem a energia necessária para o concretizar".

Boaventura nos aponta algumas pistas: "As paixões de Schiller e dos românticos e a atração apaixonada de Fourier são dois campos privilegiados de escavação arqueológica da modernidade...O novo paradigma prevalece-se neste domínio de Schiller e da sua defesa da aparência estética (das *aesthetische Schein*) nas "Cartas sobre a Educação Estética do Homem", publicadas em 1795. Alias, Schiller representa, para o novo paradigma, uma das tradições suprimidas da modernidade e, como tal, suscetível de contribuir para a configuração da nova inteligibilidade. Schiller faz uma crítica radical da ciência e da desumanização administrativa e da especialização profissional que ela promove, uma crítica, de resto, bastante semelhante à feita por Rousseau. E, tal como acontece com Rousseau, não anima em Schiller nenhuma veleidade passadista, mas antes o desejo de reconstruir a totalidade da personalidade nas novas condições criadas pela modernidade". Neste sentido, podemos dizer que Schiller expressa, claramente, a sensibilidade romântica anti-capitalista de caráter utópico-revolucionário.

Boaventura amplia seu leque de pistas: "E, para escavação da amplitude concreta da subjetividade, dois outros campos de escavação arqueológica se me afiguram fundamentais: Montaigne e Kropotkin, outros dois criadores culturais cujas idéias foram suprimidas ou marginalizadas pela concepção hegemônica da modernidade capitalista". Para Santos, Montaigne insistiu na necessidade de não perder de vista o indivíduo concreto, e Kropotkin insistiu na solidariedade concreta, nos laços de ajuda mútua.

## PARTE VII

### 1. A Pedagogia da Utopia Concreta

*"Todo amanhã, porém, sobre o que se pensa e para cuja realização se luta, implica necessariamente o sonho e a utopia"*  
(Paulo Freire)

*"Sou esperançoso não por teimosia, mas por imperativo existencial"* (Paulo Freire)

No Brasil, a partir da experiência no campo da educação popular, PAULO FREIRE desenvolveu uma profunda e radical reflexão sobre conceitos como utopia, esperança. Obra recente de João Francisco de Souza, coloca a vigência do pensamento de Freire no mundo 'pós-moderno'. Segundo João, "A proposta pedagógica de Freire se centra na questão cultural e, dialoga com todos os quadrantes da Terra."

As várias obras sobre pedagogia, por exemplo:

"A Pedagogia do Oprimido",  
"A Pedagogia da Indignação",  
"A Pedagogia da Autonomia",  
"A Pedagogia da Esperança",  
"A Pedagogia da Pergunta", e, também, o livro sobre Freire, "A Pedagogia dos Sonhos Possíveis", significam e constituem uma verdadeira antologia da "Pedagogia da Utopia".

Neste último, vemos que a epistemologia de Freire implica "a história como possibilidade" e "ações culturais movidas pelos sonhos, a Utopia libertadora". E, que tem uma 'base ontológica': "a capacidade do ser humano de sonhar", a "nossa capacidade ontológica de sonhar". De "projetar para um futuro mais próximo possível dias de paz, equidade e solidariedade. Reativar em nossos corpos conscientes as possibilidades de sonharmos o sonho UTÓPICO que Paulo há anos já vinha nos convidando a sonhar - o SONHO POSSÍVEL -, (...)

Mas, principalmente, Freire escreveu um pequeno e profundo ensaio sobre "Algumas Reflexões em torno da Utopia": "Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou (como) inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia".

Freire critica, então, de forma indignada aquilo que chama de 'discurso fatalista de educadores que em face dos obstáculos atuais ligados à globalização da economia reduzem a educação a pura técnica e proclamam a morte dos sonhos, da utopia (...). O meu discurso em favor do sonho, da utopia, da liberdade, da democracia é o discurso de quem recusa a acomodação e não deixa morrer em si o gosto de ser gente, que o fatalismo deteriora".

Freire fala da 'capacidade ontológica de sonhar': "Seres programados para aprender e que necessitam do 'amanhã' como o peixe da água, mulheres e homens se tornam seres 'roubados' se se lhes nega a condição de partícipes da produção do amanhã. Todo amanhã, porém, sobre o que se pensa e para cuja realização se luta implica necessariamente o sonho e a utopia. Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho da criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização".

Paulo Freire apresenta muitas 'afinidades' com o pensamento de Ernst Bloch. Por exemplo: "vale dizer que o 'sonho possível' não se trata de uma idealização ingênua, mas emerge justamente da reflexão crítica acerca das condições sociais de opressão, cuja percepção não se faz determinista, mas compreende a realidade como mutável a partir da participação dos sujeitos que a constituem, sendo igualmente por ela constituídos. Desse modo, incluir-se na luta por 'sonhos possíveis' implica assumir um duplo compromisso:

- o compromisso com a denúncia da realidade excludente e o anúncio de possibilidades de sua democratização,
- bem como o compromisso com a criação de condições sociais de concretização de tais possibilidades.

Enfim, trata-se de assumir, como um desafio decorrente da ática educativa libertadora, o que Freire denominou 'INÉDITO-VIÁVEL', termo presente desde os seus primeiros escritos. Sem dúvidas, as "afinidades' entre este conceito de Freire e o de "ainda – não-acabado" de Bloch, são evidentes.

Ana Maria Araújo Freire ressalta, na Pedagogia da Esperança, a importância da compreensão do 'inédito-viável' para a assunção da 'história como possibilidade'. E que, "O risco de assumir a luta pelo 'inédito-viável' é uma decorrência da natureza utópica". O 'inédito-viável' é "algo que o sonho utópico sabe que existe mas que só será conseguido pela práxis libertadora...uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada".

Assim, "A consciência da incompletude nos seres humanos leva-nos a envolver-nos em um processo permanente de pesquisa. É precisamente esta busca que faz com que a esperança apareça". Enfim, "a criação do 'inédito-viável' representa uma alternativa que se situa no campo das possibilidades e não das certezas".

## 2. A utopia militante

*"Para Marx a liberdade se manifestava na luta, as não na luta competitiva, mas em uma luta consciente e cooperativa".  
(E.Kamenka)*

Por fim, mas não menos importante, pelo contrário, fundamental. Assim, como P.Freire foi o pedagogo e filósofo da esperança, **Paul Singer** é, para nós, militantes da Ecosol e da Autogestão, a principal referência nos debates sobre essa temática no Brasil. Foi, assim, o pioneiro na conjuntura de longa duração de construção da Ecosol.

**Coerente com sua trajetória embebida na obra de Rosa Luxemburgo e no socialismo democrático,** Paul Singer em "Uma Utopia Militante, Repensando o Socialismo"



(Vozes 1998), também nos apresenta uma reflexão em que podemos encontrar “afinidades” com alguns conceitos de Henri Lefebvre. Assim, “A história da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale” é, neste sentido, riquíssima em lições. O êxito econômico da cooperativa, que depois foi replicado em numerosas localidades da Grã-Bretanha e de outros países em transição ao capitalismo industrial, demonstra que o modo de produção capitalista apresenta “BRECHAS” que podem ser aproveitadas para organizar atividades econômicas por princípios totalmente diferentes dos capitalistas e que, por isso, devem ser denominados “socialistas”.

Nestas “brechas”, “pontos frágeis”, “lacunas” é onde podemos construir o que Singer chama de “implantes de socialismo”, que se define na perspectiva da autogestão: “Mesmo no capitalismo os implantes socialistas desempenham um papel positivo ao difundir valores essenciais ao convívio em sociedade. Este fato abre um certo leque de possibilidades de que algumas destas sementes germinem. O que poderia significar isso? Que a democracia política se difundisse do âmbito estatal ao das instituições privadas: empresas, escolas, igrejas, prisões, etc; ou que o fortalecimento do sindicalismo fizesse crescer a influência sobre a gestão econômica dos representantes de operários nas fábricas, bancos e demais empresas; ou ainda que cooperativas de consumo e de serviços se unissem para formar um grande mercado cooperativo preferencialmente voltado à aquisição de produtos de cooperativas de produção.”

Na visão de Singer, “o socialismo enquanto utopia militante desencadeou o que se pode considerar ter sido um vasto processo de tentativas e erros no sentido de modificar o capitalismo, compensando suas tendências à concentração e à destruição”. E, assim, diz Singer, “Os implantes socialistas no capitalismo resultam de algo como um processo de tentativas e erros. E dificilmente poderia ser diferente. A revolução socialista, por esta conceituação já em curso há quase dois séculos, não é a concretização de um projeto mas o resultado de inúmeras lutas no plano social e econômico, que se estenderam por um número de nações, à medida que a revolução capitalista foi se estendendo a novos países e continentes”.

É nesta conceituação que Singer fala do “ressurgir do cooperativismo” e do que “genericamente” se chama “**economia solidária**” como resposta à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo. A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, crédito e de produção, que datam do século passado (XIX).

“Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária formada por unidades produtivas autogestionárias”.

### **3. Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão**

*“A autogestão é a pedagogia do socialismo e de si mesma”  
(Michel Raptis)*

*“Para o homem, viver é também conhecer”  
(G.Canguilhem )*

Paul Singer, com espírito luxemburgiano, afirma que “A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesma, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando”.

Neste sentido, traçaremos alguns elementos sobre a pedagogia da autogestão. Bogdan Suchodolski, em seu “Fondamenti di Pedagogia Marxista”, diz que “A concepção da relação de educação e trabalho produtivo é apenas um dos elementos fundamentais do programa cultural e educativo dos fundadores do socialismo científico. O segundo elemento fundamental é o princípio da relação entre instrução e educação como atividade revolucionária da classe operária”.

Este segundo elemento, nos remete à questão da disputa de hegemonia. Neste campo vamos nos alongar em algumas idéias a partir de Gramsci.

Hegemonia significa a construção de uma democracia de massa, alterando as relações de dominação entre as massas e o poder, abrindo uma transição não estatal, articulando a democracia representativa e a de base, direta, na produção (Conselhos, autogestão, etc.). Expressa a autogestão da vida coletiva, desde os escritos "ordinovistas" até suas últimas reflexões, o eixo que percorre a obra de Gramsci é: "o poder político deve apoiar-se sobre a capacidade gestonária da sociedade."

Giovanni Urbani, em sua Introdução à monumental antologia intitulada "Antonio Gramsci, "La Formazione Dell'Uomo" (Editori Riuniti, 1967, 1974), aborda a relação entre autogestão – autogoverno e hegemonia na evolução do pensamento gramsciano.

Urbani reflete a questão da tomada de consciência pelos trabalhadores a partir de seus locais de trabalho, pelos conselhos operários fundados nos anos 20, em Turim. Por si só, estes trabalhadores desenvolvem espontaneamente uma 'consciência para si', ou há necessidade de uma formação mais 'dirigida' para chegarem a este nível de consciência revolucionária. Urbani nos mostra como Gramsci articula dialeticamente estes dois momentos do processo de formação da consciência.

Vejamos, em longa citação, que nos permite entender as conexões feitas por Urbani:

"Será nos escritos sobre 'Materialismo Storico e la filosofia di Benedetto Croce' que Gramsci se empenhará na busca para desenvolver o marxismo como uma concepção integral do mundo que seja em conjunto uma 'ideologia' e uma 'religião' (em sentido crociano). Ele sublinhará com grande insistência, que seu traço peculiar deve consistir no fato de possuir a característica formal da mais complexa filosofia, e em conjunto, de ser capaz da máxima difusão nos mais amplos estratos populares para elevá-los intelectual e moralmente. Neste duplo caráter se reflete teoricamente a tarefa histórica de transformar a consciência da classe operária, fazendo-a passar, também no plano da ideologia, de uma postura 'subalterna' a uma postura 'dirigente'; e, define-se em conjunto, o aspecto 'educativo' da política que é destinado a assumir o mais grande relevo nos Quaderni.

Esta transformação, porém, como veremos, é concebida sempre como um processo realista que atua no campo da ação e assim é destinado a criar a máxima tensão dialética, próprio ao âmbito da consciência, entre o objetivo 'modo social de ser' e a consciência crítica que se adquire no plano da ideologia. Esta tensão produz a vontade, isto é, o concentrar-se e organizar-se de todas as energias vitais para um só objetivo que dá direção e significado a existência; e, é vontade racional e não arbitrária enquanto consciente da própria ação e da dos outros, da própria posição no mundo no complexo das relações sociais e humanas; e sobretudo, enquanto o que se quer, e o como se quer, correspondam à necessidade histórica objetiva.

"Consciência revolucionária" podemos também chamar essa vontade consciente, no significado elaborado da tradição marxista e depois do leninismo; mas, foi talvez Gramsci quem deu o desenvolvimento mais original e completo a esse conceito, pondo a luz o universal significado criativo de novos valores humanos e de civilização, enquanto se punha a tarefa de renovar e formar a consciência revolucionária do movimento político da classe operária italiana, após a derrota sofrida para o fascismo.

Este aspecto educativo da política não é exclusivo dos Quaderni. Nos Scritti do período jovem já tinha assumido, como já sublinhamos, um relevo particular. Presente também com toda sua clareza a idéia que o objetivo desta ação educativa devia ser não apenas um genérico melhoramento ou direcionamento dos militantes e mais genericamente das classes populares, mas a aquisição da plena consciência da própria função histórica dirigente e da capacidade de realizá-la.

Mas, como se formaria a consciência revolucionária no âmbito da classe (e em gênero em quaisquer agrupamentos humanos)? Como se elabora esta capacidade dirigente que, como vimos, são intelectuais e morais, teórico e prático ao mesmo tempo. Com outras palavras, qual era a dinâmica do processo pelo qual a classe subalterna torna-se dirigente quando surgem as condições históricas objetivas para que isto aconteça? A questão é de máximo interesse porque constitui o núcleo da "política" de Gramsci e também da sua intuição do devir histórico como real processo dialético de formação humana: nesta questão, há as maiores discussões e dissensos.

A solução que Gramsci propõe circula através todas as páginas dos Quaderni, mas acha sua elaboração específica na 'Note sulla política', em que ele desenvolve a sua concepção do partido.

Ademais famosa é a definição que Gramsci dá do partido: "moderno príncipe", o qual é em conjunto, "o organizador e a expressão ativa e operante... de uma vontade coletiva nacional popular", que se reconhece e se forma na ação; e, ainda, "o propagandista e organizador de uma reforma intelectual moral", a sua vez capaz de "criar o terreno para um posterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular para o cumprimento de uma forma superior total de civilização moderna".

(...). O que conta pôr em destaque é como encontra expressão teórica a específica solução que Gramsci dá ao problema concreto da formação de um novo 'organismo dirigente' das classes subalternas, cuja chave mestra, como veremos, está no conceito de 'organicidade' da relação entre classe e partido. A reconstrução da gênese deste conceito, por muitos aspectos, fundamental, mostra que nos escritos do período jovem a exigência da direção é sentida em forma muito enérgica, mas quase genérica: não é posta ainda como problema de construção de um organismo específico de formação dos dirigentes sistematicamente predisposta; a consciência revolucionária e a vontade coletiva são já reconhecidas, ao menos implicitamente, como condições indispensáveis da ação política revolucionária; mas isto parece desenvolver-se segundo um processo natural à luta concreta da classe, como expressão 'da vida que acontece'. Isto, em particular, vale para os ensaios do Grido e Dell'Avanti, em que o acento posto no lado expansivo do movimento "espontâneo" da massa que, provocado por razões objetivas, se afirma segundo uma lei que lhe é própria e que enquanto se manifesta, pela força mesmo do impulso do qual nasce, reflete a forma constituída da organização social e civil e não cria algo novo.

A obra de direção pura reivindicada, e que deve dar a consciência ao movimento, e assim, a função do partido são vistas em termos fortemente ideais; educador das personalidades dos militantes singulares, o partido representa sobretudo o momento do estudo, do debate e da difusão de uma concepção socialista da vida. Com L'Ordine Nuovo, a necessidade de formar um grupo dirigente capaz já é sentida como a tarefa primordial: a função do partido e sua própria fisionomia são aprofundadas e precisadas; todavia, isto é ainda visto como um 'organismo voluntário', 'contratualístico', não orgânico e mesmo não necessário, da classe. O partido assim não expressa ainda a consciência mas, a estrutura orgânica fundamental da classe é identificada no "Conselho de fábrica", porque este nasce do íntimo do processo produtivo em que socialmente a classe é determinada.

Destes acenos se pode afirmar que a exigência da direção se apresenta e se desenvolve nos escritos do período jovem, em presença de outra exigência, em certo sentido oposta, da espontaneidade. Mais precisamente 'espontaneidade e direção consciente' são dois momentos do processo histórico que Gramsci teve sempre presentes e nos quais identifica os termos da sua dialética; todavia, nos diversos modos de conceber a sua relação recíproca, está a linha de desenvolvimento do pensamento gramsciano.

Em síntese, pode-se dizer que nos "Scritti Giovanili" prevalece um momento 'espontaneista', que expressa o entusiasmo pelo papel libertador da classe operária, que no movimento da luta social instaura uma 'ordem nova', radicalmente democrática, porque, é "possibilidade de atuação integral da própria personalidade humana ampliada a todos os cidadãos", em que a liberdade de cada individuo coincide com seu elevar-se à consciência e autonomia.

Esse momento não é, todavia, 'espontaneista' em sentido vulgar, quase expressão de primitivismo político e cultural, mas pela acentuação que tem o valor e o significado da 'iniciativa de baixo' e pelo modo como é concebido o mecanismo pelo qual essa iniciativa torna-se produtiva de valores humanos superiores; talvez, dever-se-a falar mais, não tanto da espontaneidade, quanto de momento de AUTOGOVERNO (grifo nosso)

Mas, em "Ordine Nuovo" direi que esta oposição não é superada; bem mais, convive com a reconhecida necessidade, que sempre se impõe, da iniciativa enérgica e consciente dos dirigentes: mas, as duas exigências permanecem, digo assim, justapostas, não encontra ainda um nexos que as unifique dialeticamente; a mesma incerteza que se encontra em "Ordine Nuovo", a propósito do modo de conceber o partido e as relações deste com os sindicatos e os Conselhos de fábrica, mostram quanto intensamente Gramsci sentia o problema fundamental de construir um organismo dirigente eficiente, sem trair a exigência, essencial, de alimentá-lo perenemente com a fonte do movimento real da massa, de mantê-lo fiel, por assim dizer, à lei íntima do processo histórico.

Nos "Quaderni", ao invés, em que é reelaborada a complexa experiência teórico-prática vivida por Gramsci após o 1921, o momento da iniciativa dos dirigentes, ou da 'autoridade', encontra a sua máxima acentuação e desenvolvimento mais conseqüente; mas, a exigência oposta da impetuosa iniciativa de baixo, ou da 'liberdade' ou do 'autogoverno' não se perde. Ambas, ao invés, se conectam em uma intuição mais compreensiva do futuro histórico, que se precisa no conceito de hegemonia. "Conclui Urbani.

Gramsci mostra bem como os chamados momentos de 'espontaneidade' ou de 'autogoverno' a partir de lutas radicais necessitam de outros momentos que chamou de 'vontade', 'direção', e como ambos se articulam dialeticamente.

Trazendo esta reflexão para o campo da autogestão, nos apoiamos em **Maria Clara Bueno Fischer e Lia Tiriba** ao dizerem que: **"As experiências históricas de autogestão\* revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Estas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitiram compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de tipo novo."**

E, retomando Gramsci, concluem: **"Em seus escritos sobre o movimento operário ocorrido em Turim, entre 1919 e 1921, Gramsci analisa os conselhos de fábrica, afirmando que as experiências nas quais os trabalhadores têm o controle sobre a produção representam uma "escola maravilhosa de formação de experiência política e administrativa". E que, "Na 'escola do trabalho' e, em especial nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim, de forma mais abrangente, é fundamental que transformem suas vivências progressas e atuais em experiências propriamente formadoras"**.

Aqui, está sintetizada a dialética da 'experimentação autogestionária', a pedagogia da autogestão e a autogestão da pedagogia. A "experimentação" no campo pedagógico deverá articular estes dois elementos: o 'espontâneo' e 'a vontade-direção'.

Nesta perspectiva, "a experimentação deve ser considerada como um procedimento próprio à dinâmica da autogestão", como diz Mothé: "O espírito de experimentação consistirá em considerar que um certo número de idéias pertencem às hipóteses e podem ser postas em dúvida ou rejeitadas no curso da experimentação". Portanto, "aceitar a incerteza da decisão coletiva e da análise da experiência implica um estado de espírito militante totalmente diferente daquele no qual somos habituados à social-democracia, o stalinismo e suas variantes esquerdistas".

Assim, definiu-se o **papel do educador**: "O militante deve ser mais o mediador que permite aos grupos experimentar; aquele que em qualquer situação experimenta os valores da experimentação. É o mediador que ajuda, reenvia aos grupos suas próprias análises como sendo as análises e não certezas, interpretações entre outras". Estes educadores e militantes têm um grande papel na valorização do saber acumulado pelos próprios trabalhadores em seus locais de trabalho.

Para Mothé, "a valorização do vivido de cada um não pode se fazer unicamente através da ajuda do discurso, mas através de seu próprio saber e também através da valorização de sua própria vida".

Como esta 'experimentação', com o papel destes 'militantes animadores', em lugar de 'militantes profetas' e/ou 'militantes soldados', poderiam fazer avançar as experiências de economia solidária no sentido do que Bernardo chama de 'ações coletivas e ativas'? O papel da formação, da educação popular, neste campo, é fundamental, desde que provida destes instrumentos da autogestão.

#### **4. Pedagogia autogestionária**

*"É, de início, pelas mãos e pelo coração que se forja a autogestão"*  
(Jef Ulburghs)

No ensaio em que falamos de **"mutação cultural" (2003)**, já tínhamos recorrido à obra do pedagogo autogestionário belga Jef Ulburghs. Um pioneiro na construção da pedagogia da

autogestão. Jef Ulburghs desenvolveu um intenso trabalho de animação de base numa perspectiva autogestionária. Vejamos suas idéias, que são importantes para a idéia de uma pedagogia da autogestão.

Ulburghs fez parte do MAB\* e suas idéias foram apresentadas em seu livro "Pour une Pédagogie de l'Autogestion" (1980). Como diz na apresentação: "Este livro nasceu de uma longa experiência. Anos de luta fizeram amadurecer um método e construir uma pedagogia para uma mudança social nova na perspectiva autogestionária. Chamo esse método de 'indutivo'."

Sua obra porta inspiração em três pedagogos: Paulo Freire, Oskar Negt, educador e sociólogo da Escola de Frankfurt, e Joseph Cardjin, fundador da JOC. Jef diz que muito se escreveu sobre a autogestão, mas muito pouco sobre sua pedagogia: "O movimento autogestionário, ao mesmo tempo, pedagógico e político, é portador de uma dinâmica permanente, de um processo constante de evolução em que o pensamento e a ação permitem o aprofundamento do conteúdo ideológico. O que é revolucionário não é o resultado, mas o processo para autogestão".

A experiência de autogestão na educação, para Ulburghs, parte da idéia de que "A autogestão se parece a um canteiro de construção onde os operários têm o direito de experimentar".

A construção de um movimento pela autogestão requer animadores-educadores de base muito bem formados. Na Bélgica, desta necessidade surgiu uma 'Universidade Operária' com o objetivo de formar militantes de base prontos a se tornarem animadores na perspectiva de um socialismo autogestionário. Neste campo, "situa-se a tomada de consciência da base (a 'conscientização', segundo Paulo Freire), como uma etapa importante de um novo tipo de sociedade democrática: a autogestão". Os dois pilares desta tomada de consciência são: uma organização autônoma e a formação permanente."

Ulburghs fala de uma 'cultura operária original' relacionada a uma 'cultura indutiva': "sua linguagem concreta e direta é rica em símbolos... sua luta inspira também a poesia, a canção, a literatura, a religião popular, a filosofia e a política. Ela permite que uma nova forma de vida e de pensamento possa se desenvolver". A aprendizagem, o modo de adquirir uma cultura, seja por transferência (dedução), seja por autolibertação (indução) é determinante para seu conteúdo.

Deste modo, Ulburghs parte de três mestres do pensamento indutivo: Cardjin, fundador da JOC; Paulo Freire, com seu método da 'conscientização' através da qual o oprimido cria sua própria linguagem, e esta linguagem é um meio de dar um nome ao futuro e permite ao oprimido de tomar em mãos sua própria vida. Ulburghs esteve algumas vezes com Paulo Freire em Genebra, quando este estava exilado. E Oskar Negt, educador sindical na Alemanha. Também, podemos encontrar em Ulburghs, idéias de Gramsci, no sentido e que "as formas de luta de base constituem uma luta cultural".

Qual a concepção de Ulburghs deste tipo de socialismo: "o atrativo da autogestão está no fato que a base mesma pode gerir coletivamente sua própria vida. Claro, os comitês de base em todos os setores e em todos os níveis da sociedade devem ser criados. A produção é assim gerida pelos comitês de trabalhadores eleitos por um tempo determinado e para uma função delimitada: os critérios de opção são a competência e a honestidade; estes comitês são regularmente controlados, são revogáveis e substituíveis. Eles representam os diversos ateliers, as varias categorias de idade e cada tipo de trabalho. Os comitês de fábrica estudam a repartição do trabalho, controlam a formação dos trabalhadores, assim como as grandes opções da produção. Regularmente, convocam assembléias para prestar contas de suas ações".

Para Ulburghs, no setor da 're-produção', "a população deverá se organizar em comitês nos setores da saúde, do bairro, dos esportes, da formação". "Além dos vários setores, deverá haver uma intercomunicação entre os diferentes tipos de atividades sociais: um delegado do meio ambiente visitará um comitê de fábrica e vice-versa. A autogestão coerente e digna desse nome compreenderá de início um primeiro escalão, os comitês de base nos diferentes setores de produção e de re-produção. Em segundo lugar, os comitês se interarticulam de uma forma horizontal e intersetorial. Em terceiro lugar, eles se organizam nos diferentes níveis da sociedade: regional, nacional e internacional".

Entre as 'condições da autogestão', Ulburghs coloca 'uma educação permanente': "O grande perigo da autogestão é a possibilidade de concorrência, por exemplo, entre unidades de produção... A tentação corporativa pode opor os setores fortes aos setores fracos. Para evitar este

risco é necessário combinar a autogestão com uma formação permanente. ao passo que a duração do trabalho diminui e que as tarefas duras são repartidas ou feitas pelas máquinas, o tempo assim ganho pode ser utilizado para a formação dos trabalhadores”.

“Esta abrange uma formação ao alcance de todos (facilitada pela computação), uma qualificação técnica pluriforme (para evitar o trabalho único e mecânico), análises políticas (para situar o objetivo da produção), e a formação moral (para favorecer a solidariedade)”. Portanto, conclui Ulburghs: “A autogestão é, assim, impossível sem uma formação permanente que ponha o conhecimento à disposição de todos...Esta formação supõe uma dimensão política solidária e global”.

As experimentações de autogestão mobilizam os trabalhadores para uma tarefa concreta e, assim, adquirem no processo e de modo indutivo uma formação para autogestão. Vejamos a síntese da proposta pedagógica de Ulburghs, e façamos uma relação com as idéias sobre o socialismo autogestionário do peruano Mariategui e o teórico da autogestão Yugoslava, Kardelj.

Ulburghs sintetiza sua proposta: uma formação permanente

1. formação técnica: autogestão começa pelas mãos;
2. formação social e política: análises da sociedade;
3. formação cultural e moral: educação para solidariedade”.

A proposta educativa de Ulburghs vai de encontro a linha estratégica de Mariategui, que apresenta acima, ou seja, os 3 eixos de uma proposta socialista de autogestão:

1. a socialização dos meios de produção;
2. a socialização política;
3. as relações intersubjetivas, afirmação da solidariedade, um ‘reencantamento da vida’.

O teórico yugoslavo, Edvard Kardelj falava de ‘um sistema de autogestão’ que abrangia:

- o homem autogestor no trabalho;
- o homem autogestor na cultura;
- o homem autogestor na vida social em geral”.

Finalmente, um movimento autogestionário de base requer três elementos:

1. um movimento de base com um numero grande de grupos de base com ação em diversos setores da sociedade;
2. um campo de formação de animadores de base: tipo Universidade Operaria;
3. um movimento de animação política que conscientiza a base, coordena as lutas e inspira a autogestão por suas idéias, seus métodos, sua estratégia e seu estilo de vida.

A rede Internacional do MAB articulava seminários internacionais para troca de experiências que mostravam exemplos concretos de autogestão que inspiravam, motivavam e formavam diretamente os trabalhadores.

## **5. A lição de um “communard”: ainda a Comuna**

Finalizamos com longa citação de um ensaio recente, de João Bernardo, que nos traz o exemplo histórico do ‘communard’ Louis-Eugéne VARLIN: “De cada vez, as lutas sociais colocam num patamar superior, mais amplo e mais complexo, problemas que nos seus traços fundamentais permanecem idênticos, porque continuam sem solução.

O encadernador Varlin foi uma das figuras mais lúcidas e mais corajosas do movimento operário. Aos 25 anos de idade, secretário da seção francesa da AIT, um dos redatores dos estatutos da Internacional, dois anos mais tarde, e fuzilado com 32 anos no derradeiro dia da Comuna de Paris, que ele servia enquanto membro do Comitê Central da Guarda Nacional e delegado às Finanças, depois às Subsistências e Intendência. Um ano antes da insurreição que

daria origem à Comuna, Varlin explicou que uma política socialista que não transformasse profundamente as relações de trabalho só levaria à instauração de um novo autoritarismo.

"Se não quisermos reduzir tudo a um Estado centralizador e autoritário, que nomearia os diretores das fábricas, das manufaturas, das agências de distribuição, os quais por sua vez nomeariam os subdiretores, os contramestres, etc., acabando assim por se organizar hierarquicamente o trabalho de alto a baixo e deixando-se o trabalhador como uma mera engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa; se não quisermos nada disto temos que admitir que os próprios trabalhadores devem dispor livremente dos seus instrumentos de trabalho. Possuí-los, com a condição de trocarmos os seus produtos ao preço de custo, para que haja reciprocidade de serviços entre os trabalhadores das diferentes especialidades (...) Para isso não bastam alguns homens inteligentes, dedicados, enérgicos".

E Varlin toca na questão principal: "É sobretudo necessário que os trabalhadores, convocados assim para trabalhar em conjunto, livremente e em pé de igualdade, estejam já preparados para a vida social. (...) Pois bem, as sociedades operárias, quaisquer que sejam as formas em que hoje existam, têm já o imenso mérito de habituar os homens à vida em sociedade e de os preparar assim para uma organização social mais ampla. (...) Mas as sociedades corporativas (de resistência, de solidariedade, sindicatos) são dignas do nosso encorajamento e da nossa simpatia porque são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro. São elas que poderão finalmente transformar-se em associação de produtores. São elas que poderão pôr em funcionamento a utensilagem social e a organização da produção". (L. E. Varlin, "Les Sociétés Ouvrières", La Marseillaise, numero 81, 11 março 1871, citado em J. Rougerie (1968). (Vide Bibliografia).

E que, "A associação não tem por objetivo organizar os trabalhadores para sustentar uma luta contra os detentores do capital. Ela visa mais alto. Ela se propõe a realizar a emancipação completa do trabalho, conduzindo os trabalhadores à posse dos instrumentos sociais e os elementos naturais indispensáveis à produção" (Le Commerce, 29 août 1869, citado em Michel Cordillot).

Cordillot nos traz uma reflexão fundamental sobre a práxis de Varlin: "O exame que fizemos da atitude de Varlin ilustra também tudo o que pode existir de reducionismo na postura de abordar a história operária por alto, em termos de debates entre correntes ideológicas ou entre líderes de tendências, recusando de ver que o essencial está menos nos congressos, mesmo que tenham sua importância, e mais na prática cotidiana dos militantes os mais diretamente envolvidos". E conclui sobre Varlin: "Nem 'marxista' nem 'bakunista', Varlin é acima de tudo a encarnação do movimento operário de Paris". Sem dúvidas, neste sentido, Daniel Mothé é devedor das idéias de Eugène Varlin, com sua idéia da 'autogestão-gota-a-gota'.

Segue Bernardo: "Ao apresentar a gestão direta dos organismos de resistência como o principal meio para aprender a gerir a sociedade, Varlin salientou o nexos existente entre a alienação da condução das lutas e a formação de uma camada de técnicos e de administradores que viria a converter-se numa nova classe dominante capitalista".

Conclui, então, Bernardo: "Decerto é impossível edificar o socialismo em pequenas esferas isoladas. Mas aqui a questão consiste em INSTAURAR NESSAS PEQUENAS ESFERAS RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO QUE CONSTITUAM UM APRENDIZADO PRÁTICO DE SOCIALISMO, E QUE POSSAM LEVAR ADIANTE A EXPERIÊNCIA. A forma da organização determina o conteúdo político da organização. É este o dilema em que nos encontramos hoje e, enquanto os trabalhadores não o resolverem, o sistema de exploração capitalista continuará em vigor".

Enfim, permanecer na nostalgia de velhos ciclos revolucionários, esperando "O Grande Dia da Revolução", ou o seu contrário, limitar-se às 'linhas de menor resistência', às lutas táticas sem horizonte estratégico, ambas são políticas que estão fadadas a possíveis fracassos.

A idéia de 'experimentação social' foi tratada por **Pierre Naville** em sua obra intitulada "Le temps, La technique, l'autogestion" (1980), matéria de uma entrevista para a Revista "Critique Socialiste" (1979).

Para Naville, "o que é experimental é o que não é natural, espontâneo". Cabe a nós descobrir as formas de experimentação que possam ser conduzidas de forma científica, pelo método de ensaios e erros; isto é, que possamos corrigir, ou abandonar, ou melhorar. Desta forma, a experimentação pode torna-se democrática. Um poder socialista experimental deve ser democrático, traçar hipóteses e buscar verificá-las. Experimentar é muito diferente de criar o caos.

Devemos buscar os modos de experimentação diferentes segundo os setores em jogo, buscar os domínios prioritários. Para mim, os socialistas devem começar pelos setores da produção, do trabalho. A experimentação social não pode nem deve suprimir os conflitos sociais, as lutas entre classes e grupos.

Experimentar significa primeiro colocar um problema corretamente, de tal forma que se possa ter uma solução. E, para isto, precisamos de método, e justamente um método experimental.

Autogestão significa um **princípio**, não é uma regra, uma instituição ou uma solução. Significa que um objeto social deve se determinar a si mesmo. Para determinar as formas da autogestão segundo certos níveis, ou conjuntos, deve-se justamente realizar experimentações sociais. Por exemplo, o acontecimento **LIP** e numerosos conflitos nas empresas produtivas hoje são tipos de experiências sociais que abriram as vias à uma reflexão sobre a autogestão.

E conclui Naville: "**O campo educativo e escolar** foi sempre um terreno de experimentação, de inovação, de contestação; é um dos campos principais em que a experimentação para autogestão deve se exercer".

Para concluir, enfim, vejamos, então, como Daniel Mothé aborda a questão da **experimentação autogestionária**.

## **6. Experimentação autogestionária, segundo Mothé**

Mothé traça como objetivo central ver "como os locais de competência dos atores podem se tornar locais de aprendizagem da gestão coletiva". Inicialmente esclarece que "O conceito de aprendizagem é mais amplo que o profissional... tratando-se de aprendizagens múltiplas. As aprendizagens dos trabalhadores dependem da natureza da função e da tecnologia de uma parte, e da estrutura de organização, de outra parte. Mas, além destas aprendizagens, os trabalhadores têm um campo de aprendizagem mais rico, que decorre de aprendizagens de comportamentos sociais, que lhes permitem recusar, combater e ou aceitar as estruturas de organização".

Há uma grande diferença se são estruturas hierárquicas autoritárias ou estruturas democráticas, formadas por grupos autônomos que discutem, analisam, decidem, etc. "As aprendizagens são baseadas essencialmente sobre **práticas** que põem os operários em situações concretas e que lhes incitam a buscar respostas a estas situações". Assim, "**A aprendizagem é uma atividade que se efetua no nível do fazer**", conclui Mothé.

E que, desta forma, 'a autogestão depende de que os trabalhadores estejam em organizações as mais participativas'. Mothé cita Rosa Luxemburgo: "Para parafrasear Rosa Luxemburgo, diremos que é funcionando coletivamente que as massas aprendem a se autogerir; não há outro meio de aprender a ciência. Sua educação se faz quando elas passam à ação".

Apenas 'en passant', nos referimos a outra questão fundamental na pedagogia da autogestão, discutida nos CFES, e também abordada por Mothé. Mothé traça algumas linhas sobre a relação **militância e pesquisa**: "Os pesquisadores não devem testemunhar sua afeição ao mundo do trabalho pela apologia sistemática da luta militante – é problemas dos sindicalistas-, mas por uma análise crítica das experiências sindicais.

"A aprendizagem pelo lado sindical deveria se efetuar por uma ocupação sistemática do terreno da experimentação de modo a que essa enriqueça seu ponto de vista e possa se inserir em sua estratégia (...). Deste modo, poderíamos achar um terreno favorável de colaboração entre pesquisadores, sindicalistas, educadores e também trabalhadores que participam destas ações".

A partir da experiência francesa, Mothé defende equipes formadas por universitários, sindicalistas, operários, pesquisadores, educadores, ergônomos, que já experimentaram este caminho, o da 'pesquisa-ação' nas empresas.

Este ponto é fundamental no que diz respeito a relação intrínseca entre "**sistematização**" e "**pesquisa-ação**", elementos que podemos considerar estruturantes da pedagogia da autogestão. A sistematização das experiências foi um tema central dos debates nos CFES.



Por fim, D.Mothé entra no campo das empresas de autogestão: "Se relacionamos os procedimentos experimentais às empresas de autogestão, a **experimentação autogestionária** consiste em enriquecer seu patrimônio de fatos, de práticas, a partir dos quais o mundo sindical e científico possam refletir, modificar seus procedimentos, afirmar suas dinâmicas e constituir deste modo todo um arsenal de técnicas autogestionárias que lhes são próprias."

A experimentação deverá ser considerada como um procedimento próprio ao funcionamento autogestionário; os procedimentos experimentais nas empresas consistem a por em movimento temporariamente novas organizações, novas técnicas, novas divisões de tarefas, novas relações interpessoais. O novo funcionamento deverá verificar ou INFORMAR as expectativas, as hipóteses e as esperanças que foram formuladas pelos autogestionários.

Trata-se, assim, de utilizar novos procedimentos que contenham uma certa parte de incertezas, mas que serão auto-controlados durante seu desenvolvimento. Não se trata de quaisquer tipos de experiência efetuada por profissionais da experimentação. Mas, no campo da autogestão de experiências em que os experimentadores, em particular os atores, objetos eles mesmos da experiência, participem no controle e na dinâmica da experiência.

A experimentação permitirá ir além da simulação ao proceder por passos sucessivos, por ensaios e erros, através do estabelecimento de um **diálogo** em que o conjunto dos atores terá a possibilidade concreta de participar, porque veremos os efeitos concretos no terreno da ação.

As idéias de D.Mothe fazem parte de um 'campo teórico' construído na experiência francesa da autogestão. Desde as idéias de G. Canguilhem, a partir de suas reflexões sobre a sociologia do trabalho desenvolvida por G.Friedmann, e sistematizadas pelo grupo de Y. Schwart no campo da ergologia, Canguilhem estudou a obra de Friedmann ("Problems Humains Du machinisme industriel" -1947), tirando consequências fundamentais que expressou em seu ensaio "Milieux et Normes de l'Homme au travail"-1947.

Por sua vez, Schwart extraiu idéias importantes deste 'campo de troca e produção de saberes'. "Entre as experiências humanas, a experiência industrial paradigmática aos olhos de Canguilhem, é possível de ser acessada pelo conceito? Deixa em 'estado torpido' o que ela porta de possíveis, não seria empobrecer o patrimônio de nossa 'errância'? Schwartz põe a questão que nos serve de base ao processo e a s tarefas da 'sistematização': "como engravidam, na experiência industrial, os diversos possíveis? .Desta dialética do conceito e da vida, devemos tirar consequências práticas".

"G.Canguilhem comenta a resistência dos operários ao lema "não lhe pedimos para pensar" de Taylor. Há sempre pensamento operário, pensamento industrial, e mesmo na mais severa das pressões produtivas. **Mas temos que passar esse pensamento na penumbra, este pensamento em subversão, este pensamento engravidado, ao simbolismo e a linguagem**".

**Esse é, sem dúvidas, o que Clara Fischer e Tiriba denominam em seu ensaio de "conhecimento encarnado no trabalho associado e autogestão". Um conhecimento portador de "saberes dos povos originários", saberes de épocas 'pre-capital' e 'pre-industrial', um saber 'industrial'.**

É o que temos chamado, nas atividades dos CFES, de "Espaço Público epistemológico e ético", a partir de idéias formuladas por **Maria Clara Bueno Fischer**, partindo das pesquisas do Grupo Francês de ergologia, animado por Yves Schwartz, grupo que o próprio Mothé cita em seu livro "Autogestion et Conditions de Travail" (1976), o "**LEST**" (Laboratoire d'économie et de sociologie du travail, de Aix-en-Provence). Trata-se do "Dispositivo de 3 Polos".\*

Seguindo com Mothé, "A experimentação coletiva deve ser vista como um instrumento, uma técnica necessária ao funcionamento autogestionário. Os obstáculos a esta forma de experimentação, o sabemos, vêm de vários lugares e, em primeiro lugar, dos poderes estabelecidos". Aqui, Mothé faz referência aos aparatos dos sindicatos e dos partidos.

Sobre a França, Mothé diz de forma antecipatória de várias experiências que iriam surgir nos anos 90 (sua obra data de dezembro 1980): "As experimentações nas empresas são difíceis de realizar porque é o patrão que detém o poder e não os sindicatos."

Mas porque não experimentar estes funcionamentos coletivos no interior de instituições periféricas controladas pelos sindicatos, nos organismos em que as Comissões de Empresa se tornaram patrões: as cantinas, os órgãos de esportes, de lazer, os centros culturais, etc.; em todas as municipalidades conquistadas pela esquerda e nos serviços municipais que ela controla?, pergunta-se D.Mothé.

O que diria e nos disse ao nos visitar no Fórum das Cidades e participar do Fórum de Economia Solidaria de SP, quando nos visitou, das possibilidades abertas pelas ações no campo da economia solidaria, das empresas recuperadas para autogestão?

Já vimos, páginas acima, como Mothé aborda qual o **perfil do militante** desta experimentação de autogestão, diríamos, nos cursos dos CFES, o papel do educador que Mothé chama de 'espírito experimental'

Portanto, as "experimentações" são o campo estratégico. Contudo, somente se 'constituem um aprendizado prático de novas relações de trabalho', articuladas com outros campos de lutas do sujeito plural, que Meszaros chama de "produtores livremente associados".

Como disse Marx: "Hic Rhodus, hic salta ! Aqui está a rosa, aqui temos que dançar" !

E, retomando a Rosa: **"As massas devem aprender a usar o poder usando o poder, não há outro modo". "Sua educação se faz quando elas passam à ação"!**

\* Educador da Equipe Nacional da RECID.

## **ANEXOS**

Do Relatório do Seminário Nacional de Educadores dos CFES ( janeiro 2010)

1. "Pensamento Visual" do trabalho final do grupo sobre Sistematização.
2. "Pensamento Visual" do trabalho final do grupo sobre "Pedagogia da Autogestão".

## BIBLIOGRAFIA (Não Revisada)

Para essa bibliografia, optamos por buscar na própria bibliografia do livro "Beco dos Sapos", alguns eixos temáticos que trabalhamos nas ações educativas dos CFES. Assim, Autogestão e Utopia , Pedagogia e Autogestão, Autogestão e Marxismo, Filosofia e Trabalho,etc.

Deste modo, indo muito além dos autores citados neste texto, com objetivo de traçar referências mais amplas.

- Nascimento, Claudio =

= "As Lutas Operarias Autonomas e Autogestionarias".CEDAC.1986

= "Questões sobre educação popular e projeto político".Revista "Forma @ Conteúdo".PNF-CUT.Outubro de 1999

= "Uma mutação cultural: de 'celetista' a 'autogestionario".M.T.E.2004

= "Educação como elemento estruturante da economia Solidaria".in "Economia solidaria e educação de jovens e adultos".INEP- 2005

= "Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende –Autogestão,Poder Popular e Socialismo).Digit.2009

= "Mariategui: uma sensibilidade autogestionaria nos Andes".Digit.2008

= "A Oposição Sindical no exílio.Fontes da autogestão no Brasil".Digit.2008

= "Socialismo Autogestionario"-verbete.'Outra Economia".Veraz editores.Porto Alegre.2003.

= "O Programa da Comuna de Paris".Biblioteca "Espaço Marx".Icône editora.2002

=Teorias da Autogestão:

-Singer,Paul="introdução á economia solidaria".Fundção P.Abramo.2002

- Istvan Mészáros. " Beyond Capital".Monthly Review Press.1995

===== "Para Além do Capital.rumo a uma teoria da transição".Boitempo editorial.2002

===== "The Power of Ideology",Harvester Wheatsheaf.1989

===== "O Poder da Ideologia".Boitempo editorial.2004

===== "O Desafio Historico e o Fardo do Tempo Historico".Boitempo.2007

===== "A Crise Estrutural do Capital".Boitempo,2009.

===== " Estrutura Social e Formas de Consciência".Boitempo,2009.

===== "A Teoria da Alienação em Marx".Boitempo,2006

-Andréani, Tony= "Le Socialisme ETs (A) Venir".1.L'Inventaire.Sylepse.2001

Andráni,Toni="Le Socialisme Est (A) Venir".2.Les Possibles.Sylepse.2004.

Kosik,Karel= "La Crise dès temps modernes.Dialectique de La Morale".Les Éditions de La passion.Paris.1988

- Paz, Octavio= "Los Hijos Del Limo ( Del romanticismo a La vanguardia).".La Casa de La Presencia".Obras completas.Fundo Cultura econômica.México.1993.

- Tronti, Mario="Operários e Capital".afrontamento.1976
- Negri, Antonio= "La classe ouvrière Conte l'Etat".éditions galilée.1978
- Mandel, Ernest= "Controle ouvrier,conseils ouvriers,autogestion".Anthologie.françois maspero.1970.
- . João Bernardo. Para uma teoria do modo de produção comunista. Lisboa, Afrontamento, 1975.
- .João Bernardo. "Economia dos Conflitos Sociais". Cortez editora.1991
- Guevara,E.Che= "La Planificacion socialista y su significado".Santiago de Chile.1972
- Guevara,E.Che="Temas Econômicos".Editorial de Ciencias Sociales.La Habana.1988
- Pélicas,L.Bernardo="Che Guevara e o debate econômico em Cuba".Xamã.2004
- Lowy,Michael="La pensée de Che Guevara".FM.1970
- Lowy,M.-Nascimento,Claudio="Marxismo e socialismo na América Latina"(Mariategui,Che,C.F.Amador).Ceca-Cedac.1989
- Mario Pedrosa="A Opção Imperialista".Civ.Brasileira.1966
- Antunes,Ricardo -Apresentação de "Para Além do Capital".2002.Boitempo.
- Coutrot,Thomas= "Démocratie contre capitalisme".La Dispute.2005
- Lefebrev,Henri= " De l'Etat.3.Le mode de production étatique".10?18.Paris.1977
- .Lefebrev,Henri= "De l'Etat.4.Les contradictions de l'Etat moderne".10/18.Paris.1978.
- Lefebrev,Henri="Problèmes théoriques de l'autogestion".Revista "autogestion".cahier n.1.1966
- = Bourdet, Yvon. "La Délivrance de Prométhée. pour une theorie politique de l'autogestion".éditions anthropos, Paris.1970.
- Bourdet, Yvon. "Les conditions de possibilité de l'autogestion".Em,"Autogestion ", cahier n. 9-10. sept.-dec.1969.
- Bourdet, Yvon. "Autogère 'par en-haut' ou 'par en-bas'?". Em,"Autogestion et Boaventura de Souza Santos (org.). "Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- Bourdet, Yvon. "La Délivrance de Prométhée. pour une theorie politique de l'autogestion".éditions anthropos, Paris.1970.

Bourdet, Yvon. "Les conditions de possibilité de l'autogestion". Em, "Autogestion", cahier n. 9-10. sept.-dec.1969.

Bourdet, Yvon. "Autogère 'par en-haut' ou 'par en-bas'?". Em, "Autogestion et Socialisme". études,débats,documents. N.30-31. Paris. mars-juin 1975.

Kardelj, Edvard. "Propiedad Social y Autogestion". El CID Editor. Buenos Aires,1976

Naville, Pierre. "Le temps, la technique, l'autogestion". Éditions Syros, Paris,1980.

Naville, Pierre. "La Formation Professionnelle et L'Ecole". PUF.Paris,1948.

Williams, Raymond. "La Lunga Rivoluzione". Oficina Edizione. 1979.

Williams, Raymond. "Towards 2000". Critica.Grijalbo,.Barcelona.1984.

Williams, Raymond. "Resources of Hope. culture, democracy and socialism." VERSO. London.1989.

- "Eugene Varlin, chronique d'un espoir assassine". Michel Cordillot. Les éditions ouvrières.1991

- a concepção onto-praxeologica do "Trabalho"=

-Kosik, Karel= "la dialectique du concret".françois maspero.BS15.Paris.1978

-Markus, Gyorgy= "Marxismo e Antropologia".Liguori Editore. Itália.1978

-Reichelt, Helmut="La Struttura Logica Del Concetto di Capitale in Marx".De Donato.Bari.1973

-Dussel, Enrique= "La Producción Teórica de Marx.un comentario a los Grundrisse".siglo veintiuno editores.1985

-Rosdolsky, Roman="génesis y estructura de El capital de Marx (estudios sobre os Grundrisse).siglo veintiuno editores.1978

-Rosental, M.="Lês problemes de La dialectique dans Le Capital de Marx".editions Sociales.Paris.1959

-Ivanov, Evald Vasiliev="La dialettica Dell'astratto e Del concreto nel Capitale di Marx". Feltrinelli Editore.Milano.1961.

-Zeleny, Jindrich="La Estructura Lógica de "El Capital" de Marx".ediciones Grijalbo.1974

- Markovic, Mihailo="El Marx Contemporaneo".Fondo Cultura Econômica.México.1978
- Markovic, Mihailo="Dialectica de la praxis".Amorrortu editores.Buenos Aires.1972
- Petrovic, Gajo=" Filosofia y Revolución". Editorial Contempôrâneos.México.1972
- Petrovic, Gajo="Marx in the twentieth century".Anchor Books edition.1967.
- Mandel, Ernst= "La formacion del pensamiento economico de Karl Marx".Siglo XXI.Madrid.1973
- "Lire lês Manuscrits de 1844".Actuel Marx confrontation. PUF.Paris.2008.
- Naville,Pierre= "Le nouveau léviathan 1.de l'alienation à La jouissance.La gênese de La sociologie Du Travail chez Marx ET Engels".éditions abthropos,paris.1970
- "Leyndo El Capital". Editorial Fundamentos.Madrid.1972
- Negri,Antonio="Marx au-delà de Marx.Cahiers de Travail sur lês Grundrisse".C.Bourgeois éditeur.Paris.1979
- Schaff,Adam="structuralisme ET marxisme"éditions anthropos.1974
- Badaloni,Nicola="Dialettica del Capitale".editori Riuniti.1980
- Dal Pra,Mario="La Dialéctica em Marx".ediciones Martinez Roca.Barcelona.1971
- Heller,Agnes="La théorie dès besoins chez Marx".10/18. Paris.1978
- Lobkowitz,Nicholas="Theory and Practice".UNDP.London.1967
- Jay,Martin="Marxism & Totality".University California Press.1984
- "Que Lire ? Bibliographie de la révolution".edi paris.1975
- "Bibliografía sobre Marxismo y Revolución".dedalo ediciones.Madrid.1978
- =A "Crise do Trabalho"
- "Bidet,Jacques-Textier,Jacques= "La crise Du travail". Actuel Marx.puf.1995
- Amin, Samir-Arrighi,Giovanni-Frank,Andre G.-Wallerstein,Immanuel= " "la crise, quelle crise ?",dynamique de la crise mondiale".françois maspero.1982
- Granou,André-Baron,Yves-Billaudot,Bernard= "Croissance ET crise".françois maspero.1983
- Chesnais,F.-Duménil,G.-Lévy,D.-Wallerstein,I.-="Une nouvelle Phase du capitalisme ? ".Syllepse,2001.

- Gollain,Françoise=" une critique du travail,entre écologie et socialisme". Éditions La découverte.2000
- "André Gorz,um pensur pour Le XXI siècle". Fourel,C .(direction).La Découverte.2009.
- =Pedagogia da Autogestão:
- . Michel Raptis. »sobre el socialismo de autogestion ».ediciones Punto de Referencia.Paris.1973
- .Paulo Freire- Pedagogia da Autonomia,saberes necessarios à pratica educativa ». Paz e Terra,1997
- .Paulo Freire- Pedagogia da Esperança. Um encontro com a Pedagogia do oprimido ».Paz e Terra,1992
- .Paulo Freire- « Os Cristãos e a Libertação dos Oprimidos ».edições Base-FUT. Portugal,1978
- .Paulo Freire- Pedagogia da Indignação,cartas pedagogicas e outros escritos. Editora Unesp.2000.
- .Ana Maria A.Freire (org)-« Pedagogia dos Sonhos Possiveis ».Unesp,2001
- .Coleção Memoria da Pedagogia- « Paulo Freire, a Utopia e o Saber » .2005.
- .”Globalização,Educação e Movimentos Sociais. 40 anos da Pedagogia do Oprimido”.Unifreire-Ed,LPF-Editora Esfera.2009.
- “40 olhares sobre os 40 anos da Pedagogia do oprimido”.Cadernos de Formação 1.IPF.2008.
- “O Pensamento de Paulo Freire como matriz integradora de praticas educativas no meio popular”.Caderno 1-Rede de Educação Popular-SP.2008.
- “Dicionario Paulo Freire”.Autentica,2008.(Danilo R. Streck,e outr@s-prgs.).
- “Paulo Freire,Ética,Educação e utopia”.(Danilo R.Streck etc).Vozes.2008
- Oscar Jará Holliday.Pra sistematizar experiencias”.MMA.Brasilia-2006
- Elza Falkembach=”Sistematização,juntando cacos ,construindo vidas” Unijui.1999.
- Elza Falkembach=”Socialização e Individuação”.editora Unijui.2006
- .Elza Falkembach=” “Sistematização,uma arte de ampliar cabeças”.cadernos Unijui.2006
- Gramsci=”La Formazione Dell’Uomo.Scritti di Pedagogia”.a cura de Giovanni Urbani.Editori Riuniti.1974.
- Gramsci-Bordiga=”Debate sobre los consejos de fábrica”.editorial Anagrama.1977

- Gramsci="Il Revolucionario Qualificato.Scritti de 1916-1925". .Delotti Editore.1988.
- .F.Lara-F.Bastida. »Autogestion en la Escuela.una experiencia en Palomeras.(una alternativa para la escuela popular).Editorial Popular.Madri.1982
- .Claudio Nascimento. »Uma mutação cultural : de 'celetista' e/ou 'sindicalista' para 'autogestionario ».MTE.Qualificação Social e Profissional.Volume 2.Brasilia.2005
- .Françoise Garybay-Michel Séguier(coord.). »Pratiques émancipatrices.Actualités de Paulo Freire ».Sylepse.Paris.2009
- .Boaventura Santos-Maria Paula Meneses (org.). »Epistemologias do Sul ».AlmedinaCES.Coimbra.2009
- .Moacir Gadotti- « « Economia Solidaria como Praxis Pedagogica ».Ed,L.2009  
.Série Unifreire. »Reinventando Paulo Freire no seculo 21 ».Ed,L.2009
- .Brandao,C.Rodrigues-Assumpção,Raiana= "Cutura Rebelde,escritos sobre educação popular,ontem e hoje".edfitora e Livraria IPF.2009
- Acácia Z. Kuenzer."Pedagogia da Fábrica".As relações de produção e a educação do trabalhador".Cortez.1989
- .Lia Tiriba- "Economia Popular e Cultura do Trabalho.pedagogia da produção associada".Unijui.2001
- .- Tiriba, Lia. "Formação de trabalhadores face à crise do emprego: pontos para uma pedagogia dos empreendimentos populares". (tiriba@msm.com.br).
- .Lia Tiriba-Iraçy Picanço.(orgs). »Trabalho e Educação ».Idéas & Letras.2004
- Lia Tiriba-Maria Clara B.Fischer. »De 'olho' no conhecimento 'encarnado' sobre trabalho associado e autogestão ».Em Rui Canário-Sonia M.Rummert(org.)."Mundos do Trabalho e Aprendizagem".EDUCA.Lisboa.2009
- .Maria Clara B.Fischer-Lia Tiriba. »Saberes do trabalho associado ».In=Dicionario Internacional de Outra Economia.(Cattani-Gaiger-org.).Almedina,Coimbra.2009
- .Maria Clara B.Fischer. » « Uma outra produção valida e legitimação de saberes é possivel e necessaria ».In=Trabalho & Educação.Unisinos.2003
- .Maria Clara B.Fischer. »Produção e legitimação de saberes para e no trabalho e educação cooperativa »in=Ciencias Sociais.Unisinos.2005
- .Maria Clara Bueno Fischer-Vera Schmitz="Pesquisando saberes na e para Autogestão".Contexto&Sociedade.Revista do PPG em Educação-UNIJUI.2008
- CAPINA= "Autogestão Democrática".DVD.do Seminário de Novembro 2009.
- CAPINA = " Viabilidade Economica e Gestão democrática



- de Empreendimentos Associativos”(3 volumes em CDS).2009.
- CAPINA=”Retomando o fio da meada”. Volume I.1998
- CAPINA=”Puxando o fio da meada” volume II.1999
- CAPINA-ADS.CUT= “Puxando o fio da meada”. 2004
- Costa,Bia(org.)=”ZERBINI= oficina associada que rima trabalho com educação”.Coletanea reinventando o trabalho.CAPINA.2005
- Xico Lara=”Trabalho,educação , cidadania.reflexões a partir da pratica de educação entre trabalhadores”.CAPINA-Maud-Ceris.2003.
- ”Economia Solidaria,cooperativismo popular e autogestão”.As experiências em Palmas-TO”.UFT.2007
- Melo Neto,J.F.”extensão Universitária e Educação Popular”.Editora UFPA.2004
- Marques,Ana Lucia= “Dramaturgias da Autonomia.A pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores”.Editora Perspectiva.2009
- Razeto,Luis=”Lãs Empresas Alternativas”.PET-Chile.1985
- Razeto,Luis-Klenner,Arno= “Manual Del Taller Autogestionado”Ediciones SUR. Chile.1985.
- Sarda,M.-“Empreendimentos Autogestionarios Provenientes de Massas falidas”.Uma Tipologia de economia Solidaria e Autogestão.Convenio M.T.E.-IPEA-ANPEC 2005.
- Dal Ri,Neusa Maria-Vieitez,C.Giraldez=”educação Democrática e Trabalho Associado.No MST e nas fabricas de autogestão”.Cone editora.2008.
- .Gadotti=”Economia Solidaria como praxis pedagógica”.ED,L.SP.2009
- Telmo Adams = “Educação e Economia Popular Solidaria. Mediações Pedagógicas do trabalho Associado”.”Idéias e Letras”.2010.
- Veronese,Marília Veríssimo= “Psicologia & economia Solidaria”.Ideias & Letras.2008
- “Autogestão em Avaliação”.Anteag-Ibase.2004
- ANTEAG=”Autogestão e economia Solidaria” ( 3 volumes).
- “Educação e Trabalho,trabalhar,aprender ,saber”.. Izumi Nozaki (org.).Edufimt.2008.
- Ozai,Antonio=”M.Tragtenberg, Militância e pedagogia libertaria”. Unijui.2008.
- .Marco Mello(org.). « Paulo Freire e a Educação Popular ».Atempa-Ippoa.2008

- João Francisco. » Pedagogia da Revolução.subsidios ».Edições bagaço.Recife.2004
- .João Francisco =A Atualidade do pensamento de Paulo Freire ». Recife.2007
- Resoluções.1º Congresso Brasileiro dos trabalhadores e Empresas de Autogestão”.SP,21 junho 2003.ANTEAG
- Projeto Político Pedagógico-Rede de Educação Cidadã.2008
- .Programa Nacional de Formação-PNF.Redde de educação cidadã.2009
- I Conferencia Nacional de Economia Solidaria.2006
- IV Plenária Nacional de Economia Solidaria. Ver item 2.3 Formação.pagina 27.Relatorio Final.2008.
- “Projeto de promoção do desenvolvimento local e economia solidaria”.diretrizes conceituais e estrategicas”.M.T.E.-SENAES2006.
- “Economia Solidaria,Outra economia acontece”.DVD.SENAES-FBES.sd
- “Manual para Formadores”.Campanha nacional de divulgação e mobilização social.SENAES.sd
- “Economia solidaria.outra economia acontece !”.Cartilha da campanha nacional de mobilização social.SENAES.sd
- Revista de Economia Solidaria.Ano 1.n. 0.Dezembro de 2005.
- Plano Nacional de Qualificação.2003-2007. M.T.E.Brasilia, Julho de 2003.
- “Termo de Referencia para Economia Solidaria”.PNQ.M.T.E.-SENAES.2004.
- I Oficina nacional de Formação/Educação em Economia Solidaria”.SENAES-M.T.E.2006
- “II Oficina Nacional de formação “.SENAES-2007
- Boletim da SENAES. N. 1-.2004. (texto de Daniel Mothé).
- Canguilhem,Georges=”La Conaissance de La vie”.Vrin.Paris.2006
- “Georges Canguilhem,Philosophe, historien dès sciences”Actes Du Colloque(6,7-8 décembre 1990).Albin Michel.1993
- Schwartz,Yves-Durrive ,Louis (orgs)=”Travail et Ergologie,Entretiens sur l’activité humanine(I)”.Octares Editions.2009.
- “Labirintos de Trabalho ,interrogações e olhares sobre o trabalho vivo”. DP&A editora.2004.
- .Jef Ulburghs-« Pour une Pedagogie de l »Autogestion ».Manuel de l’Animateur de

Base.editions Ouvriérés.1980

. Revista « autogestion et socialisme ».numero especial : ‘autogestion et formation ».cahier 13/14.1970

.”Pédagogie: éducation ou mise em condition ?”.Dossier “partisans”.Paris.1968

.Revista ‘autogestions ». »Les passions pédagogiques ».n.12/13.Privat.1982-83

-Mothé,Daniel= “Le métier de militant”.SEUIL.Paris.1973

-Mothé,Daniel=”Autogestions ET conditions de travail”.cerf.Paris.1976

-Mothé,Daniel=”L’autogestion goutte à goutté”.centurion.Paris.1980

-“Sociopsychanalyse”.1.Payot.Paris.1972

-Lourau,Rene-Lapassade,Georges= “Lês clés pour la sociologie.Seghers.Paris.1971.

-Lapassade,G.=”As Microsociologias”.LiberLivro.2005

.Bogdan Suchodolski. »Fondamenti de pedagogia marxista ».La Nuova Italia.1977

. Lobrot,Michel- “A favor ou contra a autoridade”.F.Alves.1977

-Desroche,Henri=” Solidarités Ouvrières 1”.Les éditions Ouvrières.1981

-Desroche,Henri= “Entreprendre d”Apprendre”-Apprentissage III “.Les Editions Ouvrieres.1990.

- »Experiencias y aprendizajes en la construccion de otra economia ».Instituto del Conurbano.2007

.A.Puiggrós-R.Cagliano(dirección). « La Fàbrica del Conocimiento.Los saberes socialmente productivos en América Latina ».HomoSapiens ediciones.2004

.Autogestão e Utopia =

. Paul Singer. “A Utopia Militante. Repensando o socialismo”.Vozes.1998.

.”André Gorz,un penseur pour le XXIe siècle” C.Fourel(direction).La Découverte.Paris.2009

.Michael Lowy. Walter Benjamin:Avertissement d ‘ incendie.Une lecture dès theses ‘ sur le concept d ‘ histoire’.puf.2001.

- .Michael Lowy e Daniel Bensaid. “Marxismo ,Modernidade,Utopia”.Xamã.2000
- .Michael Lowy e D.Bensaid.”Auguste Blanqui, comunista herege”.In: “Les socialismes français à l’épreuve du pouvoir(1830-1947):pour une critique melancolique de la gauche”.Textuel,Paris.2006.
- .M.Lowy (seleção). “Por un socialismo indo-americano.José Carlos Mariategui”.Editora UFRJ.2005
- .D.Bensaid. “Walter Benjamin.Sentinelle messianique”.Plon.1990
- .D.Bensaid. “Marx,o intempestivo”.civilização brasileira.1999

#### Filosofia da Utopia= ERNST BLOCH

- .Ernst Bloch. “Lê Príncipe Esperance” Vol. II.Lês épures d’ um monde meilleur”.nrf.1982
- .Ernst Bloch. “Lê Príncipe Esperance”. Vol. I .” La conscience anticipante-l’imagination utopique”. Nrf.1976
- .Ernst Bloch.”O Principio Esperança” 3 volumes.Contraponto-edUerj.2005.
- .Ernst Bloch. “ Experimentum Mundi”. Payot.1981
- .Utopie,marxisme selon Ernst Bloch. Hommages publiés par Gérard Raulet.Payot.1976.
- .Las Nociones de Estructura y Genesis.(E.Bloch,L.Goldmann,etc).Proteo.1969
- Arno Munster. “L’Utopie Concreté d’Ernst Bloch.Une Biographie.Éditions Kime.2001
- .Arno Munster.”Ernst Bloch,messianisme et utopie”.puf.1989
- .Arno Munster. “Ernst Bloch,filosofia da práxis e utopia concreta”.editora Unesp.1993
- .Arno Munster. “ Utopia,Messianismo e Apocalipse nas primeiras obras de Ernst Bloch”.editora unesp.1997
- Suzana Albarnoz. “Ética e Utopia.Ensaio sobre ERnst Bloch”.Edunisc.2006
- Ribeiro,Darci=”Utopia Brasil”.Hedra.2008
- Ureña,Pedro H.=”La Utopia de America”.Biblioteca Ayacucho.Venezuel.1978
- Vasconcelos,Jose=”La Raza Cósmica.Mision de La raza iberoamericana”.Barcelona.sd
- Holanda,Sergio Buarque = “Visão do Paraíso”.Jose Limpio.1959
- Andrade,Oswald=”La crisis de La filosofia mesianica”Biblioteca Ayacucho.Venezuela.1981

Andrade,Oswald= “Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias”.Obras Completas-6.MEC-Civilização Brasileira.1972.

#### Desenvolvimento e Industrialização=

Furtado,Celso=”Criatividade e dependência na civilização industrial”.Companhia das Letras.2008

Furtado,Celso=”O longo amanhecer,reflexões sobre a formação do Brasil”.Paz e Tera.1999

Arrighi,Giovanni=”Adam Smith em Pequim.Origens e fundamentos do Século XXI”.Boitempo editorial.2008

Arrighi,Giovanni=”A Ilusão do desenvolvimento”.Vozes.1997

Sennett,Richard=”O Artífice”.Record.2009

Santos,Milton=”A Natureza do Espaço.técnica e tempo-razão e emoção”.Hucitec.1996

#### Filosofia da História= Walter Benjamin

Miguel Vieda(org.)= “Constelaciones dialécticas.tentativas sobre Walter Benjamin”.Herramienta ediciones.Buenos Aires.2008

Miguel Vieda(org.)= “Ernst Bloch,Tendências y latências de um pensamento”.herramienta ediciones.Buenos Aires.2007

M.Vieda(org.)=“Aproximaciones a Walter Benjamin” Volume 1.Cuadernos de Herramienta.Numero 3.Oct.1007

M.Vieda(org.)=”Aproximaciones a W.Benjamin” Volume 2.Cuadernos de Herramienta ,numero 4.Oct.2007

Maximilien Rubel.”Marx critique du marxisme”Payot.1974

.Eugene Kamenka.”Los Fundamentos Éticos Del Marxismo”.Paidós.1972

.Rosa Luxemburg.”Scritti Politici” a cura de Lelio Basso.Editori Riuniti. 1976

Jean-Paul Sartre.” Critique de la raison dialectique” (2 tomes).Gallimard.1960

. Lucien Goldmann. “As ciencias humanas face ao real e ao possível”. Em:”Epistemología e Filosofia Política”.Editorial Presença.Porto.1984

.Sami Nair/M.Lowy.”Goldmann o la dialettica dalla totalità”.erre emme.Roma.1990.

.Le Structuralisme Genetique. Louvre et l’influence de Lucien Goldmann. Éditions Denoel/Gonthier.Paris.1977.

## Filosofia do Trabalho (Ontologia de Lukacs)

- Gyorgy Lukacs. "O jovem Marx e outros escritos de filosofia". Editora Ufrj. 2007
- G.Lukács="Socialismo e democratização". escritos políticos 1956-1971". editora UFRJ. 2008
- G.Lukács."Ontologia Dell'Essere Sociale" 3 tomos. Roma. Editori Riuniti. novembre 1976- maggio 1981- maggio 1981
- G.Lukács. "Pensiero Vissuto, Autobiografia in forma di Dialogo". editori Riuniti. Roma. aprile 1983
- G.Lukács="Prolegomeni All'Ontologia Dell'Essere Sociale. Questioni di principio di un'ontologia oggi divenuta possibile". Guerini E associati. napolì. 1990
- G.lukács="L'uomo e La democrazia". Lucarini. Roma. 1987
- G.Lukács="Dialectique ET Spontanéité, em defense de Histoire et Conscience de Classe". Les Éditions de La Passion. Paris. 2001
- Michael Lowy="pour une sociologie dès intellectuels révolutionnaires. L'évolution politique de Lukács 1909-1929". PUF. Paris. 1976
- M.Lowy="Marxisme et Romantisme Révolutionnaire. Essais sur Lukács et Rosa Luxemburg". Le Sycomore. Paris. 1979
- Michel Vadée="Marx Penseur Du Possible". L'harmattan. Paris. 1998
- G.Lukács="littérature, philosophie, marxisme 1922-1923". Introduction de M.Lowy. PUF. Paris. 1978
- István Mészáros="El pensamiento y La obra de G.Lukacs" Editorial fontamara. Barcelona. 1981
- Nicolas Tertulian=" Lukács, La rinascita Dell'ontologia". editori Riuniti. Roma. 1986
- .Nicolas Tertulian="Georges Lukács Etapes de as pensée esthétique". Le Sycomore. 1980
- .Yvon Bourdet="Figures de Lukacs". éditions anthropos. Paris. 1972
- .Antonino Infranca, El concepto de trabajo em Lukács". Herramienta ediciones. Buenos Aires. 2005
- A.Infranca-M.Vedda(org.)="G.Lukács. Testamento Político y outros escritos sobre política y filosofia". ediciones herramienta. 2004
- A.Infranca-M.Vedda="G.lukacs. Ontologia Del Ser Social, El Trabajo". ediciones Herramienta. 2004

György Márkus."Marxismo e Antropologia".Liguori editore.Napoli.1978

.Sergio Lessa="Mundo dos Homens.trabalho e ser social".Boitempo editorial.2002

.Sergio Lessa="A Ontologia de Lukács".Edufal.1997

.Sergio Lessa="Lukács,ética e política".Argos.Chapeco.2007

.Hans Heinz Holz,Leo Kofler,W.Abendroth="Conversando com Lukács".Paz e Terra.1969

-Outras referencias=

-Linera,A.Garcia. Jornal "Brasil De fato"(<http://www.brasildfato.com>)

- Camus,Albert= " Le Mythe de Sisyphe.Essais sur l'Adsurde".Gallimard.1942

## BIBLIOGRAFIA

(Posta em ordem alfabética por Aída)

Para essa bibliografia, optamos por buscar na própria bibliografia do livro "Beco dos Sapos", alguns eixos temáticos que trabalhamos nas ações educativas dos CFES. Assim: Autogestão e Utopia, Pedagogia e Autogestão, Autogestão e Marxismo, etc. Deste modo, indo muito além dos autores citados neste texto, com objetivo de traçar referências mais amplas.

### 1. Autogestão

NASCIMENTO, Claudio. "As lutas operárias autônomas e autogestionárias", CEDAC, Rio de Janeiro, 1986.

NASCIMENTO, Claudio. "Questões sobre educação popular e projeto político", Revista "Forma & Conteúdo", PNF-CUT, outubro de 1999.

NASCIMENTO, Claudio . "O Programa da Comuna de Paris", Biblioteca "Espaço Marx", Ícone Editora, 2002.

NASCIMENTO, Claudio. "Socialismo Autogestionário - verbete. 'Outra Economia'", Veraz Editores, Porto Alegre, 2003.

NASCIMENTO, Claudio. "Uma mutação cultural: de 'celetista' a 'autogestionário' ", M.T.E., 2004.

NASCIMENTO, Claudio. "Educação como elemento estruturante da economia Solidaria", in "Economia solidária e educação de jovens e adultos", INEP, 2005.

NASCIMENTO, Claudio. "Mariategui: uma sensibilidade autogestionária nos Andes", Digit. 2008.

NASCIMENTO, Claudio. "A Oposição Sindical no exílio. Fontes da autogestão no Brasil", Digit. 2008.

NASCIMENTO, Claudio. "Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende (Autogestão, Poder Popular e Socialismo)", Digit. 2009.

### 2. Teorias da Autogestão

ANDRÉANI, Tony. "Le Socialisme Est (A) Venir 1.L'Inventaire", Sylepse, 2001.

ANDRÉANI, Tony. "Le Socialisme Est (A) Venir 2.Les Possibles", Sylepse, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação de "Para Além do Capital", Boitempo, 2002.

BERNARDO, João. "Para uma teoria do modo de produção comunista", Afrontamento, Lisboa, 1975.

BERNARDO, João. " Economia dos Conflitos Sociais", Cortez Editora, 1991.

BOURDET, Yvon. "La Délivrance de Prométhée - pour une théorie politique de l'autogestion", Éditions Anthropos, Paris, 1970.

BOURDET, Yvon. "Les conditions de possibilité de l'autogestion", in "Autogestion ", cahier n. 9-10, sept.- dec., 1969.

BOURDET, Yvon. "Autogérer 'par en-haut' ou 'par en-bas'?" in "Autogestion et .....?"

CORDILLOT, Michel. "Eugene Varlin, chronique d'un espoir assassiné", Les éditions ouvrières, 1991.

COUTROT, Thomas. "Démocratie contre capitalisme", La Dispute, 2005.

LEFEBREV, Henri. "De l'Etat. 3.Le mode de production étatique",10-18, Paris,1977.



- LEFEBREV, Henri. "De l'Etat. 4. Les contradictions de l'Etat moderne" 10-18, Paris, 1978.
- LEFEBREV, Henri. "Problèmes théoriques de l'autogestion", Revista "autogestion", cahier n.1, 1966.
- KOSIK, Karel. "La dialectique du concret", François Maspero, Paris, 1978.
- KOSIK, Karel. "La Crise des temps modernes. Dialectique de La Morale", Les Éditions de La passion, Paris, 1988.
- MANDEL, Ernest. "Controle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion", Anthologie, François Maspero, Paris, 1970.
- MÉSZAROS, Istvan. "Beyond Capital", Monthly Review Press, 1995.
- MÉSZAROS, Istvan. "Para Além do Capital. rumo a uma teoria da transição", Boitempo Editorial, 2002.
- MÉSZAROS, Istvan. "The Power of Ideology", Harvester Wheatsheaf, 1989.
- MÉSZAROS, Istvan. "O Poder da Ideologia", Boitempo Editorial, 2004.
- MÉSZAROS, Istvan. "O Desafio Histórico e o Fardo do Tempo Histórico", Boitempo, 2007.
- MÉSZAROS, Istvan. "A Crise Estrutural do Capital", Boitempo, 2009.
- MÉSZAROS, Istvan. "Estrutura Social e Formas de Consciência", Boitempo, 2009.
- MÉSZAROS, Istvan. "A Teoria da Alienação em Marx", Boitempo, 2006.
- NEGRI, Antonio. "La classe ouvrière conte (?) l'Etat", Éditions Galilée, 1978.
- NEGRI, Antonio. "Marx au-delà de Marx", Cahiers de travail sur les "Grundrisse", C.Burgois editeur, 1979.
- PAZ, Octavio. "Los Hijos del Limo (Del romanticismo a la vanguardia)", "La Casa de La Presencia", Obras completas, Fondo Cultura Económica, México, 1993.
- PEDROSA, Mário. "A Opção Imperialista", Civ. Brasileira, 1966.
- SINGER, Paul. "Introdução à economia solidária", Fundação P.Abramo, 2002.
- TRONTI, Mario. "Operários e Capital", Afrontamento, 1976.

### **3. Pedagogia da Autogestão**

- ADAMS, Telmo. "Educação e Economia Popular Solidaria. Mediações Pedagógicas do trabalho Associado", Idéias e Letras, 2010.
- BENJAMIN, Walter. "André Gorz, un penseur pour le XXIe siècle", C.Fourel(direction), La Découverte, Paris, 2009.
- CAPINA - "Retomando o fio da meada", Volume I, Rio de Janeiro, 1998.
- CAPINA - "Puxando o fio da meada" volume II, Rio de Janeiro, 1999.
- CAPINA/ADS-CUT - "Puxando o fio da meada", 2004.
- CAPINA - "Autogestão Democrática", DVD do Seminário de Novembro 2009.
- CAPINA - "Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos" (3 volumes), 2009.

- COSTA, Bia (org.). "ZERBINI - Oficina associada que rima trabalho com educação", Coletânea Reinventando o trabalho, CAPINA, Rio Janeiro, 2005.
- DAL RI, Neusa Maria - VIEITEZ, C.Giraldez. "Educação Democrática e Trabalho Associado. No MST e nas fabricas de autogestão", Cone editora, 2008.
- DESROCHE, Henri. "Solidarités Ouvrières 1", Les Éditions Ouvrières,1981.
- DESROCHE, Henri. "Entreprendre d'Apprendre", Apprentissage III, Les Éditions Ouvrières, 1990.
- FALKEMBACH, Elza. "Sistematização, juntando cacos, construindo vidas", UNIJUI, 1999.
- FALKEMBACH, Elza. "Socialização e Individuação", Editora Unijui, 2006.
- FALKEMBACH, Elza."Sistematização, uma arte de ampliar cabeças", Cadernos Unijui, 2006.
- FISCHER, Maria Clara B. "Uma outra produção válida e legitimação de saberes é possível e necessária", in Trabalho & Educação, Unisinos, 2003.
- FISCHER, Maria Clara B. "Produção e legitimação de saberes para e no trabalho e educação cooperativa", in Ciências Sociais, Unisinos, 2005.
- FREIRE, Ana Maria A. (org). "Pedagogia dos Sonhos Possíveis", Unesp, 2001.
- FREIRE, Paulo. "Os Cristãos e a Libertação dos Oprimidos", Edições Base-FUT, Portugal, 1978.
- FREIRE, Paulo. "Pedagogia da Esperança. Um encontro com a Pedagogia do oprimido", Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. "Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à pratica educativa", Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. "Pedagogia da Indignação, cartas pedagógicas e outros escritos" Editora Unesp, 2000.
- GARYBAY, Françoise – SÉGUIER, Michel coord.). "Pratiques émancipatrices - Actualités de Paulo Freire", Sylepse, Paris, 2009.
- GADOTII, Moacir. "Economia Solidária como Práxis Pedagógica", Ed.L, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. "La Formazione Dell'Uomo, Scritti di Pedagogia:a cura de Giovanni Urbani", Editori Riuniti, 1974.
- GRAMSCI-BORDIGA. "Debate sobre los consejos de fábrica", Editorial Anagrama, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. "Il Revolucionario Qualificato. Scritti de 1916-1925", Delotti Editore, 1988.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. Pra sistematizar experiências", MMA, Brasília, 2006.
- KUENZER, Acácia Z. "Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador", Cortez, 1989.
- LAPASSADE, G. "As Microsociologias", LiberLivro, 2005.
- LARA,F-BASTIDA, F. "Autogestión en la Escuela - una experiencia en Palomeras (una alternativa para la escuela popular", Editorial Popular, Madri,1982
- LARA, Xico. "Trabalho,educação , cidadania. Reflexões a partir da prática de educação entre trabalhadores", CAPINA-Maud-Ceris, 2003.
- LOBROT, Michel. "A favor ou contra a autoridade", F.Alves, 1977.
- LOURAU, René – LAPASSADE, Georges. "Les clés pour la sociologie", Seghers, Paris,1971.

- LOWY, Michael. "Walter Benjamin: Avertissement d'incendie. Une lecture des thèses sur le concept d'histoire", PUF, 2001.
- LOWY, Michael e BENSARD, Daniel. "Marxismo, Modernidade, Utopia", Xamã, 2000.
- LOWY, Michael e BENSARD. "Auguste Blanqui, comunista herege", in "Les socialismes français à l'épreuve du pouvoir (1830-1947): pour une critique mélancolique de la gauche", Textuel, Paris, 2006.
- LOWY, Michael (seleção). "Por un socialismo indo-americano. José Carlos Mariategui", Editora UFRJ, 2005.
- MARQUES, Ana Lucia. "Dramaturgias da Autonomia. A pesquisa etnográfica entre grupos de trabalhadores", Editora Perspectiva, 2009
- MELO NETO, J.F. "Extensão Universitária e Educação Popular", Editora UFPA, 2004.
- MELLO, Marco (org.). "Paulo Freire e a Educação Popular", Atempa-Ippoa, 2008.
- MOTHÉ, Daniel. "Le métier de militant", Ed. Seuil, Paris, 1973.
- MOTHÉ, Daniel. "Autogestions et conditions de travail", ed. Cerf, Paris, 1976.
- MOTHÉ, Daniel. "L'autogestion goutte à goutte", Centurion, Paris, 1980.
- NASCIMENTO, Claudio. "Uma mutação cultural: de 'celetista' e/ou 'sindicalista' para autogestionário", MTE, Qualificação Social e Profissional, Volume 2, Brasília, 2005
- NOZAKI, Izumi (org.). "Educação e Trabalho - trabalhar, aprender, saber", Edufmt, 2008.
- OZAI, Antonio. "M. Tragtenberg, Militância e pedagogia libertária", Unijui, 2008.
- PUIGGRÓS, A-CAGLIANO, R. (dirección). "La Fábrica del Conocimiento. Los saberes socialmente productivos en América Latina", HomoSapiens ediciones, 2004.
- RAPTIS, Michel. "Sobre el socialismo de autogestion", Ediciones Punto de Referencia, Paris, 1973.
- RAZETO, Luís. "Las Empresas Alternativas", PET, Chile, 1985.
- RAZERO, Luís-KLENNER, Arno. "Manual Del Taller Autogestionado", Ediciones SUR, Chile, 1985.
- SARDA, Maurício. "Empreendimentos Autogestionários Provenientes de Massas Falidas. Uma Tipologia de economia Solidária e Autogestão", Convênio M.T.E.-IPEA-ANPEC, 2005.
- SINGER, Paul. "A Utopia Militante. Repensando o socialismo", Vozes, 1998.
- SANTOS, Boaventura-MENEZES, Maria Paula (org.). "Epistemologias do Sul", Almedina, CES, Coimbra, 2009.
- SOUSA, João Francisco de. "Pedagogia da Revolução - subsídios", Edições Bagaço, Recife, 2004.
- SOUSA, João Francisco de. "A atualidade do pensamento de Paulo Freire", Recife, 2007.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. "Fondamenti de pedagogia marxista, La Nuova Italia, 1977.
- TIRIBA, Lia. "Economia Popular e Cultura do Trabalho. Pedagogia da produção associada", Unijui, 2001.
- TIRIBA, Lia- PIKANÇO, Iraçy (orgs). "Trabalho e Educação", Idéias & Letras, 2004.
- TIRIBA, Lia - FISCHER, Maria Clara B. "»De 'olho' no conhecimento 'encarnado' sobre o trabalho associado e autogestão", Revista UNISINOS, 2009.
- TIRIBA, Lia - FISCHER, Maria Clara B. "Saberes do trabalho associado", in Dicionário Internacional

de Outra Economia, (Cattani-Gaiger-org.), Almedina, Coimbra, 2009.

ULBURGHS, Jef. "Pour une Pédagogie de l'Autogestion". Manuel de l'Animateur de Base", Éditions Ouvrières, 1980.

VERONESE, Marília Veríssimo. "Psicologia & economia Solidária", Idéias & Letras, 2008.

- **Documentos/publicações**

ANTEAG. "Autogestão em Avaliação", Anteag-Ibase, 2004.

ANTEAG. "Autogestão e economia Solidária" (3 volumes).

ANTEAG. "Resoluções. 1º Congresso Brasileiro dos trabalhadores e Empresas de Autogestão", SP, 21 junho 2003.

"Economia Solidária, cooperativismo popular e autogestão. As experiências em Palmas-TO", UFT, 2007.

Coleção Memória da Pedagogia. "Paulo Freire, a Utopia e o Saber", 2005.

"Globalização, Educação e Movimentos Sociais. 40 anos da Pedagogia do Oprimido" Unifreire, Ed.LPF-Editora Esfera, 2009.

"40 olhares sobre os 40 anos da Pedagogia do oprimido" Cadernos de Formação 1., IPF, 2008.

"O Pensamento de Paulo Freire como matriz integradora de práticas educativas no meio popular", Caderno 1, Rede de Educação Popular, São Paulo, 2008.

"Dicionário Paulo Freire". Autentica, 2008. (Danilo R. Streck, e outr@s-prgs.).

"Paulo Freire, Ética, Educação e utopia".(Danilo R.Streck e [outr@s-orgs](mailto:outr@s-orgs)).[Vozes.2008](#)

Série Unifreire. "Reinventando Paulo Freire no século 21", Ed. L., 2009.

RECID – Rede de Educação Cidadã. "Projeto Político Pedagógico, 2008.

RECID – Rede de Educação Cidadã. "Programa Nacional de Formação - PNF, 2009.

"Labirintos de trabalho, interrogações e olhares sobre o trabalho vivo".DP&A editora.2004

"Travail, Ergologie, Entretiens sur l'activite humaine",Paris.....

I Conferencia Nacional de Economia Solidária – 2006.

IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Ver item 2.3 Formação, p. 27, Relatório Final, 2008.

"Projeto de promoção do desenvolvimento local e economia solidária. Diretrizes conceituais e estratégicas, M.T.E.-SENAES, 2006.

"Economia Solidária, outra economia acontece".DVD.SENAES-FBES.sd

"Manual para Formadores". Campanha nacional de divulgação e mobilização social, SENAES.

"Economia solidária. outra economia acontece! Cartilha da campanha nacional de mobilização social, SENAES.sd.

Revista de Economia Solidária. Ano 1.n. 0, dezembro de 2005.

PNQ. CODEFAT, Julho 2003.

"Termo de Referência para Economia Solidária", PNQ.M.T.E.-SENAES.2004.

I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária". SENAES-M.T.E., 2006.

II Oficina Nacional de Formação, SENAES, 2007.

Boletim da SENAES. Nº1, (texto de Daniel Mothé), 2004.

Revista "autogestion et socialisme", numero especial: 'autogestion et formation', cahier 13/14, 1970.

"Pédagogie: éducation ou mise em condition?", Dossier "partisans", Paris, 1968.

»Les passions pédagogiques, Revista "autogestions", n.12/13, Privat, 1982-83.

"Sociopsychanalyse" 1., Payot, Paris, 1972.

"Experiencias y aprendizajes en la construcción de otra economía", Instituto del Conurbano, 2007.

#### **4. Autogestão e utopia**

ALBARNOZ, Suzana. "Ética e Utopia. Ensaio sobre Ernst Bloch", Edunisc, 2006.

BENSAID, D. "Walter Benjamin. Sentinelle messianique", Plon, 1990.

BENSAID, D. "Marx, o intempestivo", Civilização Brasileira, 1999.

BLOCH, Ernst. "Le Principe Espérance", Vol. II, "Les épures d' un monde meilleur", nrf. 1982.

BLOCH, Ernst. "Le Principe Espérance", Vol. I, " La conscience anticipante-l'imagination utopique". Nrf. 1976.

BLOCH, Ernst. "O Principio Esperança", 3 volumes, Contraponto-edUerj, 2005.

BLOCH, Ernst. "Experimentum Mundi", Payot, 1981.

BLOCH, Ernst, GOLDMANN, L. "Las Nociones de Estructura y Genesis.,etc", Proteo, 1969.

(BLOCH) "Utopie, marxisme selon Ernst Bloch". Hommages publiés par Gérard RAULET, Payot, 1976.

GOLDMANN, Lucien. "As ciências humanas face ao real e ao possível", in "Epistemologia e Filosofia Política", Editorial Presença, Porto, 1984.

KAMENKA, Eugene. "Los Fundamentos Éticos Del Marxismo", Paidós, 1972.

LUXEMBURG, Rosa. "Scritti Politici" - A cura de Lelio Basso", Editori Riuniti, 1976.

MUNSTER, Arno. "L'Utopie Concrète d'Ernst Bloch.Une Biographie", Éditions Kime, 2001.

MUNSTER, Arno. "Ernst Bloch, messianisme et utopie", PUF, 1989.

MUNSTER, Arno. "Ernst Bloch, filosofia da práxis e utopia concreta", Editora Unesp, 1993.

MUNSTER, Arno. "Utopia,Messianismo e Apocalipse nas primeiras obras de Ernst Bloch", Editora UNESP, 1997.

RUBEL, Maximilien. "Marx critique du marxisme", Payot, 1974.

SAMI, Nair/ LOWY, M."Goldmann o la dialettica dalla totalità", erre emme, Roma, 1990.

SARTRE, Jean-Paul. "Critique de la raison dialectique", (2 tomes), Gallimard, 1960.

VEDDA, Miguel (org.). "Constelaciones dialécticas. Tentativas sobre Walter Benjamin", Herramienta ediciones, Buenos Aires, 2008.

VEDDA, Miguel (org.). "Ernst Bloch, Tendências y latencias de un pensamiento", Herramienta

ediciones, Buenos Aires, 2007.

VEDDA, Miguel (org.). "Aproximaciones a Walter Benjamin", Volume 1., Cuadernos de Herramienta, Numero 3, Oct. 1007.

VEDDA, Miguel (org.). "Aproximaciones a W.Benjamin", Volume 2., Cuadernos de Herramienta, numero 4.Oct. 2007.

"Le Structuralisme Génétique. Louvre et l'influence de Lucien Goldmann", Éditions Denoel/Gonthier, Paris, 1977.

## **5. Filosofia do Trabalho (Ontologia de Lukacs)**

BOURDET, Yvon. "Figures de Lukacs", Éditions anthropos, Paris, 1972.

CEVASCO, M. Elisa. "Para Ler Raymond Williams", Paz e Terra, 2001.

CAMUS, Albert. "Le Mythe de Sisyphe. Essais sur l'Absurde", Gallimard, 1942.

HOLZ, Hans Heinz, KOFLER, Leo, ABENDROTH, W. "Conversando com Lukács", Paz e Terra, 1969.

INFRANCA, Antonino. "El concepto de trabajo em Lukács", Herramienta ediciones, Buenos Aires, 2005.

INFRANCA, Antonino - VEDDA, M.(org.). "G.Lukács. Testamento Político y outros escritos sobre política y filosofía", Ediciones Herramienta, 2004.

INFRANCA, Antonino - VEDDA, M. "G.Lukacs. Ontologia Del Ser Social, El Trabajo", Ediciones Herramienta, 2004.

KARDELJ, Edvard. "Propiedad Social y Autogestion", El CID Editor, Buenos Aires, 1976.

LESSA, Sérgio. "Mundo dos Homens. Trabalho e ser social", Boitempo editorial, 2002.

LESSA, Sérgio. "A Ontologia de Lukács", Edufal, 1997.

LESSA, Sérgio. "Lukács, ética e política", Argos, Chapecó, 2007.

LINERA, A. Garcia. Jornal "Brasil de fato", (<http...>)

LOWY, Michael. "Pour une sociologie des intellectuels révolutionnaires.L'évolution politique de Lukács 1909-1929", PUF, Paris, 1976.

LOWY, Michael. "Marxisme et Romantisme Révolutionnaire. Essais sur Lukács et Rosa Luxemburg", Le Sycomore, Paris, 1979.

LUKACS, Gyorgy. "O jovem Marx e outros escritos de filosofia", Editora Ufrj, 2007.

LUKACS, Gyorgy. "Socialismo e democratização. Escritos políticos 1956-1971", Editora UFRJ, 2008.

LUKACS, Gyorgy."Ontologia Dell'Essere Sociale", 3 tomos, Editori Riuniti, novembre 1976-maggio 1981-maggio, Roma, 1981.

LUKACS, Gyorgy. "Pensiero Vissuto, Autobiografia in forma di Dialogo", Editori Riuniti, Roma, aprile 1983.

LUKACS, Gyorgy."Prolegomeni All'Ontologia Dell'Essere Sociale. Questioni di princio di un'ontologia oggi divenuta possibile", Guerini E associati, Napoli, 1990.

LUKACS, Gyorgy. "L'uomo e La democrazia", Lucarini, Roma, 1987.

LUKACS, Gyorgy. "Dialectique et Spontanéité, en défense de Histoire et Conscience de Classe", Les

Éditions de La Passion, Paris, 2001.

LUKACS, Gyorgy. "Littérature, philosophie, marxisme 1922-1923". Introduction de M.Lowy., PUF, Paris, 1978.

MÁRKUS, György. "Marxismo e Antropologia", Liguori editore, Napoli, 1978.

MÉSZÁROS, István. "El pensamiento y La obra de G.Lukacs", Editorial Fontamara, Barcelona, 1981.

NAVILLE, Pierre. "Le temps, la technique, l'autogestion", Éditions Syros, Paris, 1980.

NAVILLE, Pierre. "La Formation Professionnelle et L'École", PUF, Paris, 1948.

TERTULIAN, Nicolas. "Lukács, la rinascita Dell'ontologia", Editori Riuniti, Roma, 1986.

TERTULIAN, Nicolas. "Georges Lukács. Etapes de la pensée esthétique", Le Sycomore, 1980.

TIRIBA, Lia. "Formação de trabalhadores face à crise do emprego: pontos para uma pedagogia dos empreendimentos populares". ([tiriba@msm.com.br](mailto:tiriba@msm.com.br)).

VADÉE, Michel. "Marx Penseur du Possible", L'hartmattan, Paris, 1998.

WILLIAMS, Raymond. "Towards 2000", Crítica, Grijalbo, Barcelona, 1984.

NB= esse ensaio contou com a colaboração de AIDA BEZERRA , da CAPINA, que participou do processo de formação de formadores dos CEFS, em 2009.